

TRAVESSIA



revista do migrante **101**

Publicação do CEM - Ano XXXVII, Nº 101 - Setembro - Dezembro/2024



Dossiê Migrações e Direito

Brasileiros

Casa do Migrante

Cidadania

Comunidade local

Pertencimento

Refugiados

Retorno

Saúde

Haitianos

Identidade

Mudanças climáticas

Nova Lei de Migração

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Paolo Parise

Editor-chefe

José Carlos Pereira

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos),
Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ), Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC-SP),
Fernando Antonio Lourenço (CERES/IFCH/UNICAMP), Heinz Dieter Heidemann (USP),
Helion Póvoa Neto (NIEM/IPPUR/UFRJ), José Jorge Gebara (UNESP),
Lorenzo Prencipe (CSER/Roma), Marcia Anita Sprandel (ABA/CEMI/UNICAMP),
Maria Aparecida de Moraes Silva (TRAMA/UFSCar),
Mariagrazia Santagati (Università Cattolica - Milano),
Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar), Rosana Baeninger (NEPO/IFCH/UNICAMP),
Sidney Antonio da Silva (UFAM).

COMITÊ EDITORIAL

Ana Carolina Gonçalves de Leite (UFPE), Ana Cristina Arantes Nasser (USP),
Carlos Freire Silva (UFPA), Darlene Ap. de Oliveira Ferreira (UNESP),
Derek Pardue (Aarhus University, Denmark), Gustavo Dias (UNIMONTES),
Érika Pires Ramos (RESAMA), Francisco Nunes (Cáster Líbero),
José Carlos Pereira (CEM/GEPHOM/USP), Léa Francesconi (USP),
Luis Felipe Aires Magalhães (NEPO/UNICAMP), Margarida Maria Andrade (USP),
Marilda Aparecida de Menezes (UFABC/UNICAMP),
Neusa de Fátima Mariano (UFSCar), Odair da Cruz Paiva (UNIFESP),
Paolo Parise (ITESP/MISSÃO PAZ),
Patrícia Nabuco Martuscelli (University of Sheffield - UK),
Patrícia Villen (UNICAMP), Sidnei Marco Dornelas (CEMLA),
Tatiana Waldman (Repórter Brasil),
Valéria Barbosa de Magalhães (GEPHOM/EACH/USP), Verônica Pessoa (UFCG).

COLABORADORES

Yara Silva Tucunduva, Dirce Trevisi P. Novaes (PUC-SP)

EDITORA DE LEIAUT

Renata Peres (UAM)

Raquel Peres (UNIP)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Glicério, 225 - Bairro Liberdade

01514-000 - São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11) 3340-6952

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.missaonspaz.org

Capa - Sergio Ricciuto Conte

sergioricciuto@gmail.com

www.sergioricciutoconte.com.br

É na literatura brasileira, mais do que nas Ciências Sociais, que essa dimensão sociológica fundamental aparece de modo nítido. Macunaíma, personagem de Mário de Andrade, é o herói sem nenhum caráter, o indefinido, o híbrido. Mas é em Guimarães Rosa que esse traço fundante da história social do país e da cultura brasileira está posto do modo mais belo e mais claro: a travessia. É na travessia, na passagem, no inacabado e no inconcluso, no permanentemente incompleto, no atravessar sem chegar, que está presente o nosso modo de ser – nos perigos do indefinido e da liminaridade, por isso viver é perigoso. Esta é uma sociedade fraturada entre o fasto e o nefasto, que se necessitam dialeticamente, o rio que divide nossa alma e nossa consciência, nossa compreensão sempre insuficiente do que somos e do que não somos e queremos ser. E mais que tudo, é nessa ideia de uma consciência literária dos duplos, das formas do falso, dos avessos, do descolamento entre forma e conteúdo, expressão do inacabado e inacabável, que está também posto o nosso justo medo da travessia, nossa condição de vítimas, mais do que de beneficiários, da modernidade (MARTINS, 2012, p.22)

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.** São Paulo: Contexto, 2012.

SUMÁRIO

DOSSIÊ MIGRAÇÕES E DIREITOS

Apresentação 05
José Carlos Pereira

Presentation 13
José Carlos Pereira

Desafios da naturalização de imigrantes no Brasil: burocracia,
percepções e integração social
Challenges of naturalization of immigrants in Brazil: bureaucracy,
perceptions and social integration..... 21
Dieugo Pierre; Adilar Cigolini

A participação religiosa como mecanismo de enraizamento de
imigrantes haitianos cristãos em São Paulo
La participación religiosa como mecanismo de arraigo de
inmigrantes haitianos cristianos en São Paulo..... 43
Jacky Mathieu; Gustavo Massola Martinelli

O relacionamento entre os refugiados e a comunidade local em
Maratane/Moçambique: da tolerância a focos de tensão (2001-
2015) 63
Maria Josefina de Sá Consolo

What Happens Post-Return Migration? The Experiences of Brazilian
Returnees from Ireland
O que acontece após a migração de retorno? As experiências dos
brasileiros que retornam da Irlanda..... 79
Nivelton Alves de Farias

Panorama do perfil epidemiológico de migrantes na cidade de São
Paulo: análise do perfil de internações a partir de 2020 101
*Kaio Mitori Rosa Sakai; Mariá Lanzotti Sampaio; Patrícia Martins
Montanari*

Os direitos dos imigrantes à luz da Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017 (Nova Lei de Migração): uma análise a partir do município de Maringá 119

Julia Crubellate

Vulnerabilidade, migrações e resiliência - história da família Marques no Vale do Jequitinhonha (Estudo de caso)..... 143

Márlio Lourenço Fernandes

ENSAIO

Por amor aos Chilaquiles: sobre aterrar-se sendo estrangeira 157

Julia Ferreira Scavitti

RELATOS

O cinquentenário da Casa do Migrante..... 167

Alfredo José Gonçalves, Cs

Microcosmo de processos sociais macro 169

Dirceu Cutti

Casa do Migrante: 50 anos de acolhimento e esperança 173

Antenor João Dalla Vecchia, Cs; Márcia Araújo

Apresentação

José Carlos Pereira

A presente edição de Travessia traz um conjunto de textos que confluem para a temática “Migrações e direitos”, formando um importante dossiê. Os artigos não abordam diretamente o processo de construção de uma política migratória brasileira, atualmente em debate através da Conferência Nacional de Migração e Refúgio – COMIGRAR, e nem tomam como foco central a ascensão da extrema direita e a expansão da xenofobia em todo o mundo. Entretanto, eles abordam várias situações concretas, teóricas e metodológicas fundamentais à reflexão crítica, à intervenção política, social e propõem uma ambiência favorável à implementação e acessibilidade a direitos. Trata-se de uma proposição que procura contribuir ao debate e articulações sociais na interface dos rechaços cada vez mais intensos aos migrantes em países europeus e nos Estados Unidos da América – EUA, bem como ao processo de desenho e implementação de uma política migratória brasileira.

Os autores analisam temas como naturalização, religiosidade, participação e enraizamento social, tolerância e conflitos, pertencimentos, migração de retorno, acolhimento e nova Lei de Migração, mudanças climáticas, precarização do trabalho e migração nacional interna.

Em *“Desafios da naturalização de imigrantes no Brasil: burocracia, percepções e integração social» (Challenges of naturalization of immigrants in Brazil: bureaucracy, perceptions and social integration)*, Dieugo Pierre e Adilar Cigolini indicam que a naturalização facilitaria a integração de imigrantes no Brasil, assentada em duas bases fundamentais para a vivência de direitos, isto é, o sentimento de pertencimento e a cidadania. Mas, o processo de naturalização impõe desafios importantes, como obtenção de documentos, tempo de espera demasiado longo, entraves burocráticos etc., que retardam ou bloqueiam o acesso a esse direito. Os autores apontam para a necessidade de revisar e aprimorar políticas públicas de naturalização como uma demonstração prática e efetiva da plena inserção social do imigrante.

No texto *“A participação religiosa como mecanismo de enraizamento de imigrantes haitianos cristãos em São Paulo» (La participación religiosa como mecanismo de arraigo de inmigrantes haitianos cristianos en São Paulo)*, Jacky Mathieu e Gustavo Massola Martinelli procuram destacar processos de enraizamento social de imigrantes em São Paulo, a partir de práticas religiosas. A organização de uma comunidade cristã junto a Igreja “Bethel dos haitianos de São Paulo” é tomada como estudo de caso. A distribuição de tarefas,

ações de solidariedade e entretenimento entre os membros da comunidade, além do apoio espiritual e psíquico, a caracterizam como um lugar seminal para o intercâmbio linguístico e cultural. Pesquisadores mais apressados logo imaginariam uma hipótese de perda ou transformações profundas de identidade nesse processo. Entretanto, Jacky Mathieu e Gustavo Martinelli apontam a participação na comunidade como uma forma de vivenciar o sentimento de pertencimento e o enraizamento daqueles imigrantes.

“O relacionamento entre os refugiados e a comunidade local em Maratane/Moçambique: da tolerância a focos de tensão (2001-2015)” constitui o foco da análise de Maria Josefina de Sá Consolo. O governo moçambicano implementou obras de infraestrutura como chafarizes, escolas, centros de saúde, estabelecimentos comerciais em um distrito, até então, desprovido desses equipamentos, como política institucional de acolhimento aos refugiados. Além da geração de emprego e renda, essa política gerou significativa melhoria do padrão de vida da comunidade local que vinculou essas conquistas à presença dos refugiados. Contudo, a política de acolhimento também facilitou o acesso dos refugiados ao crédito bancário para a implementação de atividades produtivas, comerciais e de serviços. A mobilidade social dos refugiados decorrente dessa política, no entanto, passou a ser um fator gerador de tensões com a comunidade local. De parceiros nas reivindicações por direitos e melhores condições de vida, os refugiados passaram a ser percebidos e tratados como concorrentes e privilegiados. A amistosidade e a solidariedade iniciais transmutadas em conflitos desafia o governo de Moçambique a reinventar a política de acolhimento, e a comunidade local também é desafiada a reinterpretar a mobilidade social dos refugiados na interface de sua imobilidade social e perspectivas de padrão de vida.

Em *What Happens Post-Return Migration? The Experiences of Brazilian Returnees from Ireland (O que acontece após a migração de retorno? As experiências dos brasileiros que retornam da Irlanda)*, Nivelton Alves de Farias mergulha no universo de imigrantes goianienses retornados da Irlanda e apresenta um conjunto de desafios – entrelaçados entre si, como a escassez de recursos econômicos, problemas de saúde mental, readaptação ao clima da terra natal, reinserção social etc. Mas, também, apresenta relatos de imigrantes que não sentiram com intensidade os desafios de uma readaptação no retorno. Entre os 40 migrantes retornados entrevistados, o autor tem o cuidado de procurar trazer à tona os diferentes graus de afetação das dificuldades para mulheres e homens; e aponta para a necessidade de um olhar e programa mais efetivos do poder público na formulação e implementação de políticas voltadas à migrantes retornados. Tais ações poderiam contemplar necessidades

básicas das pessoas retornadas como acesso ao mercado de trabalho, orientação, apoio a projetos de empreendimentos e renovação do sentimento de pertencimento. Ademais, o trabalho de Nivelton aponta para a necessidade de desenvolvimento e consolidação de uma agenda de pesquisa sobre migrantes regressados ao Brasil.

Saúde e migração constituem uma parêntese temática sempre presente na história da política migratória de regiões e países receptores, expulsos e de trânsito de migrantes, seja em épocas remotas ou recentes. O Brasil não foge à essa perspectiva. Já no final do período colonial, por volta de 1810, eram aplicadas medidas de inspeção, desinfecção de navios e quarentena obrigatória de passageiros e tripulantes de embarcações oriundas de regiões e países suspeitos de epidemias ou doenças contagiosas. Após a independência brasileira, já em 1829, essas medidas foram fortalecidas e ampliadas. E cinco anos após a instituição da República, em 1893, quatro navios recém-chegados ao porto de Santos-SP com imigrantes italianos foram obrigados a retornar imediatamente sob fortes suspeitas de que muitos dos seus passageiros estariam contaminados pela pandemia de Cólera (REBELO, MAIO, HOCHMAN, 2011, pp.69-87,). Mais recentemente, em 2019/2020, não apenas o Brasil, governos de vários países impediram ou bloquearam a entrada de imigrantes, e mesmo de solicitantes de refúgio, em seus territórios sob o argumento de que precisavam proteger suas populações da pandemia de Covid-19. As medidas políticas que regulam a parêntese saúde e migração são múltiplas e questionáveis em muitas situações. Mas estudos sobre o tema ainda são poucos. Nesse sentido, é louvável a excelente pesquisa realizada por Kaio Mitori Rosa Sakai; Mariá Lanzotti Sampaio; Patrícia Martins Montanari e publicada no presente dossiê sob o título de *“Panorama do perfil epidemiológico de migrantes na cidade de São Paulo: análise do perfil de internações a partir de 2020”*. Os autores analisam o perfil de internações de migrantes no município de São Paulo. Uma de suas conclusões aponta para a lacuna nos estudos sobre o tema e a necessidade de melhor compreensão das realidades dos migrantes e ampliação e diversificação das capacidades do sistema de saúde com o objetivo de torna-lo mais acessível e eficaz.

Sancionada em maio de 2017 e vigorando desde novembro daquele ano, a nova Lei de Migração (Lei 13.445/17) chegará ao seu oitavo ano em maio de 2025. Apesar dos 30 vetos do então Presidente Michel Temer, dentre eles, o veto integral do Artigo 118 que previa a anistia aos imigrantes que entraram irregularmente no Brasil até junho de 2016, a Lei foi comemorada como uma das mais progressistas do mundo por seu caráter humanitário. Esta característica nem de longe compunha a lei precedente 6.815/80 (Estatuto do estrangeiro) ancorado em valores nacionalistas. Sancionada a nova Lei, os então governos Temer e Bolsonaro pouco fizeram para a sua regulamentação. Em 2023, o governo Lula inicia um processo de elaboração

da política migratória através da COMIGRAR, Conferência nacional de migração e refúgio. Embora não tenhamos uma efetiva política migratória, é possível e importante avaliar os efeitos práticos da nova Lei de Migração nas realidades dos migrantes, principalmente nas localidades municipais onde buscam acolhimento, trabalho, estudos, inserção social e vivem. Em seu artigo *“Os direitos dos imigrantes à luz da Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017 (Nova Lei de Migração): uma análise a partir do município de Maringá”*, Julia Crubellate procura avaliar os efeitos e a extensão efetivas daqueles direitos com base na nova Lei de migração na esfera municipal.

Márlio Lourenço Fernandes nos apresenta a história de vida e trajetórias de migração de uma família camponesa do Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais. Em seu texto *“Vulnerabilidade, migrações e resiliência - história da família Marques no Vale do Jequitinhonha (Estudo de caso)”*, o autor nos mostra que o acesso à energia elétrica e à água potável foram fundamentais para melhorar as condições de vida dessa família e de milhares de outras suas correlatas. Contudo, a melhoria na infraestrutura ainda não é suficiente para determinar o poder de escolha entre ficar em sua terra ou ter que emigrar. As lutas, resiliências e a migração sazonal, neste contexto, ilustram as condições de trabalho e existência de milhares de outras famílias camponesas em situações semelhantes e historicamente forjadas no bojo das mudanças climáticas, precarização do trabalho e vulnerabilidade social.

Julia Ferreira Scavitti, em seu ensaio *“Por amor aos Chilaquiles: Sobre aterrizar-se sendo estrangeira”*, nos convida a refletir sobre a condição de imigrante e o processo de construção e vivência do sentimento de pertencimento mediados pela culinária. O texto tem uma poética aguçada e fina que ativa o nosso paladar com a descrição dos chilaquiles. Mas a autora não esconde os dramas, conflitos e paradoxos inerentes à condição de ser visto e tratado como “o outro” na vivência da imigração. Contudo, ao saborear Chilaquiles e seus variados graus de picância nos cafés mexicanos, Julia Scavitti, então estudante de doutorado no México, foi descobrindo formas de interação social no país e redesenhando a sua condição de imigrante.

Antes de concluir esta apresentação cabem dois importantes registros. O primeiro é sobre os 50 anos da Casa do Migrante, da Missão Paz, completados em novembro de 2024. Esta edição traz três belos e consistentes relatos, na verdade, testemunhos a respeito dessa Casa que, ao longo do seu meio século de existência, foi se transformando junto com os rostos dos migrantes que nela buscaram guarida. Alfredo José Gonçalves; Dirceu Cutti; e Antenor João Dalla Vecchia, este em parceria com Márcia Araújo, nos fazem ver que, em meio a muitos desafios e transformações, se consolidou o princípio norteador do acolhimento oferecido pela Casa do Migrante, isto é, a condição humana independentemente do estatuto jurídico, da raça/etnia e da religiosidade do migrante.

O segundo registro diz respeito ao Seminário Migrações e transformações sociais, organizado pelo Centro de Estudos Migratórios – CEM, na oportunidade de lançamento da 100ª edição da Revista Travessia. Além de proporcionar reflexões perspicazes sobre o fenômeno migratório e os seus protagonistas, o seminário reuniu pesquisadores de várias gerações e regiões brasileiras, muitos deles colaboradores diretos da Revista Travessia, e amigos de longa data. Houve um intercâmbio fértil de ideias, provocações e estímulos ao trabalho de pesquisa. O encontro foi emocionante, inesquecível, e transmitido ao vivo pela Web Rádio Migrantes e pelo Facebook da Missão Paz, São Paulo. Veja, abaixo, o programa do seminário e o link de acesso à todas as conferências e palestras apresentadas.

SEMINÁRIO DA REVISTA TRAVESSIA – 100ª ED. – MIGRAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

09h00 – Conferência de abertura

A realidade cambiante das migrações e seus desafios interpretativos

José de Souza Martins (USP)

Coord. José Carlos Pereira (CEM/MISSÃO PAZ)

10h30 – Trabalho escravo e migração internacional

Tatiana Waldman (Repórter Brasil)

Coord. Paolo Parise (CEM/MISSÃO PAZ)

10h45 - Mesa Redonda – Relatos da Travessia

Marilda Menezes (UFABC/UNICAMP)

Dirceu Cutti (CEM)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Coord. Ana Carolina G. Leite (UFPE)

11h30 - Conferências de encerramento

A urdidura de uma sociologia nas travessias dos migrantes

Maria Aparecida de Moraes Silva (UFSCAR)

Migração e direitos humanos na América Latina

Rosana Baeninger (UNICAMP)

Coord. Léa Francesconi (USP)

Link de acesso às conferências e palestras no Youtube

<https://www.youtube.com/watch?v=Vh8-Prp2eLY&t=572s>

Foto 1: Conferência de abertura do seminário da 100ª Ed. da Revista Travessia, com o professor José de Souza Martins.



Foto: Miguel Ahumada.

Foto 2: Plenário do seminário da 100ª Ed. da Revista Travessia – Migrações e transformações sociais.



Foto: Miguel Ahumada

Sergio Ricciuto Conte nos brinda com uma arte de capa que retrata uma família em plena travessia. A arte se abre para várias veredas da imaginação e da interpretação. O artista nos convida a ver que “a mãe condensa no rosto a esperança de quem olha firme à sua volta, buscando algo. É interessante notar que é o mesmo olhar dos filhos maiores. O pai e o nenê misturam os seus respectivos rostos nas cores. Essa variabilidade comunica a energia vital

de quem migra, uma energia que se renova no meio da travessia. Não existe uma competência em desafios migratórios. Todo dia é útil para se tornar aula, toda a vida ... uma escola”.

Boa leitura!

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

REBELO, Fernanda; MAIO, Marcos Chor; HOCHMAN, Gilberto. O princípio do fim: o “torna-viagem”, a imigração e a saúde pública no Porto do Rio de Janeiro em tempos de cólera. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 24, nº 47, p. 69-87, janeiro-junho de 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/josec/Downloads/admin,+3273-6908-1-PB.pdf>. Acesso em 30/11/2024.

Presentation

José Carlos Pereira

This edition of *Travessia* brings together a set of texts that converge on the theme “Migration and rights”, forming an important dossier. The articles do not directly address the process of constructing a Brazilian migration policy, currently under debate through the National Conference on Migration and Refuge – COMIGRAR, nor do they focus on the rise of the extreme right and the expansion of xenophobia throughout the world. However, they address several concrete, theoretical and methodological situations that are fundamental to critical reflection, political and social intervention and propose an environment that is favorable to the implementation and accessibility of rights. This is a proposal that seeks to contribute to the debate and social articulations at the interface of the increasingly intense rejection of migrants in European countries and the United States of America – USA, as well as to the process of designing and implementing a Brazilian migration policy.

The authors analyze topics such as naturalization, religiosity, participation and social roots, tolerance and conflicts, belonging, return migration, reception and the new Migration Law, climate change, job insecurity and internal national migration.

In “Challenges of naturalization of immigrants in Brazil: bureaucracy, perceptions and social integration”, Dieugo Pierre and Adilar Cigolini indicate that naturalization would facilitate the integration of immigrants in Brazil, based on two fundamental bases for the experience of rights, that is, the feeling of belonging and citizenship. However, the naturalization process poses important challenges, such as obtaining documents, excessively long waiting times, bureaucratic obstacles, etc., which delay or block access to this right. The authors point to the need to review and improve public naturalization policies as a practical and effective demonstration of the full social integration of immigrants.

In the text “Religious participation as a mechanism for the rooting of Christian Haitian immigrants in São Paulo”, Jacky Mathieu and Gustavo Massola Martinelli seek to highlight processes of social rooting of immigrants in São Paulo, based on religious practices. The organization of a Christian community at the “Bethel dos Haitianos de São Paulo” Church is taken as a case study. The distribution of tasks, solidarity actions and entertainment among the community members, in addition to spiritual and psychological

support, characterize it as a seminal place for linguistic and cultural exchange. More hasty researchers would soon imagine a hypothesis of loss or profound transformations of identity in this process. However, Jacky Mathieu and Gustavo Martinelli point to participation in the community as a way of experiencing the feeling of belonging and rootedness of these immigrants.

“The relationship between refugees and the local community in Maratane/Mozambique: from tolerance to hotbeds of tension (2001-2015)” is the focus of Maria Josefina de Sá Consolo’s analysis. The Mozambican government implemented infrastructure projects such as fountains, schools, health centers, and commercial establishments in a district that until then had lacked these facilities, as part of its institutional policy for welcoming refugees. In addition to generating employment and income, this policy led to significant improvements in the standard of living of the local community, which linked these achievements to the presence of refugees. However, the reception policy also facilitated refugees’ access to bank credit for the implementation of productive, commercial, and service activities. The social mobility of refugees resulting from this policy, however, became a factor that generated tensions with the local community. From being partners in the demands for rights and better living conditions, refugees began to be perceived and treated as competitors and privileged individuals. The initial friendliness and solidarity transformed into conflicts challenged the Mozambican government to reinvent its reception policy, and the local community was also challenged to reinterpret the social mobility of refugees at the interface of their social immobility and prospects for a better standard of living.

In *What Happens Post-Return Migration? The Experiences of Brazilian Returnees from Ireland*, Nivelton Alves de Farias delves into the universe of immigrants from Goiânia who returned from Ireland and presents a set of challenges – intertwined with each other, such as the scarcity of economic resources, mental health problems, readaptation to the climate of their homeland, social reintegration, etc. But he also presents accounts of immigrants who did not feel the challenges of readaptation upon return as intensely. Among the 40 returned migrants interviewed, the author is careful to seek to bring to light the different degrees of impact of the difficulties on women and men; and points to the need for a more effective approach and program by the government in the formulation and implementation of policies aimed at returned migrants. Such actions could address the basic needs of returnees, such as access to the job market, guidance, support for business projects and renewal of the sense of belonging. Furthermore, Nivelton’s work points to the need to develop and consolidate a research agenda on migrants returning to Brazil.

Health and migration are a common theme in the history of migration policy in regions and countries that receive, expel, or transit migrants, whether in ancient or recent times. Brazil is no exception to this perspective. At the end of the colonial period, around 1810, inspection measures were implemented, as well as the disinfection of ships and mandatory quarantine of passengers and crew on vessels originating from regions and countries suspected of having epidemics or contagious diseases. After Brazil's independence, in 1829, these measures were strengthened and expanded. And five years after the establishment of the Republic, in 1893, four ships that had recently arrived at the port of Santos-SP with Italian immigrants were forced to return immediately under strong suspicion that many of their passengers were infected with the cholera pandemic (REBELO, MAIO, HOCHMAN, 2011, pp.69-87). More recently, in 2019/2020, not only Brazil, but governments of several countries prevented or blocked the entry of immigrants, and even asylum seekers, into their territories under the argument that they needed to protect their populations from the Covid-19 pandemic. The political measures that regulate the health and migration relationship are multiple and questionable in many situations. But studies on the subject are still few. In this sense, the excellent research carried out by Kaio Mitori Rosa Sakai; Mariá Lanzotti Sampaio; Patrícia Martins Montanari and published in this dossier under the title "Overview of the epidemiological profile of migrants in the city of São Paulo: analysis of the profile of hospitalizations from 2020 onwards". The authors analyze the profile of hospitalizations of migrants in the city of São Paulo. One of their conclusions points to the gap in studies on the subject and the need for a better understanding of the realities of migrants and the expansion and diversification of the capabilities of the health system with the aim of making it more accessible and effective.

Sanctioned in May 2017 and in force since November of that year, the new Migration Law (Law 13.445/17) will reach its eighth year in May 2025. Despite 30 vetoes by then-President Michel Temer, including the full veto of Article 118, which provided for amnesty for immigrants who entered Brazil illegally until June 2016, the Law was celebrated as one of the most progressive in the world due to its humanitarian nature. This characteristic was far from being part of the previous law 6.815/80 (Foreigner Statute), which was anchored in nationalist values. Once the new law was enacted, the then Temer and Bolsonaro governments did little to regulate it. In 2023, the Lula government began a process of drafting migration policy through COMIGRAR, the National Conference on Migration and Refuge. Although we do not have an effective migration policy, it is possible and important

to evaluate the practical effects of the new Migration Law on the realities of migrants, especially in the municipal locations where they seek shelter, work, study, social inclusion, and live. In her article “The rights of immigrants in light of Law No. 13,445 of May 24, 2017 (New Migration Law): an analysis from the municipality of Maringá”, Julia Crubellate seeks to evaluate the effective effects and extension of those rights based on the new Migration Law at the municipal level.

Márlio Lourenço Fernandes presents us with the life story and migration trajectories of a peasant family from the Jequitinhonha Valley, in the northeast of Minas Gerais. In his text “Vulnerability, migration and resilience - history of the Marques family in the Jequitinhonha Valley (Case study)”, the author shows us that access to electricity and drinking water were fundamental to improving the living conditions of this family and thousands of others like them. However, improvements in infrastructure are still not enough to determine the power of choice between staying on their land or having to emigrate. The struggles, resilience and seasonal migration, in this context, illustrate the working conditions and existence of thousands of other peasant families in similar situations and historically forged in the wake of climate change, precarious work and social vulnerability.

Julia Ferreira Scavitti, in her essay “Por amor aos Chilaquiles: Sobre aterrar-se sendo estrangeira” (For the love of Chilaquiles: On landing while being a foreigner), invites us to reflect on the condition of immigrants and the process of building and experiencing a sense of belonging mediated by cuisine. The text has a sharp and refined poetic style that activates our taste buds with the description of chilaquiles. However, the author does not hide the dramas, conflicts and paradoxes inherent in the condition of being seen and treated as “the other” in the experience of immigration. However, while tasting chilaquiles and their varying degrees of spiciness in Mexican cafes, Julia Scavitti, then a doctoral student in Mexico, discovered forms of social interaction in the country and redesigned her condition as an immigrant.

Before concluding this presentation, two important points should be made. The first is about the 50th anniversary of the Casa do Migrante, part of Missão Paz, which will be celebrated in November 2024. This edition brings three beautiful and consistent reports, in fact, testimonies about this House that, throughout its half century of existence, has been transformed along with the faces of the migrants who sought shelter there. Alfredo José Gonçalves; Dirceu Cutti; and Antenor João Dalla Vecchia, the latter in partnership with Márcia Araújo, show us that, amidst many challenges and transformations, the guiding principle of the welcome offered by the Casa do Migrante has been consolidated, that is, the human condition regardless of the legal status, race/ethnicity and religiosity of the migrant.

The second record concerns the Seminar on Migrations and Social Transformations, organized by the Center for Migration Studies (CEM), on the occasion of the launch of the 100th issue of *Revista Travessia*. In addition to providing insightful reflections on the phenomenon of migration and its protagonists, the seminar brought together researchers from various generations and regions of Brazil, many of whom are direct collaborators of *Revista Travessia*, and long-time friends. There was a fruitful exchange of ideas, provocations, and incentives for research work. The meeting was exciting, unforgettable, and broadcast live on Web Rádio Migrantes and on the Facebook page of Missão Paz, São Paulo. See below the seminar program and the link to access all the conferences and lectures presented.

TRAVESSIA MAGAZINE SEMINAR – 100TH EDITION – MIGRATIONS AND SOCIAL TRANSFORMATIONS

9:00 a.m. – Opening Conference

The Changing Reality of Migrations and Its Interpretative Challenges

José de Souza Martins (USP)

Coord. José Carlos Pereira (CEM/MISSÃO PAZ)

10:30 a.m. – Slave labor and international migration

Tatiana Waldman (Repórter Brasil)

Coordinator Paolo Parise (CEM/MISSÃO PAZ)

10:45 a.m. - Roundtable – Stories of the Crossing

Marilda Menezes (UFABC/UNICAMP)

Dirceu Cutti (CEM)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Coordinator Ana Carolina G. Leite (UFPE)

11:30 am - Closing conferences

The warp of a sociology of migrant crossings

Maria Aparecida de Moraes Silva (UFSCAR)

Migration and human rights in Latin America

Rosana Baeninger (UNICAMP)

Coordinator Léa Francesconi (USP)

Link to access conferences and lectures on Youtube

<https://www.youtube.com/watch?v=Vh8-Prp2eLY&t=572s>

Photo 1: Opening conference of the seminar of the 100th Edition of Travessia Magazine, with teacher José de Souza Martins.



Photo: Miguel Ahumada.

Photo 2: Plenary of the seminar of the 100th Edition of Travessia Magazine – Migrations and social transformations.



Photo: Miguel Ahumada

Sergio Ricciuto Conte presents us with a cover art that portrays a family in the middle of a journey. The art opens up to various paths of imagination and interpretation. The artist invites us to see that “the mother condenses on her face the hope of someone who looks around her, searching for something. It is interesting to note that it is the same look of the older children. The father and the baby blend their respective faces in colors. This variability

communicates the vital energy of those who migrate, an energy that is renewed in the middle of the journey. There is no competence in migratory challenges. Every day is useful to become a lesson, the whole life... a school”.

Good reading!

BIBLIOGRAPHIC REFERENCE

REBELO, Fernanda; MAIO, Marcos Chor; HOCHMAN, Gilberto. O princípio do fim: o “torna-viagem”, a imigração e a saúde pública no Porto do Rio de Janeiro em tempos de cólera. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 24, nº 47, p. 69-87, janeiro-junho de 2011. Available in: <file:///C:/Users/josec/Downloads/admin,+3273-6908-1-PB.pdf>. Accessed on 30/11/2024.

Desafios da naturalização de imigrantes no Brasil: burocracia, percepções e integração social

Challenges of naturalization: bureaucracy, perceptions, and social integration in Brazil

*Dieugo Pierre**
*Adilar Cigolini***

1 INTRODUÇÃO

A relação entre naturalização e integração é um tema relevante no contexto da integração de imigrantes no território de acolhimento. A naturalização refere-se ao processo pelo qual o imigrante adquire a nacionalidade do país em que se estabelece permanentemente, e esse território representa o espaço físico e político onde os imigrantes vivem e se esforçam para se integrarem à sociedade. A integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento envolve a adaptação e inserção na cultura, instituições e comunidades locais. A compreensão da interseção entre naturalização, território e integração é fundamental para promover políticas e práticas que facilitem a inclusão e o desenvolvimento pleno dos imigrantes em seu novo território de residência. No entanto, essa integração envolve desafios relacionados às políticas e práticas burocráticas, à obtenção de documentos legais e ao cumprimento de outros requisitos legais. Uma vez que o imigrante se torna cidadão, adquirindo a nacionalidade do país, ele ganha direitos, como o de votar, o que contribui para seu desenvolvimento econômico, social e cultural, além de promover a coesão social ao fornecer um senso de pertencimento e identidade (CASEIRO, 2021).

*Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

**Professor Doutor do Departamento de Geografia, Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

No Brasil, a cidadania é definida como a ligação legal e política que une um indivíduo ao Estado, tornando-o parte do povo e da esfera pessoal do Estado, conferindo-lhe o direito de solicitar proteção e impondo-lhe deveres (MORAES, 2011). Este conceito inclui três elementos fundamentais: o princípio político da democracia, a dimensão jurídica da personalidade legal e a noção de pertencimento como uma categoria social de identificação pessoal (CASEIRO, 2021).

O livro “Les paradoxes de la naturalisation” de Frauenfelder (2007) oferece uma análise detalhada sobre a questão da nacionalidade no contexto da imigração, descrevendo a naturalização como uma “operação mágica político-social” que transforma indivíduos em membros naturais de uma sociedade. O autor destaca a experiência subjetiva dos candidatos, evidenciando as pressões simbólicas e materiais que enfrentam durante o processo, como a necessidade de explicar suas motivações, encontrar apoio de padrinhos, reunir documentos e arcar com custos financeiros. Frauenfelder caracteriza a naturalização como uma “carreira” que influencia a autoimagem e a apresentação dos indivíduos à sociedade, revelando que a nacionalidade pode ser usada para fins defensivos e positivos, especialmente no mercado de trabalho (FRAUENFELDER, 2007).

O objetivo deste trabalho é examinar a relevância da naturalização como um facilitador da integração de imigrantes no Brasil, destacando a importância da cidadania para garantir direitos políticos e promover um senso de pertencimento na sociedade de acolhimento. Além disso, busca-se analisar como ocorre o processo de naturalização no país e os desafios enfrentados pelos imigrantes, propondo melhorias nas políticas e práticas burocráticas para facilitar a inclusão e o desenvolvimento dos imigrantes no Brasil. Para atingir o objetivo deste trabalho, foi utilizado o método de entrevista semi-estruturada para a coleta de dados com imigrantes que buscaram a naturalização no Brasil. O método de entrevista semi-estruturada permitiu explorar as experiências e dificuldades enfrentadas pelos imigrantes durante o processo de naturalização, focando nos requisitos e obstáculos, como a obtenção de documentos, os períodos de espera e as barreiras burocráticas.

2 NATURALIZAÇÃO COMO MECANISMO DE INTEGRAÇÃO

Considerando a naturalização como um mecanismo de integração, a inclusão social dos naturalizados na vida socioeconômica do território brasileiro torna-se uma questão importante. Nesse contexto, o território destaca-se não apenas como um recurso político, mas também como uma entidade com influência jurídica, manifestando-se em um espaço cheio de

subjetividades e simbolismos. Os naturalizados, como grupos sociais, podem ser afetados por essa influência jurídica, pois o território é formado por múltiplas relações de poder, que variam desde as mais materiais e econômico-políticas até as mais simbólicas e culturais (HAESBAERT, 2009; RAFFESTIN, 2009; SOUZA, 2009).

A naturalização, enquanto processo formal que permite a um estrangeiro adquirir a nacionalidade de um país, desempenha um papel fundamental na integração dos imigrantes. Ao conquistar a cidadania, os imigrantes não só adquirem direitos políticos e sociais, mas também se integram mais profundamente nas dinâmicas socioeconômicas e culturais do país. Isso pode facilitar seu acesso ao mercado de trabalho, à educação e aos serviços de saúde, promovendo uma integração mais ampla e efetiva.

En tal contexto, ao abordar a questão de coesão social e sensação de pertencimento e identidade ao imigrante, Sassen (2010) oferece uma perspectiva multidisciplinar sobre a relação entre naturalização e território, explorando as dinâmicas sociais, econômicas e políticas envolvidas nesse processo. De acordo com a autora, a naturalização e o território estão relacionados de várias maneiras, especialmente quando se trata do status e de direitos. Uma das principais conexões está vinculada ao conceito de nacionalidade, que está intimamente relacionado ao território. Ao tomar a nacionalidade, o imigrante faz parte do sistema legal e político do território de acolhimento, isso concede a ele o direito de possuir propriedades e outros bens dentro desse território, direitos de voto, de participação política, entre outros. Ainda segundo a autora, a naturalização é o processo pelo qual o imigrante se torna cidadão do território de acolhimento, estabelecendo conexão direta entre ele e o território. No entanto, o imigrante enfrenta desafios significativos durante o processo de naturalização, com implicações políticas e sociais. Considerando o território como um espaço de controle e exclusão, onde políticas de migração e naturalização são implementadas, é essencial refletir sobre as noções de pertencimento e os direitos do imigrante em relação a esse território. Nesse sentido, Balibar (1999) afirma que a cidadania está intrinsecamente ligada ao conceito de território, e que a inclusão ou exclusão do imigrante é determinada por fatores territoriais, especialmente pela maneira como as políticas de naturalização e as fronteiras nacionais influenciam a construção da identidade e a distribuição de direitos.”

Dessa forma, Raffestin (1992) complementa essa perspectiva ao abordar o conceito de fronteira não apenas como uma barreira física, mas principalmente como uma construção social. Ele destaca que a fronteira é um elemento estrutural fundamental, condicionado por uma interface eco-bio-socio-lógica, que desempenha quatro funções essenciais: tradução, regulação, diferenciação e relação. Assim, a compreensão das dinâmicas de exclusão

e inclusão de imigrantes se entrelaça com a análise da fronteira como um elemento-chave na regulação das trocas entre territórios e na determinação das relações sociais entre eles, ressaltando a influência do contexto político e legal na definição do papel das fronteiras em uma sociedade.

No âmbito da distribuição dos direitos, a integração e participação democrática do imigrante na vida política do território de acolhimento, bem como suas responsabilidades, devem ser garantidas e promovidas. Ao obter a nacionalidade, o imigrante se torna membro pleno da sociedade e tem o direito de participar do processo político que é um pilar da democracia, isso permite que ele expresse sua opinião e escolha seus representantes nas eleições, que contribua para a formação de políticas públicas e participe ativamente na vida democrática do território de acolhimento. Com seu direito de eleger, ele pode escolher candidatos que representem seus interesses e suas preocupações. No entanto, as leis de cada país podem variar em relação ao processo de naturalização e os direitos concedidos ao imigrante. Em alguns países, podem haver mais restrições no processo de naturalização e no direito concedido ao imigrante, como por exemplo, o direito de votar em apenas em níveis municipais das eleições. Em outros, o processo de naturalização pode ser mais flexível ao imigrante elegível em relação a esses direitos (LOSEGO & LUTZ, 2006; OCDE, 2010-2011).

De acordo com um estudo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) realizado em 2011, o imigrante naturalizado geralmente apresenta melhores índices de integração social do que outros não naturalizados. No entanto, a OCDE considera que o impacto da naturalização não pode ser simplesmente comparado entre imigrantes que se naturalizaram e aqueles que não o fizeram. Dados diacrônicos são necessários para fazer essa comparação ao longo do tempo. Mas, as pesquisas da OCDE mostraram que a naturalização geralmente leva a melhores resultados de emprego, com maior probabilidade de trabalhar em cargo mais qualificado, sobretudo com possibilidade de trabalhar no setor público. Esses estudos da OCDE, observam-se sinais crescentes de melhoria do futuro profissional, principalmente, para imigrantes após a naturalização. Essa melhoria da situação do cidadão naturalizado pode ser explicada pelo fato dele ter acesso a melhores empregos uma vez que adquire a nacionalidade do país de acolhimento. Enquanto não fore naturalizado, ele é proibido de trabalhar em empregos que exijam a nacionalidade do país e não pode trabalhar no setor público. Nesse sentido, a naturalização pode ser considerada, em certa medida, um instrumento a favor da integração, embora para o imigrante a perda da nacionalidade de origem seja frequentemente considerada o principal custo da naturalização. Para o imigrante esse custo pode ser compensado pela obtenção de um passaporte de outro país. Outro aspecto

da naturalização, é o direito de voto nas eleições nacionais do novo país e fazer parte do exército, cujo acesso muitas vezes é restrito aos cidadãos do país. Por todos esses fatores, a naturalização é frequentemente interpretada como resultado de uma política que se manifesta por meio de leis, protocolos administrativos e, principalmente, por modelos interpretativos político-ideológicos que são percebidos como expressões de vontade política.

Essa vontade política é crucial para o processo de integração bem-sucedido dos imigrantes em um território de acolhimento. Por que ela se refere à determinação e ao compromisso das autoridades governamentais em promover políticas e medidas que facilitem a integração dos imigrantes por meio da coesão social e a construção de uma sociedade inclusiva. Por meio dessa vontade política a obtenção da nacionalidade pelos imigrantes poderia ter impactos diretos na sua situação socioeconômica, pois possibilita o acesso às perspectivas de mobilidade social, acesso a melhor emprego e a direitos políticos e sociais. Nesse caso, ela pode ser considerada como um dispositivo de integração, um importante instrumento de políticas de integração, embora as condições para a sua concessão variem consideravelmente de um território para outro (LOSEGO & LUTZ, 2006; OCDE, 2010-2011).

Por exemplo, o tempo mínimo de permanência exigido para a naturalização ordinária varia entre três anos no Canadá, dez anos na Espanha, doze anos na Suíça, e 4 anos no Brasil. Muitos outros países caminham para um intervalo entre cinco e oito anos de permanência. Alguns outros adotaram critérios de permanência e a obrigatoriedade de conhecimento mínimo do idioma, enquanto outros impõem testes de cidadania para avaliar o conhecimento do imigrante sobre a história e as instituições do país, como Alemanha, Estados Unidos, França, entre outros. Além das condições para a concessão da naturalização variarem consideravelmente de um território para outro, ela tem uma caráter de seletividade. Deve-se mencionar também que em alguns territórios de acolhimento é reforçada a importância do acesso à cidadania entre as várias medidas públicas destinadas a promover a integração, por exemplo, através da organização de cerimônias oficiais de aquisição da nacionalidade (ZALC, 2017; OECD, 2011).

Na última década, a população imigrante no Brasil cresceu significativamente. Segundo o relatório de 2022 do Sistema Nacional de Registro Migratório (SisMigra), cerca de 151.155 imigrantes residem no país, com 44,8% sendo mulheres, 19,7% crianças e 9,6% adolescentes (CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G., 2022). O relatório subsequente de 2023 confirma essa tendência, indicando que entre 2011 e 2023, foram registrados 1.340.266 imigrantes residentes e temporários, originários de 193 países. Destes registros, 54,64% são do sexo masculino e 45,36% do sexo feminino (CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L., 2023).

A fixação permanente desses imigrantes levanta, inevitavelmente, a questão do seu acesso à cidadania brasileira. O seu acesso à cidadania brasileira implica as políticas migratórias, leis de naturalização e práticas adotadas pelas autoridades brasileiras, as condições sociais, econômicas e culturais que influenciam sua capacidade de se estabelecer e adaptar ao contexto brasileiro. Isso envolve aspectos como acesso ao mercado de trabalho, educação, saúde, moradia e serviços sociais, além das interações com a população local e a dinâmica de integração nas diversas comunidades de acolhimento. E também as políticas públicas e iniciativas governamentais voltadas para a promoção da integração dos imigrantes. No entanto, apenas os aspectos vinculados às políticas e práticas burocráticas que afetam o processo de naturalização no Brasil são discutidas nesse texto.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Castro e Oliveira (2022) consideram o método de entrevista semi-estruturada uma abordagem metodológica relevante para pesquisadores, especialmente em estudos qualitativos de caráter interpretativo. Além disso, esta técnica geralmente utiliza um roteiro de perguntas para a coleta de dados, visando aumentar as possibilidades de análise dentro de uma relação autêntica entre entrevistador e entrevistado. Os autores descrevem a entrevista semi-estruturada como uma ferramenta eficaz para a coleta e tratamento de dados sob uma perspectiva qualitativa e interpretativa, destacando que esta abordagem qualitativa emprega um guia de entrevista com perguntas previamente definidas, mas permite flexibilidade para explorar tópicos emergentes durante a conversa. Assim, o entrevistador pode fazer perguntas adicionais baseadas nas respostas do entrevistado, proporcionando maior profundidade na exploração dos temas, e pode ajustar as perguntas conforme a dinâmica da entrevista, permitindo uma conversa mais natural e detalhada.

Por outro lado, Mondada (1997) observa que as entrevistas, em suas variadas formas, têm sido amplamente utilizadas em estudos de campo para compreender diversos fenômenos. Ele destaca que estas entrevistas se destacam como uma técnica de interação social dinâmica, flexível e criativa, que possibilita aos participantes, incluindo o pesquisador, construir coletivamente uma versão do fenômeno analisado.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Minayo e Costa (2018) destacam que a entrevista, tanto no sentido amplo de comunicação verbal quanto no sentido restrito de coleta de dados sobre um tema específico, é a estratégia mais comum no trabalho de campo. Para esses autores, é uma técnica acessível a qualquer pesquisador, mesmo os iniciantes, caracterizada

principalmente como uma troca de ideias entre dois ou mais participantes, iniciada pelo entrevistador e voltada para a obtenção de informações sobre um objeto de estudo específico. Nessa perspectiva, Haguette (2001) observa que a entrevista se distingue de um simples diálogo por sua intencionalidade, já que é uma conversa orientada para alcançar um objetivo específico, que não é apenas a interação em si mesma.

Na mesma lógica as entrevistas foram realizadas com a finalidade de compreender as experiências dos participantes em relação ao processo de naturalização. As perguntas foram formuladas considerando a naturalização como um mecanismo de integração dos imigrantes e de mobilidade social, além de buscar entender as políticas e práticas burocráticas envolvidas. As entrevistas incluíram as seguintes questões desse Quadro 1.

Quadro 1 - Perguntas feitas aos entrevistados

Pergunta	Descrição
1	Quais são os principais desafios que você enfrenta no seu processo de naturalização?
2	Como você percebe a importância da mobilidade social ao adquirir o passaporte brasileiro?
3	De que maneira as práticas burocráticas afetam o seu processo de naturalização?
4	Como você avalia o processo?

Fonte : Elaboração nossa

As entrevistas realizadas foram um total de sete, sendo que duas delas foram conduzidas por meio de videochamada no aplicativo WhatsApp, enquanto as outras cinco foram realizadas em encontros presenciais. Deve-se mencionar que a pesquisa qualitativa, não se resume a quantificar várias opiniões ou a simples obtenção de um número exato de participantes. Em vez disso, seu propósito é explorar as diversas perspectivas e interpretações que se relacionam com o tema em discussão. No mesmo contexto, Bauer e Gaskell (2002) afirmam que a escolha específica da quantidade de participantes é embasada na ideia de que o estudo de uma amostra reduzida pode oferecer uma base sólida, que representa o todo de maneira significativa.

A utilização de dois formatos diferentes para as entrevistas mostrou-se valiosa. As entrevistas realizadas pelo WhatsApp trouxeram a vantagem da acessibilidade, especialmente para incluir participantes que estão fora do Brasil. Esse formato eliminou as barreiras geográficas, permitindo que esses participantes distantes contribuíssem para o estudo. No entanto, também

há desafios. A qualidade da conexão à internet pode variar, resultando em possíveis interrupções e dificuldades de comunicação durante a entrevista. Diferenças nos dispositivos usados pelos participantes podem afetar a qualidade do áudio e vídeo, impactando a clareza da comunicação. A videochamada pode limitar a capacidade do entrevistador de observar sinais não-verbais completos, como linguagem corporal e microexpressões, importantes para uma compreensão completa das respostas. Manter o engajamento dos participantes pode ser mais difícil em videochamadas do que em interações presenciais, onde o contato visual e a presença física são mais eficazes.

Por outro lado, as entrevistas presenciais trouxeram uma dimensão humana e relacional. Isso permitiu uma leitura profunda das expressões faciais, linguagem corporal e nuances emocionais dos participantes, enriquecendo a compreensão do estudo.

Os participantes representavam diversas nacionalidades, incluindo 1 da Venezuela, 5 do Haiti e 1 de Benin. Além disso, é importante mencionar que dois deles atualmente residem fora do Brasil. A opção de realizar entrevistas por videochamada no WhatsApp tem se mostrado vantajosa. Esse formato de entrevista online facilitou a participação na pesquisa de dois haitianos naturalizados brasileiros que residem em Portugal. Isso proporciona a oportunidade deles de se envolverem na pesquisa sem a necessidade de comparecer pessoalmente. Além da facilidade de acesso, isso traz benefícios consideráveis em termos de economia de tempo e recursos. Ao optar por esse método, tanto o entrevistador quanto os participantes 01 e 02 se beneficiam da eliminação de gastos associados aos deslocamentos físicos, como passagens de viagem. Isso também otimiza a eficiência da pesquisa, permitindo que as entrevistas desses dois participantes sejam conduzidas de maneira mais ágil e conveniente para eles. E promove a inclusão deles que moram em espaços geográficos distantes.

Essa abordagem abriu espaço para esses participante compartilharem suas experiências de maneira mais impactante, enriquecendo assim o conteúdo da pesquisa.

Suas idades variavam entre 18 e 39 anos, com uma única mulher entre eles. Alguns dos participantes, como o Participante 01, um homem haitiano de 39 anos, e o Participante 02, outro homem haitiano de 37 anos, já finalizaram o processo e conquistaram a cidadania brasileira. O mesmo ocorreu com os participantes 06, um haitiano de 32 anos, e 07, um haitiano de 39 anos. Os Participantes 01 e 02 residem atualmente em Portugal como cidadãos brasileiros, e suas entrevistas foram conduzidas por meio do WhatsApp. Já o Participante 03, um homem de 29 anos, haitiano ainda está em processo de naturalização. Por sua vez, o Participante 04,

um homem de 34 anos de nacionalidade venezuelana, encontra-se em estágios diferentes do processo, que compreende cinco etapas: solicitação, complementação de informações, análise pela Polícia Federal (PF), análise pelo MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública) e processo finalizado. O Participante 05, um homem de 35 anos e natural de Benim, está na fase de processo finalizado de sua naturalização.

Após as entrevistas, foram feitas as transcrições e, a partir delas, análises do conteúdo, com o objetivo de identificar declarações e informações capazes de esclarecer a problemática da pesquisa.

Embora não haja um número fixo de entrevistas exigido em pesquisas qualitativas, o total conduzido neste estudo foi determinado pela disponibilidade dos participantes dispostos a colaborar. Apesar de não ser extensa em números, esta amostra é considerada suficiente para alcançar uma compreensão profunda e detalhada do fenômeno investigado.

É importante ressaltar que vários imigrantes recusaram participar das entrevistas por diversas razões. Muitos sentem-se usados, como se suas histórias e experiências fossem apenas dados a serem explorados, sem nenhum benefício ou retorno tangível para eles. Além disso, há um receio significativo de exposição. Os participantes temem que suas informações pessoais possam ser divulgadas ou mal interpretadas, levando a possíveis repercussões negativas em suas vidas pessoais e profissionais. Questões de agenda também desempenharam um papel crucial nesse processo. Muitos imigrantes enfrentam horários de trabalho irregulares ou prolongados, o que dificulta sua disponibilidade para participar das entrevistas. A necessidade de conciliar trabalho e outras obrigações pessoais limitou a flexibilidade para agendar entrevistas em horários mutuamente convenientes. Os horários dos imigrantes nem sempre coincidem com os dos pesquisadores. Enquanto estes últimos tendem a ter horários mais estruturados e previsíveis, os imigrantes frequentemente trabalham em turnos variados, incluindo noturnos ou nos finais de semana.

Durante a pesquisa, um desafio significativo surgiu devido à relutância de alguns participantes em compartilhar suas experiências de naturalização. Isso pode estar relacionado às implicações políticas e legais nos países de origem, onde a obtenção de outra cidadania pode resultar na perda de direitos e benefícios, ou até mesmo dificultar o retorno ao país natal. A apreensão dessas consequências pode explicar por que alguns participantes não se sentiam totalmente à vontade para discutir o processo de naturalização. Essa decisão pode variar dependendo das políticas específicas de dupla cidadania em seus países de origem e dos acordos internacionais que regem essas questões. É essencial reconhecer que cada país possui suas próprias regras sobre naturalização e suas consequências associadas.

Também é importante ressaltar que ao estabelecer contato com o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) para solicitar os dados de imigrantes naturalizados no Brasil, infelizmente, foi informado que tais informações não estão disponíveis. Essa resposta levanta algumas reflexões e considerações adicionais. Uma possível razão para a falta de disponibilidade dos registros de imigrantes naturalizados no Brasil é a existência de restrições legais ou burocráticas no acesso a essas informações. A proteção da privacidade e dos dados pessoais é uma questão relevante, pois podem impor restrições ao compartilhamento de dados sensíveis. É fundamental ressaltar a importância da transparência e do acesso à informação. A disponibilidade de dados é essencial para a realização de pesquisas, estudos e análises em diversas áreas do conhecimento. No contexto da imigração, compreender o perfil dos imigrantes naturalizados pode contribuir para a formulação de políticas públicas mais efetivas e para a compreensão dos impactos sociais, econômicos e culturais da migração.

Acesso a dados confiáveis e atualizados é essencial para a produção de conhecimento e embasar decisões com base em evidências sólidas. Portanto, é crucial incentivar a transparência e o compartilhamento de informações, desde que sejam garantidas a proteção da privacidade e a segurança dos dados pessoais.

O OBMigra, com seu papel vital na coleta e análise de dados sobre migração, é uma fonte pública oficial confiável e abrangente nesse campo. Após um contato formal, no qual apresentamos os objetivos e justificativas da nossa pesquisa, opta-se pelo OBMigra devido à sua reputação e vasto conjunto de dados. No entanto, enfrenta-se uma limitação significativa: a resposta negativa do OBMigra e a falta de participação de imigrantes naturalizados. Isso dificulta nossa capacidade de analisar e compreender o perfil e o impacto desses imigrantes em nosso estudo. A ausência dessas informações relevantes também dificulta a compreensão dos aspectos sociais, econômicos e culturais relacionados à naturalização.

4 A OBTENÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA PELOS IMIGRANTES

No Brasil, de acordo com a Constituição da República Federativa de 1988, estabelecida em seu artigo 12, a nacionalidade brasileira pode ser obtida por naturalidade (*jus soli*) ou por naturalização (*jus sanguinis*), oferecendo diferentes caminhos para que o imigrante se torne cidadão brasileiro. A nacionalidade brasileira por naturalidade ocorre quando a pessoa nasce no território brasileiro. Independentemente da sua vontade, o simples fato de ter nascido no solo brasileiro confere a essa pessoa a nacionalidade brasileira.

Esse princípio é conhecido como “*jus soli*” ou direito de territorialidade. Por outro lado, a nacionalidade brasileira por naturalização ocorre quando a pessoa solicita e obtém a nacionalidade brasileira. Nesse caso, o imigrante deve atender a determinados requisitos e seguir um processo estabelecido pelas leis brasileiras. Por exemplo, a pessoa deve residir no Brasil por um período de tempo determinado, seja casada com brasileiro(a), tenha filhos brasileiros ou cumpra outros critérios definidos pela legislação.

Em relação à questão de residir no Brasil, a pessoa deve obter uma autorização de residência permanente, de acordo com o estabelecido pela legislação brasileira. O prazo de residência pode variar dependendo das circunstâncias, como o país de origem do migrante e a existência de vínculos familiares com cidadãos brasileiros. Além disso, ele deve ter capacidade civil, ou seja, ser capaz de adquirir e exercer os direitos e obrigações previstos em lei, conforme estabelecido pelo Código Civil brasileiro. Também é necessário que o migrante seja capaz de se comunicar em língua portuguesa. A apresentação de documentos que comprovem essa condição é obrigatória, de acordo com o artigo 5º da Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020. O migrante não deve ter sido condenado criminalmente, nem estar em processo de reabilitação, conforme a legislação brasileira. Para comprovar essa condição, o interessado deve apresentar documentos como certidão de antecedentes criminais expedida pela Justiça Federal e Estadual do local onde tenha residido nos últimos quatro anos, além de extrato de antecedentes criminais ou documento equivalente expedido pelo país de origem, devidamente legalizado ou apostilado e traduzido por um tradutor público oficial no Brasil. Esses são apenas alguns dos principais requisitos para que a pessoa possa lançar o seu processo de naturalização no Brasil. É importante ressaltar que cada caso pode ter particularidades específicas, e a análise e decisão final são de competência das autoridades responsáveis pela concessão da nacionalidade brasileira, como o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

É pertinente mencionar também que o Brasil possui um sistema chamado “Naturalizar-se”, que permite a tramitação dos processos de naturalização no país. Por meio desse sistema, o requerente cadastra seus dados, preenche o formulário de pedido de naturalização de acordo com a opção escolhida (ordinária, extraordinária, provisória ou definitiva) e recebe notificações. O sistema é gerido por diversos atores envolvidos nas etapas do processo de candidatura, como os próprios requerentes de naturalização, a Polícia Federal e o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Desde novembro de 2020, o sistema “Naturalizar-se” tornou-se a forma exclusiva de solicitar pedidos, acompanhar o andamento e completar os dados necessários. Esse sistema trouxe maior agilidade no processamento dos pedidos, otimizando

a execução dos trâmites e melhorando a eficiência e a segurança das informações. Para os solicitantes, tornou-se uma forma mais simples e ágil de formalizar o pedido, além de oferecer acesso online às informações sobre o andamento do processo, o que garante maior transparência. Além disso, toda a comunicação entre a Polícia Federal, o Ministério da Justiça e o requerente é feita por meio do sistema. O requerente pode acompanhar o andamento do seu processo e verificar, por exemplo, se há alguma pendência adicional a ser resolvida. Percebe-se que o sistema “Naturalizar-se” tem facilitado muito aos requerentes e contribui na agilização do processo e tornar mais eficiente todo o procedimento, proporcionando aos solicitantes uma experiência mais acessível, transparente e simplificada na busca pela nacionalidade brasileira

5 OS NATURALIZADOS: REFLEXÕES COM BASE NAS EXPERIÊNCIAS DOS PROCESSOS DE NATURALIZAÇÃO

O relato do Participante 04 destaca os entraves burocráticos ao longo do processo de naturalização. Ele menciona que o procedimento demorou dois anos, levando-o a contratar um advogado para acelerar o processo. Além disso, compartilha uma experiência frustrante na revalidação do certificado educacional, em que seu certificado foi rejeitado, enquanto certificados aparentemente idênticos de outros imigrantes foram aceitos. Essa discrepância sugere possíveis desafios e inconsistências nos processos de validação. O relato do Participante 04 destaca a necessidade de maior transparência e justiça nos processos de avaliação, visando garantir igualdade de oportunidades para todos os imigrantes que buscam a naturalização. Assim, essa história ressalta a importância de examinar cuidadosamente os procedimentos burocráticos relacionados à naturalização.

Por sua vez, o Participante 03 compartilha uma experiência significativa sobre os obstáculos que enfrentou como imigrante antes de obter a naturalização brasileira. Em 2021, ao se candidatar a cargos de intérprete, tradutor e mediador em uma escola, interagindo com alunos imigrantes, ele não foi escolhido devido à sua condição de estrangeiro. Isso destaca as barreiras percebidas no acesso a oportunidades de emprego para os imigrantes, simplesmente por ser considerado estrangeiro.

O depoimento do Participante 01 evidencia as complicações enfrentadas após a naturalização. Mesmo sendo agora um cidadão brasileiro, ele encontra desafios ao tentar se integrar tanto no Brasil quanto em Portugal como brasileiro, especialmente na comunidade brasileira no território português.

Na mesma perspectiva o entrevistado 06 compartilhou sua experiência que lança luz sobre a percepção em relação ao imigrante naturalizado.

No dia 8 de dezembro, eu estava programado para viajar no Haiti. Ao chegar no Aeroporto Internacional de Guarulhos para realizar o meu check-in, apresentei o meu passaporte brasileiro, e o atendente percebeu que eu sou do Haiti. Ele me perguntou se eu tinha outro passaporte, e eu respondi que sim, sou haitiano também. Apresentei o meu passaporte haitiano. Como minha passagem não tinha escala no Panamá, ele disse que eu não tinha visto de trânsito para o Panamá. Expliquei que brasileiros não precisam desse visto. Ele respondeu dizendo que eu não sou brasileiro; é apenas um Haitiano usando um passaporte brasileiro” (PARTICIPANTE 06, 30/12/2023).

Essa narrativa destaca as complexidades enfrentadas pelos imigrantes naturalizados, como o Participante 06, ao lidar com as percepções e tratamentos distintos com base em sua origem. A situação ressalta a possível falta de compreensão e reconhecimento de sua identidade como brasileiro naturalizado, mesmo diante da apresentação de documentos oficiais. Isso evidencia desafios que alguns imigrantes podem enfrentar ao buscar acesso igualitário e reconhecimento de sua cidadania em situações cotidianas.

O participante 07, compartilhou uma experiência semelhante que ilustra a mesma situação.

Durante uma viagem, fui confrontado com a realidade de que, por não ter nascido no Brasil, o benefício da mobilidade concedido aos brasileiros não se estende a mim como imigrante naturalizado brasileiro. Um agente de imigração da Nicarágua deixou isso claro, explicando que o local de meu nascimento faz toda a diferença. Isso influencia drasticamente o meu tratamento em relação à minha entrada no território nicaraguense, por ser nascido no Haiti (PARTICIPANTE 07, 20/12/2023).

O relato destaca as dificuldades e distinções enfrentadas por imigrantes naturalizados ao lidar com práticas diferenciadas com base no país de nascimento. A narrativa do Participante 07 evidencia a complexidade e, por vezes, a falta de reconhecimento igualitário em relação à mobilidade e tratamento em fronteiras, mesmo após a obtenção da cidadania brasileira. Isso ressalta a necessidade de abordar questões de igualdade e compreensão nos processos de entrada em territórios estrangeiros.

Essas experiências ilustram a complexidade das interações enfrentadas por imigrantes que adquiriram a nacionalidade de seu país de acolhimento. A falta de compreensão sobre sua identidade e status pode resultar em desafios

práticos, como a exigência injustificada de vistos e a recusa em aplicar as mesmas regras que se aplicam aos cidadãos nativos. As narrativas destacam as complexidades e desafios enfrentados por imigrantes naturalizados ao confrontar percepções diferenciadas e tratamentos distintos com base em seu país de origem, mesmo possuindo a nacionalidade do país de acolhimento, tanto no Brasil quanto no exterior. Essas experiências ressaltam a necessidade urgente de uma abordagem mais equitativa e sensível nas práticas e políticas relacionadas à mobilidade social, visando garantir tratamento justo e igualitário a todos os cidadãos, independentemente de seu local de nascimento.

As reflexões de Cigolini & Souza (2023) vêm ao encontro dessa urgência ao discutirem os desafios específicos enfrentados pelos migrantes em sua busca pela integração no Brasil. A análise dos autores sublinham a relevância de políticas públicas e garantias legais adequadas para enfrentar os obstáculos enfrentados por esses indivíduos. De maneira complementar, o trabalho “Desigualdade, pobreza e renda: análise das estratégias de mitigação das políticas públicas para migrantes no Paraná”, de Pierre (2023), aponta desafios significativos para a integração dos imigrantes, abordando questões de emprego, moradia, acesso a serviços sociais e condições econômicas. O estudo resalta a necessidade de criar mais oportunidades de trabalho e empregos dignos, destacando que a falta de acesso a serviços sociais, como habitação, impede a inclusão social e afeta o bem-estar dos imigrantes. Além disso, as precárias condições de moradia e a difícil situação econômica evidenciam a urgência de políticas e programas que melhorem a qualidade de vida e reduzam a pobreza.

Por outro lado, o estudo “Haitianos no Paraná: distinção, integração e mobilidade”, de Oliveira (2017), evidencia a falta de pesquisas que explorem a relação entre as características socioeconômicas dos imigrantes haitianos e suas práticas sociais no Brasil. Essas práticas incluem atividades de integração, como formas de organização social, lazer, práticas culturais e religiosas, além das expectativas em relação à sociedade brasileira e ao desejo de permanecer no país de maneira definitiva. A suposição é que as práticas sociais, culturais e a capacidade de integração dos imigrantes haitianos revelem aspectos das estruturas sociais e dos hábitos de classe. O estudo destaca que as imagens negativas associadas ao Haiti e aos haitianos, divulgadas pela mídia, especialmente pela imprensa escrita, representam um desafio significativo para uma integração social mais ampla. O grau de integração social é considerado baixo.

Portanto, a conexão entre as experiências dos participantes e as reflexões de Cigolini & Souza (2023) e de Oliveira (2017) ressaltam a complexidade do cenário de integração no contexto migratório e reforça a importância de uma abordagem holística para assegurar uma inclusão mais efetiva e justa no

contexto brasileiro. Entretanto, Sayad (1994) destaca que avaliar a integração requer uma abordagem que leve em consideração a singularidade de cada indivíduo e o caráter contínuo desse processo. A integração não deve ser vista como um processo com etapas claramente definidas, mas sim como uma interação constante entre a linguagem do indivíduo que busca se integrar e a linguagem da sociedade que o acolhe.

Ao abordar o processo de integração na perspectiva de Sayad (1994), observa-se que o imigrante naturalizado pode ser considerado alguém que procura encontrar a identidade territorial do seu território de acolhimento. Conforme Haesbaert (2007) ressalta, essa busca ou construção identitária leva o indivíduo ou grupo de indivíduos a recorrerem a elementos simbólico-identitários que se fundamentam na “naturalização” de uma identidade associada a um território específico. Simultaneamente, grupos dominantes podem criar essas identificações como uma forma de evitar a miscigenação cultural e a insegurança que ela pode trazer. A “naturalização” da identidade implica na aquisição de um suposto “direito” em um contexto espacial e temporal, que pode ser parcialmente “real” ou completamente “construído”. Isso é evidenciado pelos relatos do Participante 1, que está vivendo fora do Brasil desde 2021.

Mesmo após que eu tenho a nacionalidade brasileira estou enfrentando desafios reais ao tentar me integrar ao Brasil, bem como em Portugal como brasileiro na comunidade brasileira em Portugal. As oportunidades que isso me deu é de viajar na Europa com o meu passaporte brasileiro (PARTICIPANTE 01, 08/03/2023).

Esse relato revela diversos desafios enfrentados pelos indivíduos que obtiveram a cidadania brasileira. Ainda não são vistos como brasileiros por parte da sociedade brasileira, mesmo após a naturalização, o que destaca a complexidade das identidades múltiplas e as percepções de nacionalidade. Isso sugere que a naturalização não resolve completamente questões de identidade e integração cultural. Os desafios de integração mencionados indicam que a cidadania, por si só, não garante uma plena integração na sociedade de acolhimento. Além disso, a observação sobre a oportunidade de viajar para países na Europa com o passaporte brasileiro destaca um benefício da cidadania que pode melhorar a mobilidade social desses imigrantes. Em resumo, esse relato mostra que a naturalização é apenas um aspecto da experiência de imigrantes, e muitos outros fatores, incluindo percepções sociais e identidade cultural, desempenham um papel importante na integração e na experiência geral dos imigrantes naturalizados em seu país de acolhimento.

Por outro lado, o relato do Participante 3, mostra que a integração é viável através da naturalização.

Posso mencionar um exemplo do ano de 2021, quando me candidatei a posições de intérprete, tradutor e mediador de conversas em uma escola. Essa função envolvia interações com estudantes migrantes e suas famílias. No entanto, apesar do meu interesse, não fui selecionado para essas posições, por que eu era considerado estrangeiro. Neste ano, o edital foi lançado com a oportunidade de participação para imigrantes naturalizados, o que vejo como uma maneira de promover a integração. No entanto, ainda é cedo para afirmar com certeza como isso se desdobrará para mim, agora que sou naturalizado. Já estou considerando a ideia de participar de concursos para atuar como professor (PARTICIPANTE 03, 08/03/2023).

Este depoimento enfatiza a viabilidade da integração após a obtenção da naturalização brasileira, apesar das incertezas que existem sobre como sua vida se desenrolará após a obtenção da cidadania. Isso sublinha a necessidade de políticas claras e contínuas que apoiem a integração a longo prazo. Além disso, a consideração de participar de concursos para se tornar professor demonstra que alguns imigrantes naturalizados estão dispostos a fazer esforços significativos para se integrar, apesar dos desafios iniciais.

Cigolini & Souza (2023) enfatizam a importância de reconhecer que a efetivação das leis e políticas públicas só ocorrerá com o apoio ativo das entidades locais, sejam elas de âmbito municipal ou estadual, bem como com o comprometimento dos funcionários envolvidos nessas organizações. Além disso, a população em geral e os próprios imigrantes desempenham um papel crucial ao pressionar pelo pleno cumprimento do sistema estabelecido pelos instrumentos legais. É relevante lembrar que a lei, em sua essência, é apenas teoria - um conjunto de palavras impressas em um documento. São as instituições, sejam elas públicas ou privadas, incluindo o setor produtivo, e os indivíduos que as compõem, que transformam essas palavras em práticas. Eles constituem o elo essencial entre os direitos legalmente estabelecidos e sua concretização no dia a dia.

Quando se aborda a maneira como os direitos estipulados por lei se aplicam ao processo de naturalização, os participantes consideram que o processo em si costuma ser considerado simples, especialmente com o sistema do "Naturalizar-se". Entretanto, eles também apontam que, em alguns casos, podem surgir obstáculos, especialmente quando há falta de documentação ou quando os documentos apresentados não estão em ordem. Além disso,

a questão da demora na comunicação em casos de documentos faltantes ou incorretos pode estender o processo para além dos três meses estabelecidos por lei. Aqui se encontra o depoimento do Participante 4.

O meu processo demorou 2 anos. Fui obrigado a recorrer à contratação de um advogado para agilizar o procedimento. [...] Eu e outros imigrantes realizamos a mesma prova de revalidação em uma instituição educacional estadual, mas o meu certificado foi rejeitado, o certificado deles que era idêntico, foi aceito (PARTICIPANTE 04, 08/03/2023).

Neste relato, é evidente que o participante destaca a importância de tornar o processo de naturalização mais eficiente. Além disso, ressalta a necessidade de uma avaliação com menos subjetividade e consistente dos documentos dos candidatos. Essas mudanças poderiam tornar o processo menos frustrante para os imigrantes que buscam se tornar cidadãos brasileiros.

No mesmo ponto de vista, de acordo com eles, outro problema que eles enfrentam está relacionado aos certificados linguísticos. É o caso dos Participantes 1, 2 e 5, que fizeram cursos de português em um programa de extensão da UFPR, acreditando que o certificado obtido seria útil para o processo de naturalização. No entanto, eles descobriram que esse certificado não é válido para esse propósito. Além disso, eles mencionam que o exame Celpe Bras, que é um teste periódico de proficiência em português, é realizado em poucas cidades, o que pode ser inconveniente para alguns. Essas dificuldades relacionadas à documentação e à certificação linguística são consideradas pelos participantes como alguns dos principais problemas encontrados no processo de naturalização aqui no Brasil.

Os relatos desses participantes sobre a questão da proficiência linguística destacam a falta de clareza sobre quais certificados são aceitos para a naturalização, como evidenciado pelos Participantes 01, 02 e 05, que acreditavam que seus certificados seriam úteis. Isso reflete a falta de informações precisas sobre os requisitos para a naturalização. A importância dada à proficiência linguística no processo de naturalização, evidenciada pelos desafios relacionados aos certificados, levanta questões sobre a rigorosidade desses requisitos linguísticos e a necessidade de alternativas mais acessíveis. Os relatos sugerem que os participantes poderiam se beneficiar de orientação e apoio mais claros durante o processo de naturalização, especialmente em relação aos requisitos linguísticos. Isso destaca a importância de serviços de integração bem organizados e acessíveis para facilitar o processo de naturalização e promover a inclusão de imigrantes.

Além das questões relacionadas aos certificados linguísticos, outro problema enfrentado pelos participantes diz respeito à obtenção do antecedente criminal em seu país de origem, especialmente no caso dos haitianos. Segundo os relatos do Participante 02 e do Participante 05, conseguir o antecedente criminal no Haiti é a parte mais difícil do processo de naturalização. De acordo com eles, devido à situação complicada que o país enfrenta atualmente, obter o antecedente criminal no Haiti é extremamente desafiador. Muitas vezes, o prazo de validade do documento expira antes mesmo de eles conseguirem enviá-lo à embaixada do Brasil no Haiti para sua legalização. Essa situação gera frustração e incerteza para eles, uma vez que estão em busca da integração em seu território de acolhimento, mas encontram dificuldades em obter os documentos necessários devido às circunstâncias complexas em seu país de origem..

Resumindo os relatos desses sete participantes sobre a integração e mobilidade social através do processo de naturalização. Destacam-se que os participantes são de origens diversas, como africana, venezuelana e haitiana, com alguns vivendo fora do Brasil. Revelam que, embora o processo de naturalização seja geralmente considerado fácil, existem obstáculos e desafios enfrentados pelos imigrantes, como a subjetividade na análise dos documentos e as dificuldades relacionadas aos certificados linguísticos. Além disso, é enfatizada a dificuldade específica enfrentada pelos haitianos ao obter o antecedente criminal no Haiti, devido à situação complicada do país. Ressaltam também a importância de considerar as circunstâncias específicas de cada país de origem durante o processo de naturalização, buscando aprimorar e tornar o processo mais eficiente e justo para os imigrantes.

Percebe-se que o aspecto da burocracia, o preenchimento de formulários, o envio de documentos e a comunicação com as autoridades competentes podem ser desafiadores, especialmente para aqueles que não estão familiarizados com o sistema jurídico e administrativo do Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o processo de naturalização seja considerado relativamente fácil, existem obstáculos e desafios que devem ser levados em consideração. A subjetividade na análise dos documentos e as dificuldades relacionadas aos certificados linguísticos são destacadas como problemas recorrentes. Especificamente para os haitianos, a obtenção do antecedente criminal no Haiti é extremamente desafiadora devido à situação complicada do país. A importância de considerar as circunstâncias específicas de cada país de origem durante o processo de naturalização, é um ponto que merece ser destacado para aprimorar e tornar o processo mais eficiente. Ao analisar as

experiências desse grupo de sete imigrantes no Brasil, fica evidente que o processo de naturalização apresenta desafios e dificuldades. No entanto, esse trabalho evidencia a necessidade de enfrentar essas dificuldades para promover uma verdadeira integração e mobilidade social para aqueles que optam por adquirir a nacionalidade brasileira. A obtenção da naturalização é um passo importante nesse processo, buscando superar as barreiras e obstáculos enfrentados pelos imigrantes em sua busca por integração em um novo território. Desde o início, a obtenção e validação dos documentos necessários têm se mostrado um obstáculo para esses requerentes. A burocracia envolvida no processo, juntamente com a espera prolongada e as exigências das proficiências linguísticas, muitas vezes desencorajam os imigrantes. Especificamente, a questão do certificado de proficiência em português e a obtenção do antecedente criminal no país de origem são pontos críticos que exigem atenção.

Para garantir um processo de naturalização mais acessível e eficiente, é fundamental que as políticas e os procedimentos sejam revisados e aprimorados. A flexibilidade das burocracias, especialmente em relação ao certificado de proficiências em português e à obtenção do antecedente criminal no país de origem, e a redução dos prazos de espera são medidas que podem facilitar ainda mais o processo. Além disso, é importante promover a conscientização sobre a importância da integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento. Isso implica em valorizar as contribuições culturais, sociais e econômicas trazidas pelos imigrantes, ao mesmo tempo em que se combate a discriminação e o preconceito que possam existir. A naturalização não deve ser vista apenas como um procedimento administrativo, mas sim como um símbolo de pertencimento e inclusão, fortalecendo a harmonia da sociedade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALIBAR, É. Dignity of Citizenship and the Exclusiveness of the Demos. **International Sociology**, vol. 14, no. 3, p. 245-268, 1999.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

CASEIRO, J. F. Da S. **A cidadania europeia - politeia e apartheid europeu segundo Étienne Balibar**. Dissertação (Mestrado em Direito, na especialidade de Direito Internacional e Europeu). Lisboa: Nova School of Law, 2021

CIGOLINI, A. A.; SOUZA, M. De. Direitos e Garantias Legais: os imigrantes haitianos, entre a lei e a realidade. **Geografia (Londrina)** v. 32. n. 1. pp. 181-201, 2023. ISSN 2447-1747 .

- CASTRO, E. De; OLIVEIRA, U. T. V. De. A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual. **Entretextos, Londrina**, v. 22, n. 3, p. 25-45, jul./dez. 2022. ISSN 1519-5392. DOI: 10.5433/1519-5392.2022v22n3p25-45.
- CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório anual OBMigra 2022**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em : <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/RELAT%C3%93RIO_ANUAL/Relat%C3%B3rio_Anual_2022_-_Vers%C3%A3o_completa_01.pdf>.
- CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L. **Relatório anual OBMigra 2023 - OBMigra 10 anos: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023 Disponível em : <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Relat%C3%B3rio%20Anual/Relato%CC%81rio_Anual_2023.pdf>.
- FRAUENFELDER, A. **Les paradoxes de la naturalisation**. Enquête auprès des jeunes issus de l’immigration, L’Harmattan, coll. « Questions sociologiques », 2007, 390 p. EAN : 9782296036741.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, F. G. B.; HAESBAERT, R. (Orgs.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.
- HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 74-95.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2001. 224 p.
- LOSEGO, S. V; LUTZ, R. **Pratiques de naturalisation: Le cas du bassin industriel de Longwy (1946-1990)**. Annales. Histoire, Sciences Sociales, Edição: EHESS, 2006. pages 135 à 162.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP). **Naturalização**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/naturalizacao/o-que-e-naturalizacao>>. Acesso em : 05/03/2023.

- MINAYO, M. C. de S.; COSTA, A. P. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 40, p. 139-153, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439>>. Acesso em: 08 out. 2022.
- MONDADA, L. A entrevista como acontecimento interacional: abordagem linguística e interacional. **RUA**, Campinas, n. 3, p. 59-86, 1997.
- MORAES, A. De. **Direito constitucional**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- OLIVEIRA, M. De. Haitianos no Paraná: Distinção, integração e mobilidade. Periplos, GT CLACSO, **Migración Sur-Sur**, v. 01, n. 01, p. 27-46, 2017.
- OCDE. **Naturalisation et intégration des immigrés sur le marché du travail**, Perspectives des migrations internationales, Éditions de l'OCDE, Paris, 2010.p. 175-203.
- OECD. **Naturalisation**: un passeport pour une meilleure intégration des immigrés? OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264099623-fr.2011.373.p.2011>
- OLIVEIRA, S. de; GUIMARÃES, O. M.; FERREIRA, J. de L. As entrevistas semiestruturadas na pesquisa qualitativa em educação. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 24, n. 55, p. 210-236, maio/ago. 2023.
- PIERRE, D. Desigualdade, pobreza e renda: análise das estratégias de mitigação das políticas públicas para migrantes no Paraná. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p.136-168. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3370>>. Acesso em: 20/06/2024.
- RAFFESTIN, C. Autour de la fonction sociale de la frontière. **Espaces et sociétés**, n. 70/71, 1992, pp. 157–164.
- RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 17-36.
- SASSEN S. **Território, autoridad y derechos**: de los ensamblajes medievales a los ensambles globales, Madrid. Katz editores; 1ª edição, 599.p. 2010.
- SAYAD, A. **Qu'est-ce que l'intégration?** Hommes & Migrations, Paris, n. 1182, p. 8-14, dez. 1994.
- ZALC, C. La naturalisation, acte ou vecteur d'intégration ? Retour sur l'histoire du débat dans le premier XXe siècle. **Le Seuil**, n. 160, p. 47-60, 2017. ISSN 0152-0768. ISBN 9782021343892. DOI 10.3917/pouv.160.0047.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é examinar a relevância da naturalização como facilitadora da integração de imigrantes no Brasil, destacando a importância da cidadania para garantir direitos políticos e promover um senso de pertencimento na sociedade de acolhimento. O estudo ressalta a significância da cidadania para os imigrantes, abrangendo o acesso a direitos políticos e a promoção de um senso de pertencimento. Além disso, analisa detalhadamente o processo de naturalização no Brasil, destacando os requisitos necessários e os desafios enfrentados pelos imigrantes, tais como a obtenção de documentação, o tempo de espera e as dificuldades burocráticas. O método adotado é a entrevista semi-estruturada, baseada em conversas abertas com imigrantes que buscaram a naturalização no Brasil. No entanto, a pesquisa encontrou obstáculos, como a relutância dos participantes em compartilhar suas experiências e a falta de acesso a dados oficiais sobre imigrantes naturalizados. Conclui-se que, apesar das dificuldades encontradas pelos imigrantes no processo de naturalização, a aquisição da nacionalidade é vista como um passo fundamental para a integração. Ainda assim, é necessário revisar e melhorar as políticas e práticas relacionadas à naturalização para tornar o processo mais ágil e acessível.

Palavras-chave: Cidadania; Direito; Inclusão

ABSTRACT

The objective of this work is to examine the relevance of naturalization as a facilitator of immigrant integration in Brazil, highlighting the importance of citizenship in guaranteeing political rights and promoting a sense of belonging in the host society. The study emphasizes the significance of citizenship for immigrants, encompassing access to political rights and the promotion of a sense of belonging. Additionally, it analyzes in detail the naturalization process in Brazil, highlighting the necessary requirements and the challenges faced by immigrants, such as obtaining documentation, waiting times, and bureaucratic difficulties. The method adopted is the semi-structured interview, based on open conversations with immigrants who sought naturalization in Brazil. However, the research encountered obstacles, such as the reluctance of participants to share their experiences and the lack of access to official data on naturalized immigrants. It concludes that despite the difficulties encountered by immigrants in the naturalization process, the acquisition of nationality is seen as a fundamental step for integration. Even so, it is necessary to review and improve policies and practices related to naturalization to make the process more agile and accessible.

Keywords: Citizenship; Rights; Inclusion

A participação religiosa como mecanismo de enraizamento de imigrantes haitianos cristãos em São Paulo

La participación religiosa como mecanismo de arraigo de inmigrantes haitianos cristianos en São Paulo

*Jacky Mathieu**
*Gustavo Massola Martinelli***

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Haiti tem enfrentado desafios significativos relacionados à instabilidade social, política e econômica (ROSA, 2012; SILVA, 2015). Essa situação tem exacerbado a pobreza e tem sido um catalisador para o aumento expressivo da migração de cidadãos haitianos para diversos países do continente americano. Esse fenômeno migratório ganha destaque particular no Brasil, que desde 2012 emergiu como um dos principais destinos para os haitianos no hemisfério sul (BAENINGER; PERES, 2017) .

A escolha do Brasil como destino se deu, segundo alguns analistas, pela combinação de vários fatores. Em primeiro lugar, a intensificação das trocas culturais entre os dois países (PATTARA, 2012) com a instalação em 2004 da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) liderada pelo Brasil (REDIN E MINCHOLA, 2015). Em seguida, pela crise econômica internacional de 2008 que afetou os países desenvolvidos onde a imigração haitiana estava mais ativa, principalmente nos Estados Unidos e na França, levando a uma seleção mais rigorosa de imigrantes e dificultando mais a

*Mestre em Psicologia pela USP

** Professor no Departamento de Psicologia da USP

entrada de Haitianos (HANDERSON, 2015; SILVA, 2015; MAGALHÃES, BAENINGER, 2016). Enquanto isso, veio o terremoto devastador de 2010 que acentuou as dificuldades socioeconômicas do Haiti (MAGALHÃES, LUÍS, BAENINGER, 2018).

No entanto, ao chegar aqui o processo de inserção dos migrantes haitianos no Brasil também tem se revelado desafiador, marcada por barreiras que incluem dificuldades linguísticas, diferenças culturais, limitações econômicas, preconceitos, discriminações, xenofobia, entre outras (CAVALCANTI; *et al* 2019). Realidades que têm impactado a experiência dos haitianos no Brasil, afetando sua integração social, acesso a oportunidades de trabalho, educação, saúde, moradia e outros serviços básicos (CAVALCANTI *et al* 2019).

Em meio às necessidades e desafios enfrentados pelos migrantes, muitas instituições sociais e religiosas, notavelmente as igrejas católicas e missões jesuítas, têm se revelado como proeminentes na vida dos imigrantes, muitos dos quais enfrentam os desafios inerentes à adaptação a um ambiente novo (ROCCA, 2013) e na construção de sentido (RÜSEN, 2001). Ao mesmo tempo, muitos imigrantes haitianos se apoiaram no que têm de mais precioso: sua identidade cultural e religiosa. Organizam-se em comunidades religiosas em que a prática da fé desempenha um papel crucial, tanto como fonte de conforto espiritual, quanto como elemento fortalecedor da identidade coletiva (CAMPOS, 2007). Isso se evidencia no centro de São Paulo onde mais de cinco igrejas haitianas funcionam conforme os princípios religiosos trazidos do Haiti.

Diversos estudos acadêmicos têm reiteradamente enfatizado que a religião desempenha um papel crucial como um poderoso meio de integração e inserção para os imigrantes. Por meio da construção de redes sociais, promoção de senso de pertencimento e oferta de suporte emocional (ROCCA, 2013, p. 37), e na construção de sentido (RÜSEN, 2001). O caso dessas igrejas haitianas, além de representar tudo isso, configura-se em um ato social, religioso e político, que promove a manutenção da identidade cultural e religiosa, mas sobretudo, que favorece a participação ativa dos membros nessa comunidade em São Paulo.

Este estudo se justifica pela necessidade de discutir o papel relevante da participação comunitária dos imigrantes haitianos em São Paulo nas igrejas haitianas, especialmente no que diz respeito à sua inclusão e enraizamento na cidade. Dessa forma, objetiva-se, por um lado, defender que a participação ativa dos imigrantes nas atividades da comunidade religiosa constitui o elo central no processo de enraizamento na cidade, influenciando sua integração social, emocional e cultural na sociedade paulistana, e, por outro, analisar como isso se dá. Para tanto, buscaremos responder às seguintes perguntas:

Como se organiza a prática religiosa dos haitianos em igreja haitianas? Como é vista pelos próprios haitianos? Ela favorece a participação nas igrejas e fora delas?

2 TRAJETÓRIA RELIGIOSA ATÉ O BRASIL

2.1 Prática da fé no Haiti, um ponto identitário

Para compreender a influência da religião na vida dos migrantes haitianos e seu significado além das fronteiras, é necessário olhar para a história e a sociedade haitiana. O Haiti, tem um passado colonial marcado pela exploração e opressão, mas também pela prática religiosa com destaque para a coexistência do catolicismo e da prática do vodu, como é demonstrado nos estudos de Laënnec Hurbon (1987, 1989, 2001), Michelat e Michel (1977) e Fanon (1966), práticas essas que moldaram a cultura e identidade dos haitianos ao longo dos anos. Atualmente, o Haiti é conhecido pela forte presença do catolicismo, do protestantismo e do vodu¹. O cristianismo pós-colonial, apesar das mudanças ocorridas, ainda mantém um espaço significativo na vida dos haitianos (HURBON, 2001. p 194).

As instituições religiosas no Haiti, além do papel espiritual, dominam o campo da educação e da saúde. Esse domínio remonta ao acordo de 1860 firmado entre o Vaticano e o governo haitiano² (HURBON, 2001 p.147). A partir desse ponto, a Igreja Católica consolidou uma influência significativa na educação do Haiti, sendo reconhecida por apoiar as melhores escolas e universidades do país. Esse papel educacional desempenhado pela Igreja Católica estabeleceu uma base sólida para sua presença na vida do povo haitiano.

Com o passar do tempo, as igrejas protestantes, com suas missões evangélicas e atividades sociais, também estenderam sua influência para além do âmbito religioso. Elas se inseriram de forma significativa no sistema educacional e no sistema de saúde, consolidando sua relevância nas esferas sociais e educacionais. De tal forma que, de acordo com Hurbon (1979, 2001), essas organizações mantêm atualmente em todo o território uma extensa rede de atividades e comunicações, cuja influência sobre a população é marcante, superando em certos casos, a do próprio Estado (HURBON, 2001. p.193).

Abordar o fenômeno migratório haitiano abre caminho para diversas análises que vão além da simples movimentação de pessoas e abrangem questões culturais e identitárias. A identidade, segundo Hall (2000), refere-se às representações e entendimentos que os indivíduos e grupos têm de si mesmos ao longo do tempo. Giltroy (2001) destaca que a identidade é

um conceito plural, influenciado pela origem, destino e espaço. Ou seja, é dinâmica e múltipla. Nesse contexto, a identidade religiosa, ao lado de várias outras possíveis, se configura como um conjunto de significados que fazem com que os indivíduos se sintam pertencentes a uma determinada categoria religiosa (BELZEN, 2009).

Vale ressaltar que existe relação entre marcas identitárias e os desafios que o indivíduo pode enfrentar ao longo de sua vida, o que vale para a identidade social, nacional, religiosa, entre outras, uma vez que essa percepção de si e dos outros pode ser motivo de vantagens ou desvantagens sociais, econômicas e culturais (BOURDIEU, 1996).

2.2 Acolhimento social e religião no Brasil

No contexto migratório envolvendo Brasil e Haiti, a identidade religiosa mostra-se um elemento relevante, tanto pela história do Haiti, pelo contexto social atual, quanto pelo papel que as instituições religiosas têm no processo de integração social e cultural dos haitianos. A interligação entre as igrejas haitianas no Haiti e as frequentadas pelos migrantes no exterior ressalta a natureza transnacional da religião cristã no contexto da migração haitiana. Esse fenômeno, de acordo com Beyer (1997), desempenha um papel crucial na formação da etnicidade religiosa e do tradicionalismo religioso contemporâneo, ilustrando como as instituições religiosas funcionam como conexões que ultrapassam fronteiras geográficas. A interconexão religiosa também fortalece a identidade e a comunidade haitianas no exterior, como é evidenciado pelos membros da Igreja Bethel que se mudaram para o Brasil, mantendo esses laços espirituais e culturais mesmo em terras estrangeiras com as outras igrejas cristãs haitianas de São Paulo.

De acordo com as observações de Marinucci (2014), às igrejas frequentemente ultrapassam as fronteiras da dimensão religiosa, desempenhando o papel de espaço de encontro, conexão e apoio para imigrantes que compartilham uma fé comum. Esse fenômeno é especialmente evidente na migração haitiana, que se beneficiou do apoio de várias instituições religiosas principalmente católicas, missões jesuítas e algumas denominações evangélicas, de forma a promover a adesão à prática religiosa em espaços fundamentalmente alinhados aos princípios tipicamente haitianos. Isso se destaca como uma estratégia peculiar para fomentar o enraizamento entre os migrantes.

Vale ressaltar o notável ponto em comum entre os dois países quando se trata de religião, uma vez que ambas as populações são majoritariamente praticantes de alguma forma de fé. Uma das manifestações da presença do protestantismo no Brasil é a proliferação de templos, conforme revela uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cepid) da Universidade de São Paulo (USP) (ARAÚJO, 2023).

No Haiti, a religião evangélica não desempenha o mesmo papel político direto que no Brasil, onde líderes e grupos religiosos frequentemente se envolvem em questões político-partidárias. No entanto, isso não significa que os religiosos haitianos não tenham implicações políticas em suas ações sociais. Muitas vezes, as ações sociais promovidas por grupos religiosos têm repercussões políticas na comunidade haitiana, mesmo que não estejam diretamente ligadas a atividades políticas partidárias. Por exemplo, as igrejas evangélicas e católicas frequentemente realizam atividades de assistência social, como distribuição de alimentos, formações sobre cuidados de saúde e educação, que têm um impacto significativo nas condições de vida dos haitianos no Haiti.

3 PARTICIPAR, UM CAMINHO PARA O ENRAIZAMENTO

3.1 *Imigração e enraizamento,*

O fenômeno migratório que é muito atual, envolve o deslocamento do indivíduo do seu ambiente em busca de novas conexões (CAVALCANTI *et al*, 2017, p. 453), portanto tem forte conexão com o conceito de enraizamento e desenraizamento. O enraizamento no sentido social está diretamente relacionado à capacidade de o indivíduo estabelecer laços significativos com o novo espaço em que vive. Isso inclui: adaptação física, como aprender a se locomover na cidade, a criação de vínculos sociais e emocionais com a comunidade local entre outras (Bosi, 1996). O conceito também envolve a criação de uma rede de apoio que possa fornecer suporte emocional e prático em momentos de dificuldade (Rocca, 2013, p. 37).

Segundo Massola e Svartman, (2018), “o termo enraizamento refere-se, de forma geral, à relação intrínseca entre a formação da identidade psicossocial e o ambiente social em que essa identidade se desenvolve.” Ou seja, o conceito abrange não apenas a conexão com o contexto físico e geográfico, mas também com as interações sociais, culturais e históricas que moldam a identidade de um indivíduo.

A perspectiva apresentada por Massola e Svartman (2018) destaca a importância de compreender como a interação entre espaço e tempo molda o fenômeno do enraizamento, contribuindo para uma análise mais profunda das experiências migratórias. Boyd e Zimbardo (2008) destacam a intrincada interação entre tempo e espaço, em que ambos se entrelaçam para influenciar a experiência humana. Essa experiência, para ser completa, além do tempo e espaço, também necessita da participação como terceiro elemento. A participação ativa que segundo Massola e Svartman (2018)

possibilita que o indivíduo se identifique com sua história e cultura, enquanto fortalece sua ligação com o grupo e contribui para seu desenvolvimento e preservação:

A participação que permite ao indivíduo sentir-se responsável pelo futuro de sua coletividade e, ao mesmo tempo, herdeiro de um passado comum, o qual engloba a memória coletiva, a cultura e o lugar, é relacionada por alguns autores a formas de enraizamento que fomentam o crescimento pessoal e coletivo. (MASSOLA; SVARTMAN, 2018, p. 301)

Ao tratar das necessidades humanas, Weil (2001) resgata o elemento participação como fundamental no processo de enraizamento. Para Weil, a participação ativa do indivíduo nas atividades coletivas está intrinsecamente ligada à sua existência, às suas histórias passadas e às suas expectativas futuras (Weil, 2001). A análise da autora parte da observação contundente da sua época, em que os camponeses foram brutalmente desenraizados pelo mundo moderno (Weil, 2001 , 81). No entanto, anteriormente a esse desenraizamento, possuíam todos os elementos que um ser humano necessita em termos de arte e pensamento, os quais estavam expressos em formas genuínas e de alta qualidade próprias a eles (Weil, 2001). Com o desenraizamento, suas artes perderam seus sentidos, seus pensamentos e estilos de vida tornaram-se obsoletos e sua participação, desvalorizada. Uma realidade típica na migração que Bosi (1987) explora com clareza no trecho a seguir:

O migrante perde a paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a caça, a lenha, os animais, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, o entoado nativo de falar, de viver, de louvar a seu Deus. Suas múltiplas raízes se partem. Na cidade, a sua fala é chamada “código restrito” pelos lingüistas; seu jeito de viver, “carência cultural”; sua religião, credence ou folclore. (BOSI, 1987, p.17).

Ao examinarmos o pensamento de Weil (2001) e as afirmações de Bosi (1987), podemos estabelecer um paralelo entre a participação e a afirmação da identidade cultural, em que a primeira serve como um meio de preservação e transmissão da identidade. A realidade enfrentada pelos haitianos, que deixaram o Haiti em busca de melhores condições de vida, muitas vezes enfrentando dificuldades linguísticas, configura-se a partir de um conjunto de limitações impostas pela nova realidade a sua atuação no novo ambiente. No entanto, ao se reunirem e interagirem em sua língua nativa, os haitianos conseguem manter vivas suas tradições, valores e

crenças, mesmo em um ambiente culturalmente diverso. A igreja haitiana em crioulo haitiano se configura como um espaço onde a participação de todos é promovida indiscriminadamente.

3.2 A participação na igreja como um ato político e social

A participação é um conceito fundamental em diversas áreas, incluindo sociologia, ciência política e economia. Também, conforme apontado por Weil (2001) e por Massola e Svartman (2018), é um elemento essencial para o enraizamento social na medida que possibilita ao indivíduo ser um agente útil para seu ambiente. O dicionário de português online Aurélio (Ferreira, 1999) define participação como “ação ou efeito de participar”. Em termos gerais, refere-se à ação de indivíduos ou grupos em processos coletivos, como decisões, atividades ou eventos sociais, políticos e econômicos

Bobbio (1998) analisa a participação como um ato político que abrange diversas atividades, tais como votar, fazer militância, integrar um partido político, realizar manifestações, contribuições em grupos políticos, discussões e debates de acontecimentos políticos, envolvimento em reuniões e apoio a candidatos em períodos eleitorais, entre outras formas de participação. Ele destaca a importância da participação ativa na política para o fortalecimento da democracia.

Embora o conceito de participação política seja central na análise de Bobbio (1998), ele também lança luz sobre o caráter comunitário que acompanha a participação. Ele sugere que a participação em uma comunidade religiosa pode ser vista como um ato político, devido às suas implicações na comunidade onde é inserida - no caso deste trabalho, suas implicações na comunidade haitiana e brasileira de São Paulo.

Bobbio (1998) propõe três níveis de participação política. O primeiro nível é a simples presença no aglomerado, que representa a forma mais básica de participação (BOBBIO, 1998). O segundo nível é a participação ativa, envolvendo atividades no meio do grupo e da comunidade. Isso inclui contribuições para a manutenção e o bom funcionamento da comunidade. O terceiro nível é a tomada de decisão política influenciada pela participação dos indivíduos, que pode ser observada na decisão para criar a primeira instituição religiosa no Brasil.

A análise de Bobbio sobre os diferentes níveis de participação política oferece uma perspectiva valiosa para entendermos a dinâmica da participação na comunidade religiosa haitiana, de forma que se pode associar cada nível a um grau de envolvimento dos haitianos membros das igrejas. O primeiro nível, representado pela simples presença no aglomerado, pode ser

equiparado à presença regular dos membros nas atividades da comunidade cristã haitiana, destacando a importância da presença física como um ato de participação em si. O segundo nível, caracterizado pela participação ativa nas atividades da comunidade, ressalta o papel fundamental dos diversos membros que contribuem para o funcionamento e a coesão da comunidade, como músicos, cantores, cozinheiros, líderes entre outros. Por fim, o terceiro nível, que envolve a tomada de decisão política influenciada pela participação dos indivíduos, pode ser observado na história da comunidade haitiana, como na decisão de criar a primeira instituição religiosa haitiana em São Paulo, mostrando como a participação pode impactar diretamente as decisões e o rumo da comunidade. Essa análise reforça a importância da participação em diferentes níveis para o fortalecimento da comunidade e a promoção de mudanças significativas em sua estrutura e organização.

3.3 Uma forma de fortalecer a comunidade haitiana

Como visto anteriormente, a participação pode ser uma boa base para o desenvolvimento de uma comunidade. Comunidade é uma noção ampla e desafiadora de definir de forma definitiva, como destacado por Campos (2007). Antes dos anos 1970, o conceito não era diretamente abordado nas obras de psicologia social, sendo apenas integrado ao contexto teórico e metodológico da psicologia comunitária a partir desse período (Campos, 2007, p. 42). No entanto, como afirmado por Campos (2007), autores como Wundt em 1904 e Baró mais tarde em 1983 já tratavam de temas semelhantes, como a interação coletiva, que ele considerava equivalente à vida comunitária. Wundt também discutia a ideia de que a consciência individual poderia ser reduzida pelas ações e interações dos indivíduos, contribuindo para a coesão dos membros de uma nação (Wundt, 1926; Baró, 1983, citado em Campos, 2007, p. 44).

Mesmo nos dias atuais, ainda existem discordâncias entre acadêmicos em relação a uma definição que seja amplamente aceita por todos. No entanto, conforme observado por Mocellim (2011), apesar das complexidades teóricas envolvidas, mencionar o conceito de comunidade sempre sugere um sentimento positivo de convivência em conjunto e harmoniosa.

Comunidade é sempre o lugar onde podemos encontrar os semelhantes e com eles compartilhar valores e visões de mundo. Também significa segurança, e é nela que encontramos proteção contra os perigos externos, bem como apoio para os problemas pelos quais passamos. A sociedade pode ser “má”, mas a comunidade nunca sofre essa acusação. (MOCELLIM. 2011, p. 106)

A comparação entre o entendimento que temos da sociedade e o entendimento da comunidade sugere que a comunidade é uma entidade mais singular e coesa em comparação com a sociedade em geral. Isso implica que a comunidade oferece um terreno mais fértil para nutrir preocupações e cuidados em relação ao bem-estar e progresso de seus membros (Campos. 2007, p 36). Segundo Campos (2007), isso ocorre porque, em uma comunidade, tendemos a encontrar indivíduos que compartilham mais semelhanças em termos de valores, interesses e objetivos comuns, criando assim uma base mais sólida para a cooperação e a solidariedade.

Por outro lado, a sociedade em seu sentido mais amplo abriga uma grande diversidade de pessoas, grupos e interesses, tornando-se, por vezes, mais difícil manter um foco unificado no bem-estar de todos (TONNIES, 1995, citado por MOCELLIM, 2011, p. 125). Em algumas situações, a sociedade como um todo pode até mesmo negligenciar o que está acontecendo ou ignorar certos segmentos de sua população.

No entanto, ao considerar o aspecto religioso, especialmente em São Paulo, surge uma esfera de vida comunitária mais forte para analisar a comunidade haitiana. Por exemplo, a Igreja Bethel des Haitiens em São Paulo reúne a maioria das mulheres que trabalham como vendedoras no centro da cidade e a maioria dos homens que trabalham na construção civil. Além disso, eles compartilham a fé cristã, que serve como um poderoso elo social, muitas vezes ausente em outros grupos de haitianos, cujas conexões estão apenas relacionadas ao espaço geográfico, ao trabalho que realizam ou aos estudos que fazem.

4 CAMINHO METODOLÓGICO

4.1 *Tipo de pesquisa realizada*

Para atender aos objetivos propostos, nossa abordagem de pesquisa foi elaborada como uma pesquisa multimétodo. Essa estratégia envolveu a combinação de métodos qualitativos, com uma abordagem participativa, que incluiu observações e diários de campo, e entrevistas semiestruturadas (POUPART et al, 2008). A escolha dessa estratégia de pesquisa foi motivada pela minha participação ativa como pesquisador nas atividades da igreja Bethel. Além disso, foi realizada uma revisão literária para explorar os conceitos relevantes para o escopo deste estudo, identificando teorias e conceitos correlatos, juntamente com uma análise documental. Toda coleta de dados foi feita durante a pesquisa de campo para realizar a minha dissertação de mestrado sobre a influência da igreja no processo de enraizamento dos seus membros.

4.2 Procedimento e local de coleta de dados

Para a coleta de dados, mantive anotações em um caderno de campo, onde registrei informações relevantes para o trabalho, conforme a importância destacada por Meihy (2011) desse tipo de registro no processo de pesquisa. Conduzi entrevistas semiestruturadas em crioulo haitiano com vinte membros da Igreja Bethel, incluindo alguns líderes. Todos os entrevistados tinham mais de 24 anos e viviam no Brasil há mais de dois anos. As entrevistas, traduzidas para o português por mim, ocorreram em diferentes locais de São Paulo, como na igreja, nas casas dos participantes e até mesmo na minha casa.

Escolhi a Igreja Bethel como local de pesquisa por ser a primeira igreja haitiana de São Paulo, cuja criação impulsionou a abertura de outras igrejas haitianas na cidade. Comecei a frequentar a igreja em abril de 2022, antes de decidir pesquisar temas relacionados à comunidade. Minha participação inicial foi pessoal, o que facilitou minha integração nas atividades da comunidade. Atualmente, sou monitor de crianças na igreja, como era no Haiti, e participo na organização de atividades socioculturais para crianças, jovens e adolescentes.

4.3 Ética e procedimento de análise de dados

Este estudo foi realizado em total conformidade com as normas éticas, garantindo a confidencialidade dos participantes, cujos nomes foram substituídos por pseudônimos, alguns escolhidos a partir de personagens bíblicos. O consentimento informado foi obtido antes da coleta de dados, seguindo as diretrizes do comitê de ética do Instituto de Psicologia da USP, com parecer nº 6.112.377, de 12 de junho de 2023.

Os dados foram transcritos em crioulo haitiano, traduzidos para o português, e organizados em categorias de análise para identificar padrões nas experiências da comunidade cristã haitiana, considerando variáveis como tempo de residência no Brasil, crenças prévias e participação nas atividades da igreja.

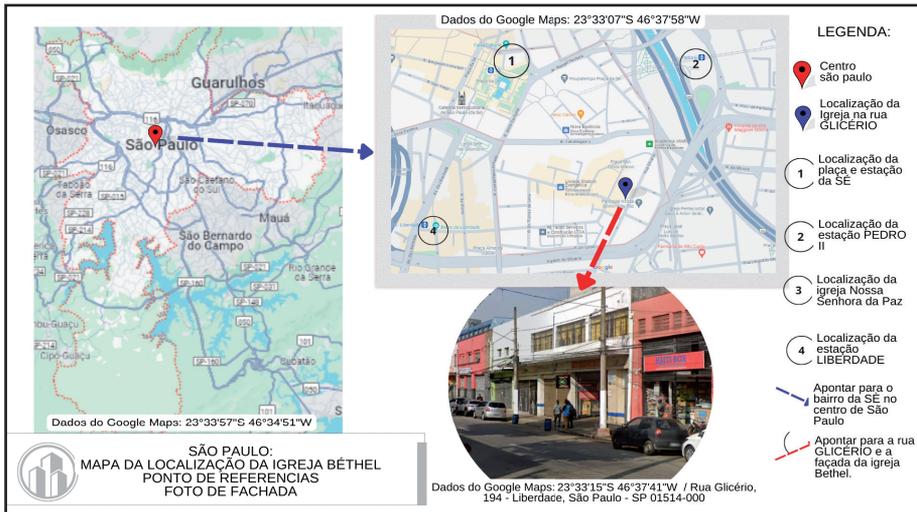
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 A igreja Bethel e seus adeptos

A criação da Igreja Bethel foi um ato político significativo que alterou a forma como os haitianos em São Paulo praticavam sua fé. Oficialmente registrada como “Église Bethel des Haïtiens de São Paulo” em 24 de novembro de 2015, a igreja já existia desde junho de 2014, quando os cristãos haitianos que antes frequentavam a Missão Paz³ decidiram estabelecer sua própria

comunidade. Esse movimento ocorreu em resposta ao aumento do número de haitianos em São Paulo, que, segundo o padre Paolo Parise⁴: entre 2010 e 2012, eram 28 na Missão Paz, mas em 2014 superaram 4700, recebendo assistência no local.

Figura 1: Localização Da Igreja Bethel



Fonte: Google Maps / Street view, elaboração Própria.

A Église Bethel, fundada em 2014, é a primeira igreja cristã haitiana em São Paulo e surgiu em estreita ligação com a igreja católica Nossa Senhora da Paz, localizada no Centro da cidade, que assistia os imigrantes haitianos. No entanto, a decisão de criar uma igreja evangélica distinta reflete as tensões religiosas do Haiti, onde católicos e evangélicos não convivem harmoniosamente. Inicialmente, os membros da Bethel compartilhavam o espaço com a Igreja Assembleia de Deus por questões financeiras, mas divergências entre as lideranças haitianas e brasileiras levaram à separação e ao aluguel de um espaço próprio no Centro em 2015.

No final de 2015 e início de 2016, o número de membros da Bethel cresceu rapidamente, superando a capacidade do espaço. Com esse crescimento, surgiram também divergências internas entre os líderes haitianos, o que resultou na criação de outras igrejas haitianas na região. Hoje, mais de cinco igrejas haitianas evangélicas coexistem no Centro de São Paulo, todas originadas da Église Bethel, mantendo laços entre si e colaborando em atividades conjuntas, consolidando a presença haitiana no cenário religioso da cidade.

Tabela 1: Dados da Igreja Bethel em 2023

	Membros	Porcentagem
Homens	80	45 %
Mulheres	69	39%
Crianças	30	16%
Total	179	100%

Fontes: Dados da administração da igreja. Trata-se de uma estimativa, visto o fluxo contínuo de entrada e saída de membros. Elaboração própria.

Os membros da igreja, todos haitianos, são divididos entre líderes centrais e demais participantes. A liderança é composta por seis homens com mais de 10 anos de experiência no Brasil, todos trabalhando na construção civil. Eles gerenciam a economia da igreja, cuidam da manutenção da estrutura física e são responsáveis por mediar conflitos familiares e entre os membros, além de aplicar sanções quando necessário.

Os demais membros da igreja, todos haitianos, atuam em várias funções dentro da comunidade religiosa, liderando pequenos grupos ou participando dos cultos. A maioria dos homens trabalha na construção civil, enquanto a maioria das mulheres atua como vendedoras no Brás. Todos os entrevistados adotaram a fé cristã no Haiti e, ao se filiarem a uma igreja em São Paulo, buscam manter seus laços culturais e religiosos, mostrando a importância da igreja em seu enraizamento e na preservação de sua identidade.

Disse o irmão Pedro:

Eu cresci no evangelho; meu pai é diácono na igreja no Haiti. Nasci na igreja, porém, em determinado momento, me afastei. Quando cheguei ao Brasil, iniciei o hábito de fumar e me envolvi com drogas. Contudo, quando Deus decidiu nos acolher, Ele nos resgatou desse caminho destrutivo. A primeira igreja que conheci no Brasil foi a Igreja Betel, e desde então, tenho permanecido fielmente aqui. (Pedro, 22 de julho de 2023)

O irmão Paulo confirmou:

Eu virei cristão em dezembro de 2012, mais ou menos depois do terremoto do Haiti. Minha mãe me aconselhou fortemente a escolher o caminho de Deus porque é lá que tem salvação e proteção. Fora da presença de Deus não tem vida, e eu queria viver... aqui na igreja posso sentir a presença de Deus (Paulo, 12 de agosto de 2023)

A vivência eclesial no Haiti desempenha um papel crucial para os membros da igreja haitiana no Brasil, que buscam na congregação um espaço de identificação e superação das dificuldades culturais da nova terra. Todos os entrevistados compartilham a memória das práticas religiosas haitianas e associam ser cristão não apenas à ideia de salvação e vida eterna, mas também ao bem-estar terreno. Para eles, a fé cristã é fundamental tanto para alcançar o paraíso quanto para garantir segurança e qualidade de vida no presente.

Tabela 2: Quadro resumo dos entrevistados

Nome e Idade	Entrada no Brasil	Ocupação na igreja	Profissão
1- Maria, 32	2016	Corista / Limpeza	Vendedora
2- Madelene 31	2016	Corista/ Cozinha/ Oração	Vendedora
3- Ruth, 42	2017	Corista/ Limpeza/ Atendimento	Vendedora
4- Gabriela, 32	2017	Corista/ Limpeza	Dona de casa
5- Ester, 33	2017	Monitora/ Corista	Vendedora/ estudante
6- Judith, 36	2018	Corista/ Limpeza/ Atendimento	Vendedora
7- Jò, 26	2019	Músico/ corista	Pintor/ ajudante de pedreiro
8- Pedro, 40	2015	Músico/ Corista	Auxiliar de produção
9- Paulo, 37	2016	Corista	Ajudante de Estoque
10- Davi, 33	2016	Corista, Monitor, Oração	Garçom
11- Matheus, 40	2015	Corista, Monitor, atendimento	Pedreiro
12- Jean, 43	2014	Corista	Pedreiro
13- José, 28	2020	Corista	Ajudante de cozinha
14- Abrão, 36	2016	Músico/ Corista/ Monitor	Pedreiro
15- Samuel, 30	2017	Corista	Ajudante geral
16- Salomon, 37	2015	Corista/ monitor/ Atendimento	Vendedor/ Ajudante geral/

Continuação da Tabela 2			
Nome e Idade	Entrada no Brasil	Ocupação na igreja	Profissão
17- Lukas, 30	2016	Corista, Monitor	Ajudante geral/ Motorista Uber
18- Batista, 29	2016	Corista, Monitor	Ajudante Logística
19- Isaac, 39	2014	Líder	Pedreiro
20- Eli, 45	2014	Líder	Pedreiro

Fontes: Coleta da pesquisa de campo. Elaboração própria, nomes fictícios de personagens bíblicos. Nome de mulheres para as mulheres, nomes de homens para os homens.

5.2 As atividades sociais e culturais da Igreja Bethel

O segundo aspecto que gostaríamos de discutir são as atividades sociais e culturais da igreja, que incluem: programas de mocidade para formação e discussão com os jovens e adolescentes da igreja, visitas em parques ou lugares turísticos, visitas em casas de membros para socializar e apoiá-los, festas em períodos relevantes no Brasil ou no Haiti, como anotamos durante nossa participação na igreja.

Uma multidão saindo para as ruas, é domingo à tarde, cores brancas, azuis, vermelhas, roupas casuais, todo mundo membro da igreja, jovens, adultos, crianças, mulheres e homens, é o dia de visitar uma família da igreja. É um programa da Mocidade da igreja para visitar algumas pessoas, passar um fim de domingo com elas, fazendo uma festinha, ouvindo música. O principal momento de descontração e de confraternização. (Diário de campo, 19 de março de 2023)

Essas atividades sociais e culturais, embora secundárias, desempenham um papel importante na promoção do entretenimento e da integração social dentro da igreja. Para os jovens, elas oferecem uma oportunidade de conexão segura, na medida que guarda eles de interações com grupos não cristãos. Para os adultos, essas atividades quebram a rotina entre trabalho, igreja e casa, proporcionando momentos de descontração e fortalecimento de laços comunitários. As iniciativas incluem programas de formação juvenil, visitas a parques, encontros sociais nas casas dos membros e celebrações de datas importantes do Brasil e do Haiti.

Quando perguntado sobre quais outros locais frequenta em São Paulo, Maria, que é vendedora no Brás, responde:

...na verdade eu não frequento outros locais além da igreja, meu trabalho (vendedora no Brás) e minha casa, não costumo ir para outros lugares sem ser com o pessoal da igreja, quando não tem cultos ou não vou no Brás, fico em casa mesmo. (Maria, 27 de junho de 2023)

Além dela, outros entrevistados afirmam não sair do triângulo casa-igreja-trabalho se não for com algumas dessas atividades da igreja, incluindo um jovem que mora e trabalha no centro, perto da igreja, e afirmou: “gosto de sair com a igreja pois é o momento que eu pego metrô, e adoro a sensação”.

5.3 A igreja como incubadora de funções

A Igreja Haitiana Bethel oferece um espaço de atuação ativo para seus membros, onde o envolvimento é facilitado pelo fator linguístico e pelas práticas religiosas familiares herdadas do Haiti. Os membros contribuem em diversas funções, como limpeza, preparação de lanches, música, liderança de cultos, monitoria de jovens e crianças, além de suporte técnico. A participação em múltiplas atividades é vista como um sinal de compromisso, com a crença de que Deus recompensará espiritualmente. Esse engajamento fortalece o senso de comunidade e propósito, fazendo com que os membros sintam que suas contribuições são indispensáveis ao crescimento coletivo.

Hoje, a igreja não foi limpa porque a pessoa responsável pela limpeza foi sancionada por um mês, então não podia vir limpar a igreja, um serviço que fazia voluntariamente. Também o espaço das crianças ficou todo bagunçado, tive que chegar cedo e ordenar antes de começar o culto das crianças. (Diário de campo, 9 de julho de 2023)

Hoje, toquei música na igreja pela primeira vez. Não sou tecladista, fiquei sabendo que o tecladista foi sancionado e por isso teve que parar de atuar e participar em todas as atividades nas quais participava. (Diário de campo, 22 de outubro de 2023)

As atividades na igreja são realizadas de forma totalmente voluntária, sem remuneração, com os membros usando seus próprios recursos para se deslocar, confeccionar uniformes, adquirir instrumentos, entre outros. O que pode servir de guia para entender o valor atribuído à participação genuína e colaboração dentro da comunidade.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a imersão, foi observado o sentimento de segurança e orgulho que os cristãos haitianos têm em relação a São Paulo. Também pude notar o olhar entusiasmado dos brasileiros ao verem os haitianos caminhando pelo centro aos domingos, vestidos com roupas sociais para ir à igreja. Tive a impressão de que, do ponto de vista religioso, os crentes haitianos estão moldando a cidade e ocupando seu espaço de fé e vivência. Esse aspecto é relevante para as políticas públicas, pois sugere que a comunidade religiosa tem um papel positivo na integração dos migrantes. Ademais, destaca a importância de políticas públicas que valorizem e fortaleçam o papel das instituições sociais e religiosas na integração dos migrantes.

A prática religiosa nas igrejas haitianas em São Paulo se coloca como uma atividade disseminada não apenas no centro da cidade, mas também em muitas outras regiões da cidade, como por exemplo em Guaianases, São Miguel Paulista, São Mateus, entre outras. É notável o impacto que essa prática tem na vida social de muitos haitianos. Para a maioria desses deles, a celebração da cultura e das práticas religiosas do Haiti é essencial para se sentirem plenos. A participação voluntária nessas comunidades é fundamental, pois não só fortalece a identidade cultural transnacional, mas também promove o senso de controle dos espaços que ocupam.

Da mesma forma, a Igreja Bethel des Haitiens de São Paulo destacou-se como uma instituição cujas ações amenizam o desenraizamento experimentado pelos imigrantes, exercendo uma forte influência no processo de enraizamento dos membros que ali congregam. Ela proporciona, em primeiro lugar, um espaço que os membros moldam e ressignificam de acordo com suas necessidades, onde podem criar conexões com outros membros da comunidade e compartilhar experiências e desafios.

Além disso, a igreja facilita a participação dos integrantes nas atividades da comunidade, principalmente pelo elemento linguístico que é o crioulo. A igreja possibilita que qualquer pessoa do grupo possa se envolver nas atividades e ser útil socialmente. Essa participação toma várias formas, desde espiritual, cultural, social, política e econômica, permitindo que o membro se sinta realmente parte integrante da comunidade.

Em terceiro lugar, diante da facilidade em participar, para os migrantes evangélicos, a igreja representa um local onde podem reviver suas memórias e reafirmar sua identidade cultural, promovendo assim a conexão temporal sem perder o gosto pelo seu presente. Ao manter práticas religiosas das culturas do Haiti, os imigrantes conseguem estabelecer essa conexão de forma impressionante, que pode até parecer uma parada no tempo, uma veneração aos princípios do passado. Isso ocorre porque, com o tempo longe

do Haiti, as práticas cristãs e culturais mudam. No entanto, como o contato com essas práticas não é tão intenso, o que permanece é a manutenção do passado cultural no presente e uma perspectiva de perpetuação dessas práticas sem muita evolução.

NOTAS

¹ Uma religião de origem africana que se misturou com o catolicismo durante a colonização e que é praticada no Haiti até hoje.

² Trata-se do ‘Concordat de Damien’ assinado pelo Haiti e a Santa Sé. Esta se encarregava dos serviços de educação e do combate às práticas religiosas do vodu.

³ A Missão Paz Paz é uma instituição filantrópica scalabriniana de apoio e acolhimento a imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo, em atividade desde os anos 1930. Está localizada à Rua Glicério, 225. Bairro Liberdade. São Paulo-SP.

⁴ O padre Paolo Parise é coordenador da Missão Paz, e acompanhou de perto o crescimento do número de haitianos na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Victor. **Surgimento, trajetória e expansão das Igrejas evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019)**. Políticas Públicas Cidades e Desigualdade. São Paulo : CEM, NT 20, 2023. Disponível em : <https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/cem_na_midia_anexos/NT20.pdf>.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, n. 1, p. 119-144, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0017>.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BELZEN, Jacob. Cultura, religião e self-dialógico: Raízes e caráter de uma Psicologia Cultural Secular da Religião. **Revista de Estudos da Religião**, v. 9, n. 4, p. 30-52, 2009.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Trad. ed. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo (Org.). **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987. p. 16-41.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Eds.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

- CAMPOS, Regina Helena de Freitas *et al.* **Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia.** 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- CAVALCANTI, Leonardo *et al.* (Orgs.). **Dicionário crítico de migrações internacionais.** Brasília: Editora UnB, 2017.
- CAVALCANTI, Leonardo *et al.* Imigração haitiana em Curitiba e crise econômica: o emprego estratégico das redes migratórias e os capitais de mobilidade em contexto de crise. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 8, n. 16, p. 165–195, 2019.
- FANON, Frantz. **Les Damnés de la terre.** Paris: Maspero, 1966. Disponível em: <<http://dx.doi.org/doi:10.1522/030294731>>Acesso em: 5 abr. 2024.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/participacao/>>. Acesso em: 7 abr. 2024.
- GILROY, Paul. **O Atlântico negro: A modernidade e a dupla consciência.** Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro, 2000.
- HANDERSON, Joseph. Diáspora, sentidos sociais e mobilidades haitianas. **Horizontes Antropológicos**, v. 21, n. 43, p. 51-78, 2015.
- HURBON, Laënc. Current Evolution of Relations between Religion and Politics in Haiti. In: TAYLOR, Patrick (Ed.). **Nation dance: religion, identity, and cultural difference in the Caribbean.** Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press, 2001. p. 118-125. Disponível em: <<https://epdf.tips/nation-dance-religion-identity-and-cultural-difference-in-the-caribbean.html>>. Acesso em: 2 ago. 2023.
- _____. **O Deus da resistência negra: o vodu haitiano.** Tradução: Valdecy Tenório. Org. Luiz Roberto Benedetti. São Paulo: Paulinas, 1987.
- _____. **Pour une sociologie d’Haïti au XXIe siècle: la démocratie introuvable.** Chicoutimi, Québec: Les classiques des sciences sociales, 2001.
- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. Imigração haitiana no estado de Santa Catarina: fases do fluxo e contradições da inserção laboral. In: **Anais do IX Encontro Nacional Sobre Migrações - IX GT Migração** [=Blucher Social Science Proceedings, v.2, n.2]. São Paulo: Blucher, 2016. p. 219-237. ISSN 2359-2990. DOI: 10.5151/socsci-ix-enm-ST4-4.

- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BÓGUS, Lúcia; BAENINGER, Rosana. Migrantes e refugiados sul-sul na cidade de São Paulo: trabalho e especialidades. In: BAENINGER, Rosa et al. **Migrações Sul-Sul**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo/Unicamp, 2018. p. 402-419.
- MARINUCCI, Roberto.. Apresentação. Refúgio, migrações e cidadania. **Caderno de Debates**, v. 9, p. 7-12, 2014.
- MASSOLA, Gustavo Martineli; SVARTMAN, Bernado Parodi. **Enraizamento**. In: CAVALCANTI, Sylvia ; EILALI, Gleici. (Orgs.). **Psicologia ambiental: conceitos para a leitura de relação pessoa-ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2018.
- MEIHY, José Carlos Sebe; RIBEIRO, Suzana Salgado. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011. ISBN: 9788572446907.
- MICHELAT, Guy; MICHEL, Simon. **Classe, religion et comportement politique**. Paris: Éditions sociales, 1977.
- MOCELLIM, Alan Delazeri. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. **Plural**, v. 17, n. 2, p. 105-128, 2010. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2010.74542. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/74542>>. Acesso em: 4 set. 2023.
- POUPART, Jean *et al.* **Pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- REDIN, Giuliana; MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt (Orgs.). **Imigrantes no Brasil: proteção de direitos humanos e perspectivas político-jurídicas**. Curitiba: Juruá Editora, 2015.
- ROCCA, Susana María. **Resiliência, espiritualidade e juventude**. São Leopoldo: Sinodal, 2013.
- ROSA, Renata. **Brasil e Haiti: uma equação imperfeita? Um estudo sobre haitianos na região norte do Brasil**. Curitiba: CRV, 2012.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- SILVA, Sidney. Fronteira amazônica: passagem obrigatória para haitianos?. **REMHU - Rev. Interdisc. Mobil. Hum.**, v. 23, n. 44, p. 119-134, 2015.
- WEIL, Simone. **O enraizamento**. São Paulo: EDUSC, 2001.
- ZIMBARDO, Philip; BOYD, John. Putting time in perspective: A valid, reliable individual-differences metric. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 77, n. 6, p. 1271-1288, 1999. DOI: 10.1037/0022-3514.77.6.1271.

RESUMO

Este estudo aborda a prática da fé e o enraizamento social na comunidade cristã haitiana, focando no caso da Igreja “Bethel dos haitianos de São Paulo”. O estudo analisa como a participação ativa dos imigrantes nas atividades da comunidade religiosa constitui o elo central no processo de enraizamento na cidade. Para isso, usou-se uma abordagem qualitativa, com dados de entrevistas semiestruturadas, revisão da literatura, análise documental e observação participante. Os resultados apontam que a participação religiosa representa um fator significativo no enraizamento dos imigrantes haitianos cristãos, uma vez que proporciona um senso de utilidade aos membros e favorece o apoio espiritual e emocional eliminando a barreira linguística, contribuindo para a preservação da identidade cultural.

Palavras-chaves: Imigração haitiana; Enraizamento; Participação; comunidade; identidade cultural.

RESUMEN

Este estudio aborda la cuestión de la práctica de la fe y el arraigo social en la comunidad cristiana haitiana, centrándose en el caso de la Iglesia “Bethel de los haitianos de São Paulo”. El estudio analiza cómo la participación activa de los inmigrantes en las actividades de la comunidad religiosa constituye el vínculo central en el proceso de enraizamiento en la ciudad. Para ello, se utilizó un enfoque cualitativo, con datos de entrevistas semiestructuradas, revisión de la literatura, análisis documental y observación participante. Los resultados señalan que la participación religiosa representa un factor significativo en el enraizamiento de los inmigrantes haitianos cristianos, ya que proporciona un sentido de utilidad a los miembros y favorece el apoyo espiritual y emocional eliminando la barrera lingüística, contribuyendo a la preservación de la identidad cultural.

Palabras clave: Inmigración haitiana; arraigo; participación; comunidad; identidad cultural.

O relacionamento entre os refugiados e a comunidade local em Maratane/Moçambique: da tolerância a focos de tensão (2001-2015)

*Maria Josefina de Sá Consolo**

1 INTRODUÇÃO

O artigo analisa o desenvolvimento do relacionamento entre os refugiados e a comunidade local em Maratane¹, no período compreendido entre 2003 e 2015. De forma específica procuramos identificar os principais factores que condicionam o surgimento de focos de tensão entre os refugiados e a comunidade local bem como suas implicações. A pesquisa foi desenvolvida com recurso a revisão bibliográfica e no trabalho de campo realizados em 2003 e 2015. O trabalho de campo permitiu-nos efetuarmos a observação directa e recolher as entrevistas semi-estruturadas.

A revisão da literatura cruzada as entrevistas permitiram nos perceber que antes da presença dos requerentes de asilo e refugiados Maratane enfrentava problemas de várias ordens, desde infra-estrutural a económicos. No entanto, a chegada dos requerentes de asilo e refugiados, reverteu este quadro. Com base na literatura e nas entrevistas percebemos igualmente que o desenvolvimento de várias actividades por parte dos requerentes de asilo e refugiados, permitiu-os angariar recursos e investir em diferentes áreas, transformando-os de simples receptores e dependentes, observada nos primeiros anos, a detentores nos anos seguintes. Esta mudança criou descontentamento por parte da comunidade local, culminando em diferentes discursos intimidatórios em relação aos requerentes de asilo e refugiados em Maratane.

1.1 Metodologia

De forma geral o artigo analisa o desenvolvimento do relacionamento entre os refugiados e comunidade local em Maratane-Moçambique. Especificamente, procuramos captar as principais percepções dos

**Universidade Eduardo Mondlane; Arquivo Histórico de Moçambique. Contato: mariaconsolo@gmail.com

refugiados, como da comunidade local, sobre os factores que concorrem para a transformação da tolerância observada nos primeiros anos em focos de tensão.

Para a discussão deste tópico, nos alicerçamos na revisão bibliográfica, incidindo sobre a obra *“A Construção social do Outro: perspectivas cruzadas sobre estrangeiros e Moçambicanos”* coordenado por Carlos Serra (2010), Jacobsen (2001,2002) *“The forgotten solution: Local integration for refugees in developing countries”* e *“Can refugees benefit the states?”*, Sebba (2006) *Land conflicts and their impact on Refugee Womens Livelihood in Southwestern Uganda* e Fielden (2008) *“Local integration: an under-reported solution to protracted refugee situations”*. Apesar de não serem estudos específicos, a consulta desta literatura figurou-se importante, pois discutem alguns factores que promovem a aproximação e o afastamento entre os refugiados e a comunidade local em diferentes contextos.

Para colmatar as lacunas encontradas na revisão, o recurso a entrevistas semi-estruturadas, efectuadas a requerentes de asilo, refugiados e a comunidade local figuraram-se cruciais para a concepção deste artigo.

1.2. Breve discussão sobre o estado da arte

Estudos que discutem de forma sistemática o desenvolvimento do relacionamento entre os refugiados e a comunidade local são escassos, sejam sob o ponto de vista geral como especificamente em relação a Moçambique. No que concerne a Moçambique, entre os poucos estudos efectuados e publicados importa destacar *“A Construção social do Outro: perspectivas cruzadas sobre estrangeiros e Moçambicanos”* coordenado por Carlos Serra (2010). No contexto mais geral, discussões relevantes foram feitas por Jacobsen (2001,2002) *“The forgotten solution: Local integration for refugees in developing countries”* e *“Can refugees benefit the states?”*, Sebba (2006) *Land conflicts and their impact on Refugee Womens Livelihood in Southwestern Uganda* e Fielden (2008) *“Local integration: an under-reported solution to protracted refugee situations”*.

De uma forma geral, a literatura é unânime num ponto, pois constata que a aproximação e o afastamento que pode ser observado entre os refugiados e a comunidade local está condicionado a um leque de factores. Observa Jacobsen (2001) que a afinidade em termos linguísticos e étnicos constitui um dos catalizadores de aproximação pelo facto de criar expectativas sociais e facilitar a comunicação e resolução de conflitos entre refugiados e as comunidades locais (JACOBSEN, 2001:20). Esta constatação é reforçada por Azevedo (2002) num estudo de caso específico com refugiados moçambicanos no Malawi e Zimbabwe ao observar que os problemas entre a população local

e refugiados moçambicanos terem sido mínimos, pelas afinidades étnicas e linguísticas entre os dois povos, que teriam possibilitado o nascimento de relações de amizade nos dois países (AZEVEDO, 2002:89).

No que tange a questão da tolerância da comunidade local em relação a presença de refugiados, Jacobsen (2001) avança que geralmente a população transfronteiriça com uma longa história de migração seja mais tolerante em razão da sua própria história de migração e movimentos transfronteiriços anteriores (JACOBSEN, 2001:20). Ainda no que se refere ao mesmo aspecto, o estudo efectuado por Serra (2010) nas províncias de Sofala, Nampula e Maputo conclui que a comunidade local tolera a presença de estrangeiros e refugiados. No entanto, argumenta o autor que esta população sente-se insegura com a presença de refugiados, pois são vistos como malfeitores, feiticeiros, traficantes etc. (SERRA, 2010:73). Tal como Serra (2010), Jacobsen (2001; 2002) e Fielden (2008) referem que o afastamento entre os refugiados e a comunidade local seja motivado por percepções de insegurança. Entretanto, os dois últimos autores desvalorizam razões apontadas por Serra (2010) e dão ênfase ao facto dos campos de refugiados sofrerem ataques e serem concebidos como locais de crime organizado. Na concepção de Fielden estas ameaças de segurança podem causar ressentimento e confrontos entre a comunidade e os refugiados (FIELDEN, 2008:3²).

Finalmente, Sebba (2006) e Jacobsen (2002) destacam como factores, na origem da tensão que pode ser verificada entre os refugiados e a comunidade local, o não benefício por parte da comunidade local a diversas infra-estruturas e bens direccionados aos refugiados bem como a competição por recursos escassos.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO ESTUDO ANTES DA PRESENÇA DOS REQUERENTES DE ASILO E REFUGIADOS

O Centro de acomodação de refugiados de Maratane está localizado a 25Km da cidade de Nampula, no Posto Administrativo de Anchilo, localidade de Naburi-Momola.

Por volta dos anos 1950, o actual Centro de acomodação de refugiados albergava velhos, deficientes físicos, pobres da província de Nampula. Depois da independência, o Centro fica sob o controlo da Direcção Provincial da Saúde de Nampula e muda a sua designação de Obra de Protecção aos Inválidos para Centro de Apoio a Velhice até 1990. De 1990 em diante o Centro passou à tutela da Direcção Provincial da Acção Social, instituição encarregada por distribuir produtos alimentares aos idosos que ainda continuavam ali acomodados³ (CONSOLO, 2004:21).

Portanto antes da chegada de requerentes de asilo e refugiados, o local possuía alguma infra-estrutura como escola, mercado, posto de saúde em estado avançado de degradação e em abandono, como retraram os entrevistados Chicova, Celestina e José António nos trechos a seguir: “... *as crianças estudavam de baixo das árvores por falta de salas... por vezes acabava uma semana sem termos um enfermeiro para nos atender.*” (Albano Chicova, Maratane, 18 de Fevereiro de 2015). Reforçando o posicionamento de Chicova, Celestina disse “... *não havia loja, barracas.. sal, sabão, tudo comprávamos na cidade..*” (Celestina da Glória. Maratane, 20 de Fevereiro de 2015). Como os outros, José António realçou dizendo: “...*antes da presença de refugiados sofriamos bastante, tínhamos de sair de Maratane para a cidade para comprar óleo, açúcar. Agora o governo ajudou porque tudo compramos aqui, peixe fresco, feijão, pilhas, etc*” (José António. Maratane, 20 de Fevereiro de 2015).

Portanto, antes da presença de refugiados, a região enfrentava vários problemas destacando-se a falta de infra-estruturas escolares, pessoal técnico de saúde, locais para a obtenção de produtos da primeira necessidade. Os entrevistados descrevem as dificuldades a que estavam sujeitos na aquisição de vários serviços e bens. Em suma, antes da presença dos refugiados a região de Maratane era uma pequena povoação com problemas de acesso aos serviços básicos essenciais como ilustraram os nossos entrevistados.

3 O DESENVOLVIMENTO DO RELACIONAMENTO ENTRE OS REFUGIADOS E A COMUNIDADE LOCAL (2003 E 2015)

3.1. *A chegada de refugiados e o relacionamento com a comunidade local-2003*

Formalmente o Centro de Apoio a Velhice foi entregue ao Núcleo de Apoio aos Refugiados em 2000 com objectivo de acomodar esta população. Seguidamente, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), com apoio de diversas instituições, encarregou-se pela reabilitação das infra-estruturas existentes bem como a instalação de serviços em falta ao exemplo de fontenários, posto policial, mercado, etc. Portanto, a reabilitação de infra-estrutura como consequência da presença de refugiados não se verificou somente em Maratane, pois constitui uma prática em outros países acolhedores de refugiados. Por exemplo, em 1990 Guine recebeu refugiados da Libéria, Costa de Marfim e Serra Leoa, que tiveram a permissão de se estabelecerem em aldeias locais. Com a presença destes refugiados a comunidade internacional reabilitou as infra-estruturas locais beneficiando não só os refugiados mas também a comunidade local (FIELDEN, 2008:8).

Como refere Jacobsen (2001), depois da fuga os requerentes de asilo e refugiados devem encontrar alojamento e tornarem-se efectivos, seja por via de ajuda institucional ou através do apoio da comunidade local. A ajuda aos requerentes de asilo e refugiados quer a nível institucional como local foi observada nos primeiros anos. O ACNUR como instituição responsável pela assistência desta população, recorreu ao auxílio de instituições várias, nacionais e internacionais ao exemplo de World Relief, WFP, Direcção Provincial da Educação, Direcção Provincial da Agricultura, Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional, que providenciaram apoio ao nível da habitação, alimentação, educação, crédito, formação profissional, como ilustra a entrevista abaixo:

...Quando cheguei no centro de Maratane em 2003, o ACNUR deu-me comida, casa, manta e enquadramento escolar aos meus filhos. Para além disso, recebi um crédito de 6 mil meticais do Fundo de Crédito Comunitário (FCC) para desenvolver o comércio, já que eu era comerciante na minha terra. Com o dinheiro abri esta barraca onde vendo bolinhos, refrescos, esta roupa usada e mais lá para o fundo tenho uma machamba de tomate.." (Anónimo. Maratane, Fevereiro de 2015).

Nos primeiros anos o refugiado tinha o básico para a sua sobrevivência, desde habitação, alimentação, vestuário, crédito, educação, saúde e terra para a prática da agricultura. Portanto, exceptuando os apoios alimentar e financeiro, os outros benefícios acima mencionados eram partilhados entre os refugiados e a comunidade local. Podemos verificar que desde o início sempre existiu a preocupação e vontade de incluir a comunidade local nos projectos e planos direccionados aos refugiados. Esta constitui uma das práticas usadas para promover a aproximação entre os refugiados e a comunidade local e reduzir eventuais focos de conflito que possam emergir como constataam Jacobsen (2002) e Sebba (2006).

Como consequência da partilha de vários bens e serviços, a comunidade local tornou-se mais próxima dos refugiados e passaram a desenvolver essencialmente relações de troca entre si. Neste processo, os locais ofereciam aos refugiados produtos como a mandioca, amendoim, verduras e prestavam pequenos trabalhos como a sacha, carregamento de produtos. Em troca os locais recebiam dos refugiados produtos alimentares distribuídos mensalmente pelas instituições humanitárias, especificamente o óleo, açúcar, a farinha de milho, etc. Pode-se perceber a articulação dessas relações nos trechos das entrevistas que se seguem "*...estou aqui para ajudar*

os congoleses no transporte dos seus produtos desta casa de distribuição às suas casas, em troca eles nos dão um pouco de feijão, sabão, ou então dinheiro...". Ainda em relação ao assunto, o senhor Rawa disse “... vim ajudar estas pessoas a transportar sacos de farinha, em cada saco de 25kg recebo 1kg de farinha.” (CONSOLO, 2004).

Dos trechos acima, constata-se que nos primeiros anos os locais prestavam alguns trabalhos aos refugiados e em troca recebiam alguma recompensa que podia ser tanto em dinheiro como em produtos alimentares. Neste período, o relacionamento entre os refugiados e os locais era de tolerância não apenas porque a comunidade local tinha a possibilidade de efectuar pequenos trabalhos e em troca obter algum produto ou valor, algo comum em outros locais de acolhimento de refugiados ao exemplo de Kakuma no Quênia⁴, mas sobretudo porque acomodá-los deu-os a possibilidade de aceder a vários benefícios como referem os senhores Francisco Andrade e Chicova nos trechos seguintes: “...neste mercado nunca se vendeu roupa de qualidade, sapatos, cadernos, esferográficas, etc. Agora tudo mudou, existe um grande número de pessoas que fazem as suas compras neste mercado..” (Francisco Andrade. Maratane, 15 de Fevereiro de 2002). Na mesma perspectiva Chicova disse:

...a situação antes da presença de refugiados não era boa, pois as crianças estudavam de baixo das árvores por falta de salas de aulas. A situação do hospital melhorou bastante porque antes os enfermeiros vinham e voltavam. Mas hoje alguns dormem em Maratane. Por vezes acabava uma semana sem termos enfermeiro para nos atender. Temos 7 moageiras que nos ajudam também (Albano Chicova. Maratane, 18 de Fevereiro de 2015).

Portanto, a recepção de refugiados provocou mudanças bastante positivas, pois de uma situação de falta de infra-estruturas escolares, deficiente atendimento hospitalar, ausência de locais próximos para a compra de produtos de primeira necessidade, o cenário muda para o melhor pois surge a possibilidade de adquirir bens e serviços essenciais localmente.

Como constatamos nas páginas anteriores, exceção os apoios alimentar e financeiro, os outros benefícios eram partilhados entre os refugiados e a comunidade local. Nesta altura, ninguém detinha bens de grande expressão como transporte de passageiros, moageiras, casas melhoradas, tanto no seio dos refugiados como da comunidade local.

Em suma, o acesso a várias infra-estruturas e benefícios direccionados aos refugiados por parte da comunidade local e a semelhança observada ao nível do status sócio-económico, constituem principais factores de prevalência de clima de tolerância no relacionamento que era observada nos primeiros anos em Maratane.

3.2. A mudança do status sócio-económico dos refugiados e o início de focos de tensão no relacionamento com a comunidade local - 2015

Este período que inicia um pouco antes⁵ é marcado por dificuldades por parte das instituições humanitárias pois, diferentemente da fase anterior, elas não são capazes de oferecer o apoio anteriormente concedido. Esta problemática reflecte-se no dia-a-dia do refugiado, pois de forma forçada é obrigado a definir estratégias de modo a suprir as necessidades básicas nas diferentes áreas de apoio, desde a habitação, alimentação, crédito, formação profissional etc.

Portanto, no que concerne ao apoio habitacional, ao invés de uma casa lhes é atribuída uma parcela de terra onde por meios próprios passam a erguer as suas moradias. Os problemas se estendem igualmente ao nível da alimentação, para a qual recebia um apoio mensal. Agora o apoio é trimestral. Verificam-se igualmente reduções nas quantidades de ração anteriormente concedidas e alguns produtos são retirados da lista, como exemplificamos na tabela abaixo:

Tabela 1 - Comparação da ração alimentar concedida em 2003 e 2015

Tipo de alimento	Quantidade de alimento distribuída por mês entre 2003 e 2015	
	2003	2015
Farinha de milho	12,5kg	7kg
Feijão manteiga	2.480kg	0.9kg
Óleo	1 litro	0.62 l
Açúcar	1.240kg	-
Sal	1 copo	-
Folhas de chá	1 copo	-
Pensos	2 pacotes	2 pacotes
Petróleo	1.51 l	-

Fonte: dados retirados dos relatórios de actividades do INAR.

Portanto, num intervalo de aproximadamente 10 anos as quantidades oferecidas passaram a metade e alguns produtos anteriormente oferecidos nomeadamente, açúcar, sal, folhas de chá, petróleo foram eliminados, como podemos observar na tabela acima. Esta problemática das reduções e cortes na ração mensal dos refugiados não é somente de Moçambique mas de outros países acolhedores de refugiados em África como é o caso de Uganda, Quênia, Chade, etc. Em Janeiro de 2015 o Programa Mundial de Alimentação (PMA) decretou a redução nas rações para perto de 150 mil refugiados que viviam em campos de Uganda como resultado de insuficiência financeira (WPF, 27 de Janeiro de 2015).

Para além da questão de reduções e cortes, grandes incertezas no que concerne a próxima distribuição faz parte do dia-a-dia do refugiado como refere a entrevistada abaixo:

...recebemos em Novembro e só agora Fevereiro é que voltamos a receber.. não sabemos quando vamos receber de novo... passamos fome porque a comida não é suficiente, tenho um agregado de 7 pessoas e recebo 35 kg de milho que não é suficiente, porque a distribuição da alimentação não é mensal. Actualmente recebemos milho, feijão cute ou ervilha e óleo. Já não recebemos sabão, sal e nem roupa (Anónimo. Maratane, 18 de Fevereiro de 2015).

Os problemas não se restringem apenas ao nível de alimentação, as ajudas a nível financeiro que visavam o desenvolvimento de diversas actividades comerciais desapareceram por completo, pois alguns refugiados não honravam com os seus compromissos como referiu a nossa entrevistada:

...a situação do centro agora já não é boa como nos anos passados, isto porque cortaram-nos o crédito porque alguns refugiados recebiam o dinheiro e não devolviam. Praticamente o que eu agora consumo uma grande parte é das doações e a outra do rendimento que provém desta minha banquinha.." (Anónimo. Maratane, Fevereiro de 2015).

Por outro lado, concluída a formação profissional nas áreas de informática, carpintaria, serralharia, corte e costura, muitas vezes o enquadramento é deficitário como referiu Poposon *"..No INEFP, fazem-se, sim, formações. Mas ficamos com os diplomas sem poder trabalhar...a minha proposta seria dar mecânica e condução como formação para os*

refugiados... as formações têm sido de informática, serralharia, cozinha, carpintaria mas nenhum dos formados conseguiu emprego..” (Popson Camba. Maratane, 18 de Fevereiro de 2015).

Perante este novo cenário de dificuldades no que concerne ao acesso a diferentes apoios, os refugiados reagem definindo estratégias de modo a suprirem aquilo que são as necessidades básicas que os torna diferenciados da situação da sua chegada, na qual eram essencialmente receptores de apoio. Uma das alternativas abraçadas pelos refugiados que os permite melhorar bastante a sua situação sócio-económica face as dificuldades encaradas tem sido a prática da agricultura. Com o desenvolvimento desta actividade, alguns conseguem prosperar e alcançar o status de “empresários” como é designado o refugiado de nacionalidade burundesa, Gaspar, que chegou a Maratane em 2003, e que nos contou a sua trajectória de mudança:

...Cheguei em Maratane em 2003 e nunca recebi apoio do Fundo de Crédito Comunitário (FCC). Entretanto, em 2003 consegui terra e comecei a cultivar tomate, feijão manteiga, e beringela. Trimestralmente, produzia entre 30 a 40 sacos de tomate. Depois de dois anos comprei a minha primeira moageira a 28 mil meticais. Em 2006 comprei a segunda moageira. Em 2007 vendi as duas moageiras e comprei o primeiro carro da segunda mão com um refugiado. Em 2010 comprei o segundo carro numa das garagens no Maputo e, finalmente, em 2013 comprei o terceiro carro...hoje tenho uma casa tipo 4, coberta de zinco e energia e seis funcionários moçambicanos que trabalham para mim. (Gaspar. Maratane, 24 de Fevereiro de 2015).

O trecho da entrevista acima ilustra que o senhor Gaspar chegou a Maratane desprovido como os outros. No entanto, a possibilidade que o governo o concedeu para que desenvolvesse a agricultura possibilitou-o obter algum rendimento que o permitiu adquirir bens como moageiras, transporte e uma casa melhorada. Esta situação actual do refugiado Gaspar contrasta com o padrão dominante da comunidade local que é de famílias sem rádio, electricidade, dispondo de 3 bicicletas em cada 10 famílias, vivendo em palhotas cobertas de capim (Administração Estatal, 2005:23).

Portanto, estamos diante de duas situações, por um lado os refugiados detendo casas melhoradas, moageiras, congeladores, transporte de passageiros e por outro a comunidade local desprovida de bens que os refugiados detêm. A comunidade local descontente com este desnível sócio-económico, manifesta-se proferindo palavras de ameaça aos refugiados

como testemunham as entrevistas a seguir “...você chegou aqui sem nada, comprou televisão, congelador. Está a comer; você, aqui não é tua terra, um dia vai chorar. Não vai voltar com tudo isso para tua terra..” (Bukumba. Maratane, 23 de Fevereiro de 2015). As ameaças não se limitam apenas a choros e retirada de bens, evoluem para discursos de extremos como de morte segundo observou Tantine “... quando vier guerra vamos vos matar...” (Tantine Azize, 22 de Fevereiro de 2015).

Em todos os depoimentos, tanto no Centro como fora deste local, os pronunciamentos da comunidade local é similar, mostrar aos refugiados que não é justa a sua posse de bens por várias razões: primeiro, porque testemunharam a sua chegada desprovidos, num estágio talvez igual ou abaixo da comunidade local; Segundo, espantados e surpreendidos não percebem como é que os refugiados prosperaram conseguindo comprar os bens em sua posse deixando a comunidade local num estágio abaixo deles, etc.

A surpresa por parte da comunidade local em relação a mudança do estilo de vida observada em Maratane, constatou-se no estudo efectuado por Agblorti (2010) no campo de Budunburam, em Uganda, em que os locais (autóctones) veem-se surpreendidos com o bem-estar dos refugiados e, não encontrando uma explicação para tal situação, associam este bem-estar a rendimentos provenientes de actividades ilegais, como referiu um dos entrevistados: “..somos muitas vezes surpreendidos sobre onde os refugiados obtêm dinheiro para apoiar seu estilo de vida caro, só pode ser sustentado através de actividades ilegais..” (AGBLORTI, 2010:15).

Podemos concluir que, de uma forma geral, a comunidade local considera injusta a posse de bens pelos refugiados por serem estrangeiros. Por isso, são frequentes, em quase todos os discursos, afirmações do tipo: “ esta não é vossa a terra, sentem-se donos”, “saiam daqui”. Portanto, Maratane não é único local em que os locais acham injusta a posse de bens por parte dos refugiados como concluiu Sebba (2006), no assentamento de Nakivale. Pelo facto dos refugiados não serem ugandeses, os locais achavam que eles não deviam ter direitos sobre a terra (SEBBA, 2006:4).

Portanto, considerando que a terra não pertence aos refugiados, a comunidade local procura repor a justiça, que consideram que não esteja a ser observada, com discursos intimidatórios de retirada de bens, choros e morte. Para além das promessas de retirada de bens, choros e morte, a comunidade local vai mais além, pedindo aos refugiados a retribuição do apoio concedido nos primeiros anos “..nós ajudamos a eles quando chegaram, e agora nos ultrapassaram, agora é a vez deles...têm carros, sentem-se donos..” (Entrevista com um grupo de moçambicanos em frente ao Centro trânsito de Maratane, 23 de Fevereiro de 2015). E perante as

instituições de apoio exigem um tratamento similar ao dos refugiados, como observa Chicova: *“Gostaríamos de receber aquilo que os refugiados recebem porque somos pobres..”* (Chicova. Maratane, Fevereiro de 2015).

Os trechos das entrevistas acima mostram que a comunidade local faz reivindicações a dois níveis, primeiro aos refugiados sob pretexto de os terem ajudado nos primeiros anos; segundo, às instituições de apoio, almejando um tratamento semelhante ao dos refugiados por se considerarem pobres. Por seu turno, no seio dos refugiados identificam se outros factores na origem de focos de tensão, destacando-se o enriquecimento usando meios que não os pertence, como verificou Baluge: *“... há problemas entre a população local e os refugiados, porque os locais dizem que os refugiados estão a enriquecer graças as suas terras... em algumas situações dizem-nos esta não é vossa terra, saiam daqui...”* (Baluge Matabaro. Maratane, 23 de Fevereiro de 2015). No que concerne ao mesmo aspecto, Wasasa acrescenta dizendo *“...os nacionais não querem que os refugiados recebam..., não gostam por causa da fome. Para meu lado não interessa porque não sabem dos direitos dos refugiados..”* (Wasasa Caluta, Maratane, 20 de Fevereiro de 2015).

Podemos concluir que no seio da comunidade local três situações essenciais estimulam focos de tensão, especificamente o bem-estar dos refugiados em relação aos locais, a não observância de um tratamento similar a dos refugiados e a ausência de alguma retribuição ao apoio concedido aos refugiados nos primeiros anos. No entanto, na visão dos refugiados os focos de tensão emergem essencialmente pelo uso de meios que não os pertencem, a fome e o desconhecimento daquilo que são os direitos dos refugiados por parte da comunidade local.

Portanto, a partilha de infra-estrutura e inclusão da população local em vários projectos direccionados aos refugiados como estratégia de minimização de focos de tensão entre refugiados e a comunidade local avançada por Jacobsen (2002) no caso específico de Maratane não funcionou de forma efectiva, ou então funcionou por um período limitado. Pois a partir do momento em que as diferenças se evidenciaram, detendo os refugiados bens como congeladores, transporte de passageiros, mercearias, iniciaram-se protestos por parte da população local visando equiparar-se aos refugiados em termos de direitos.

No entanto, no caso específico de Maratane, o descontentamento para com os refugiados manifesta-se ainda a nível verbal, não se verificando situações de agressões físicas, muito menos de retirada dos seus bens. Mas cabe o registro de que , em outros países, na África Austral, que também acolhem refugiados, a exemplo da África do sul, o descontentamento é expresso a nível verbal e avança-se igualmente para agressões físicas, como retratam Marie⁶ e Baruti:

Nós vivemos aqui na África do sul só com a graça de Deus, porque nós sabemos que estas pessoas não gostam de nós. Estão sempre a dizer: Ei makwerekwere⁷, se formos ao mercado e não falarmos a língua, é um problema. Eles falam na sua língua e se não entendemos, eles dizem: Hamba Makwerekwere (Marie: refugiada congoleza Durban, 2008:3).

O depoimento de Baruti Amisi mostra uma situação diferente de Marie: “...estou na África do sul desde 1997. Já testemunhei muitos casos de xenofobia, vi pessoas serem esfaqueadas só por não falarem línguas locais e vi pessoas serem mortas por isso (Baruti Amisi:4)⁸.”

Podemos perceber dos excertos acima que só o simples facto de não se comunicarem em língua local serve de pretexto para agressão verbal e física aos refugiados. Em Nampula, os refugiados ainda não se queixam de problemas de saques, esfaqueamentos ou então mortes, no entanto os discursos ilustram tendências para situações similares, pois são frequentes no relacionamento ameaças de retirada de bens, choros, morte. Estes pronunciamentos necessitam de uma atenção diferenciada daquilo que tem sido o posicionamento frequente das instituições que trabalham em prol dos refugiados, que normalmente referem que “o relacionamento entre os refugiados e a comunidade local é saudável”.

As justificações deste posicionamento variam dentro do universo dos que lidam com a população de refugiados. Para o senhor Adelino Hilário, director da Escola primária de Maratane, o relacionamento entre os refugiados e a comunidade local é saudável porque: “..nunca tive que resolver problemas de divergências. Os alunos na sala de aula nunca reportaram problema. Temos alunos moçambicanos que já se comunicam em swahili” (Adelino Hilário. Maratane, 20 de fevereiro de 2015). Por seu turno, para o delegado do Instituto de Apoio aos Refugiados, o relacionamento entre os refugiados e a comunidade local é bom: “...porque não existe nenhuma diferença entre os refugiados e a comunidade local” (Wachave. Nampula, 26 de fevereiro de 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento do relacionamento entre os refugiados e a comunidade local dois momentos se distinguem, o primeiro de convivência saudável e tolerância motivada pela partilha de infra-estruturas, serviços básicos e pela observância de alguma igualdade no status sócio-económico.

O segundo momento é marcado por um relacionamento tenso, pois as diferenças do status sócio-económico se evidenciam, por um lado refugiados detendo vários bens como transporte de passageiros, moageiras, mercearias, etc, e por outro a comunidade local desprovida dos bens acima referenciados.

Perante este cenário, a comunidade local sente-se injustiçada e reivindica por direitos iguais. No entanto, não tendo o retorno satisfatório, exteriorizam o seu descontentamento usando discursos ameaçando a retirada de bens, prometendo choros e morte, deixando os refugiados inseguros em relação ao seu futuro. Estes discursos frequentes no seio da convivência entre a comunidade local e refugiados que evidenciam situações de mal estar no relacionamento anteriormente saudável poderão degenerar em manifestações diversas caso não sejam tomadas em atenção.

NOTAS

¹ Maratane é o maior campo de refugiados da África Austral. Este campo de refugiados está localizado em um povoado, Namachilo, no distrito de Nampula, na região Norte de Moçambique.

² Sobre o assunto veja também Jacobsen, 2001.

³ Perto de sete idosos

⁴ Os locais eram empregues pelos refugiados em actividades como carretar água, cuidar das crianças a semelhança de Maratane. (Jacobsen, 2002:585).

⁵ Segundo alguns entrevistados, a problemática das reduções e cortes na ração mensal bem como a ausência de diferentes apoios inicia entre os anos 2005 a 2006.

⁶ Refugiada da República democrática de Congo residente na África do Sul.

⁷ Narrador refere que Makwerekwere é um termo pejorativo usado pelos sul-africanos para intimidar e insultar estrangeiros, especificamente imigrantes africanos. Desde 2008, o termo 'é associado a violência devido à onda de ataques xenófobos que houve naquele ano nas Townships-“bairros de lata”.

⁸ Para mais detalhes veja o relatório da Human Rights Watch, 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Mário Joaquim. **Tragedy and Triumph**. Mozambique Refugees in Southern Africa, 1977-2001. Heinemann Portsmouth, NH: British Library Cataloguing publication data is available, 2002. Disponível em: <www.unhcr.org>.

- AGBLORTI, Samuel.Kofi Miledzi. **Refugee integration in Ghana: The host community's perspective**. Ghana: University of Cape Coast, 2001. Disponível em: <www.refworld.org/docid/4d88749d2>. Acessado a 22 de outubro de 2015.
- ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. **Perfil de desenvolvimento do distrito de Nmapula**. Maputo: Administração Estatal, 2005.
- FIELDEN, Alexandra. Local Integration: an under-reported solution to protracted refugee situations. **New issues research, research paper nr 158**. Geneva: UNHCR, 2008. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/486cc99f2.pdf>>. Acessado em 24 de Julho de 2013.
- HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório Mundial/2014**. 2014. Disponível em: <<https://www.hrw.org/sites/default/file/reports/wr2014pt-web-pdf>>.
- JACOBSEN, Karen. The forgotten solution: Local integration for refugees in developing countries. **New issue research, Working paper nr45**. Geneva: UNHCR, 2001. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3b7d24059.pdf>>. Acessado em 24 de julho de 2014.
- JACOBSEN, Karen. Can refugees benefit the State? Refugee resources an African statebuilding. In: **Journal of Modern Studies**, 404, 2002, pp.577-596.
- JOÃO, Angelica. **A construção social do outro: perspectivas cruzadas sobre estrangeiros em Moçambique**. Carlos Serra (Dir). Maputo: Imprensa Universitária, 2010.
- MARCH, Leonine. **Learning By Ear- aprender de Ouvido “Todos nós somos diferentes - respeito pelas minorias**. Doc. Sexto episódio “Xenofobia na África do Sul”, 2020.
- SEBBA, Kalyango Ronald. **Land conflicts and their impact on Refugee Women's Livelihood in Southwestern Uganda**. Research paper 127. Uganda: Makerere University Department of Women and Gender studies, 2006. Disponível em: <www.unhcr.org>. Acessado em 7 de Agosto de 2015.

RESUMO

Com base na revisão bibliográfica e nos trabalhos de campo realizados em Maratane nos anos de 2003 e 2015, este artigo analisa o desenvolvimento do relacionamento entre os refugiados e a comunidade local, com enfoque nos principais factores que concorrem para a transformação da “tolerância que caracterizava esse relacionamento em “focos de tensão” e possíveis implicações. Argumenta-se que a chegada dos refugiados representou, inicialmente, para os locais diversas vantagens, pois passaram a beneficiar-se de várias infra-estruturas criadas no centro, por exemplo de fontenários, escolas, centro de saúde e mercado de produtos da primeira necessidade. Para além dos benefícios a nível de infra-estruturas, a presença desta população deu-os igualmente a possibilidade de obter formações profissionais em diferentes áreas e adquirir pequenos trabalhos remuneráveis localmente. Os ganhos nas áreas acima indicadas criaram relações de aproximação entre os refugiados e a comunidade local assim, gerando um relacionamento saudável nos primeiros anos. Porém, a disponibilidade que o governo oferece para que possam desenvolver algumas actividades como a agricultura, pecuária, comércio bem como a proatividade dos refugiados na busca de suplementos para a sobrevivência, permitiu que estes passassem de simples receptores de apoios à detentores de diversos bens e serviços, como transporte de passageiros, mercearias, moageiras, etc. Portanto, esta mudança do status sócio-económico dos refugiados em relação às comunidades locais está gerando focos de tensão nas relações entre a população hospedeira e os refugiados. Conclui-se que estas mudanças no relacionamento geram estigma – em relação aos refugiados – que, caso não haja intervenção para alterar este clima, poderão degenerar em ondas de violência.

Palavras chave: Refugiados; Relacionamento; Comunidade local

ABSTRACT

Based on a literature review and fieldwork carried out in Maratane between 2003 and 2015, this article analyses the development of the relationship between refugees and the local community, focusing on the main factors that contributed to the transformation of the “tolerance that characterised this relationship into “focus of tension” and possible implications. It is argued that the arrival of refugees initially represented many advantages for the locals, as they began to benefit from various infrastructures created in the centre, such as fountains, schools, a health centre and a market for basic necessities. In addition to the benefits in terms of infrastructure, the presence of this population also gave them the opportunity to obtain professional training in different areas and to acquire small locally remunerated jobs. The gains in the areas indicated above created closer relations between refugees and the local community, thus generating a healthy relationship in the early years. However, the government’s willingness to allow them to develop certain activities such as agriculture, livestock farming, and trade, as well as the refugees’ proactivity in seeking supplements for survival, has allowed them to go from being simple recipients of support to owners of various goods and services, such as passenger transport, grocers, mills, etc. Therefore, this change in the socio-economic status of refugees in relation to local communities is generating tensions in the relations between the host population and refugees. It is concluded that these changes in the relationship generate stigma – in relation to refugees – which, if there is no intervention to change this climate, could degenerate into waves of violence.

Keywords: Refugees; Relationship; Local community

What Happens Post-Return Migration? The Experiences of Brazilian Returnees from Ireland

O que acontece após a migração de retorno? As experiências dos brasileiros que retornam da Irlanda

*Nivelton Alves de Farias**

1 INTRODUCTION

Return migration is described as a situation where the migrants return to their country of origin, by their own will, after a significant period of time abroad (DUSTMANN & WEISS, 2007: 238). Return migration brings consequences with it for both origin and host communities. It also immensely affects the lives of the people involved (both migrants and non-migrants). Returnee migrants, in particular, face socio-psychological problems after the return migration process. The few studies that have addressed returnees' psychological reactions after they returned have found considerable adjustment problems, especially around the re-integration process (YEHUDA-STERNFELD & MIRSKY, 2014). Reintegration can be defined as the re-inclusion of a person in a group and society of his/her country of origin (IOM, 2011:82). According to Cassarino (2008), reintegration includes social-psychological, economic, and cultural aspects, which are interrelated and mutually affect one another. Chobanyan (2013) asserts that return migrants typically find themselves in a difficult psychological situation due to social insecurity, loss of networks, and because some are not ready to return. The data from this study, for instance, also demonstrate that most participants faced many problems readapting to life in Anápolis-GO, after returning from Ireland, many of which overlapped and intertwined.

* Department of Geography, Trinity College Dublin, Dublin, Ireland. alvesde@tcd.ie.

However, there is still a lack of pertinent research on return migration aimed at understanding the many challenges returnees face in their home country and how the return migration process affects people's lives. There is some empirical evidence to suggest that return migration is a complex process that has consequences for both originating and receiving communities and intensely affects the lives of the people involved (DE HAAS AND FOKKEMA, 2010). For Ni Laoire (2011: 21), return migration "is frequently conceived in terms of an opposition between 'myth' and 'reality', highlighting a disjuncture between 'home' as dream and 'home' as actually experienced." She argues that while this is a useful conceptual framework, "the negotiations of identity and belonging involved in the process of return migration are more complex than this" (*ibid.*, 2011:21). For Christou (2006:835), return migrants generate multidimensional understandings of self and belonging, rationalised through the return migratory project. Christou examined the spaces of inclusion and exclusion during the return process of Greek-Americans to Greece. She found that "the return migrant emerges as a socially and politically sensitised figure on various levels of adjustment and social interaction during the return settlement process" and that "the binary representations of 'home-host', 'foreign-familiar' [...] all express a cultural anxiety that takes shape in the form of anxious negotiations of the self as either more or less Greek" (Christou, 2006:839). Finally, she noted that "'Greekness' as the ultimate plan of action, fulfilled during the homeland return, is tested by homeplace constructions of 'otherness' which create states of being of 'strangeness' for the return migrant" (*ibid.*).

As other studies of return migration have shown, feelings of belonging need to be renegotiated upon return, both at the community and family level (NI LAOIRE, 2011; DE BREE *et al.* 2010). For instance, de Bree *et al.* argue that "return migration is not simply a matter of 'going home', as feelings of belonging need to be renegotiated upon return" (DE BREE *et al.* 2010:489). In their research on return migration, belonging and transnationalism among migrants who returned from the Netherlands to Morocco, they found that "while returnees generally feel a strong need to maintaining various transnational practices, the meanings they attach to these practices depend on motivations for return, gender and age" (*ibid.*). Finally, they noted that those who returned as children generally feel uprooted, notwithstanding the transnational practice they maintain (*ibid.*).

In contrast, a study by de Haas and Fokkema (2010), which explored the causes and reasons for returning to Morocco, concluded that relatively few returnees expressed concerns about their future financial situation. This was because their state pensions or social benefits, sometimes supplemented by income from one or more investments, were generally sufficient to live

comfortably in rural areas of Morocco, where living costs are much lower than in Europe (DE HAAS and FOKKEMA, 2010:551). Although returnees generally experienced a fairly smooth re-adaptation, this does not mean their return was simply a matter of “going home” (*ibid.*:552). The study also noted that, at the family level, returnees sometimes face difficulties in regaining a position in the family (*ibid.*:552-3). Although the majority of children interviewed were happy that their father had finally returned home, this decision was often not beneficial for them (*ibid.*:553). In this sense, the most common conflicts seem to revolve around the father’s decision not to bring the family to Europe (*ibid.*:553). However, the majority remained of the opinion that their decision to leave their family behind was the right one (*ibid.*:554). Its conclusions reveal that, in general, return migration is a complex and multifaceted process, which has consequences for both origin and host communities and intensely affects the lives of the people involved in it (*ibid.*).

Return migration has been largely overlooked in Brazil, despite the extensive emigration of Brazilians since the 1980s. Globally, the number of international Brazilian migrants in 2022 was 4,598,735 million (MRE, 2022: 3). Return migration has also been largely overlooked in Ireland, especially regarding significant non-EEA immigrant groups living in the country. This study aims to contribute to filling this empirical gap, analysing the settlement challenges faced by Brazilians returning from Ireland for reintegration in Anápolis, in the state of Goiás. As they form the largest non-EU immigrant group living in Ireland, the case of Brazilian migration is particularly relevant to examine return migration in the Irish migration context. Ireland represents a new European frontier for Brazilians, who have historically migrated primarily to Portugal and other Western European countries (JORDAN & DUVELL, 2002; TORRESAN, 2012). Although Brazilian migration to Ireland is a fairly recent phenomenon compared to other European nations, the number of Brazilians in Ireland has grown significantly since the beginning of the migratory flow (CSO, 2002, 2006, 2011, 2016, 2022) and the country is now home to the 8th largest Brazilian community in Europe (MRE, 2020). For example, in 2002 there were only 1,232 Brazilian nationals in Ireland. In 2006, their number grew to 4,720. Between the 2006 and 2011 censuses, the Brazilian population doubled in size and its number stood at 8,704. The growth in the number of Brazilian nationals continued and in April 2016 the number was 13,640. This figure increased significantly in 2022 to 39,556. Consequently, since 2006 the Brazilian population has grown more than 8 times.

The paper is organized as follows. The following section provides the empirical analysis: it begins with a description of the data, preceded by a

description of participants' background characteristics, and ends with the description and interpretation of the results. The final section provides the final summary and implications of the study.

2 METHODS

2.1 Data

Case study methods were utilised to explore return-migration reintegration challenges through the context of Anápolis, a mid-sized city of 386,923 habitants located in the Midwest state of Goiás in Brazil (IBGE, 2019a, b). This paper draws on data collected as part of a four-year research project on the determinants of Brazilian migration from Anápolis in Goiás, to Gort in County Galway, Ireland (DE FARIAS, 2022). The evidence presented below emerges from in-depth, qualitative interview with 40 Brazilian migrants in Anápolis. Of these, 8 interviews were with couples, 13 were with individual females, and 11 were with individual male participants. The sample was comprised of 19 males (47.5%) and 21 females (52.5%). To build a richer understanding of their background, family dynamics, and migration experiences, the study also carried out 45 questionnaires with the participants. This provided a unique opportunity to study the participants' past and current socio-demographic and socio-economic situation in Brazil and the country of destination. The fieldwork took place between May and September 2018. All the interviews were conducted in Portuguese, the interviewees' native language, and each interview was recorded electronically using a Philips voice recorder. All first names used are pseudonyms, to protect respondents' anonymity. In addition, an informed consent form was signed by each participant before participating in the study.

2.2 Respondents' background characteristics

This section summarises some key information about the background of the sample. The sample of 40 participants was comprised of 19 males (47.55%) and 21 females (52.5%). In terms of the age of the participants, 5 were less than 35 years old, 20 were aged 35 to 50, 11 were aged 51 to 60 and 4 were aged 61 to 70. The majority were mature people middle-aged or older; this is a noticeable indicator of labour migration flows.

The participants in Anápolis had diverse educational backgrounds. Twenty participants attended Primary education. However, only 6 had finished this level of education, whilst 14 had dropped out. Those who dropped out of Primary education had an average of 5.3 years of schooling, while those who finished had an average of 8 years of schooling. Furthermore, 14 participants

had attended Secondary education, however 4 dropped out. Finally, 2 participants had Technical education, 1 had an incomplete Higher education, and 3 had completed Higher education. As to the participants' religious affiliation, the majority were Evangelicals (45%), followed by Catholics (37.5%), no religious affiliation (12.5%) and Spiritists (5%).

Regarding marital status, 28 participants were married, while 6 were single, 5 were divorced or separated, and 1 was cohabiting. In terms of family composition, 34 participants stated they had children, although family sizes were relatively small, with a total of 69 children, an average of 1.72 children per family.

In terms of immigration status, 31 out of 40 people were undocumented during most of their time in Ireland, representing 80% of the total sample. Of these undocumented migrants, 25 people entered the country with a tourist visa and overstayed their permission and 6 people held a work permit but became undocumented later.

Regarding the working status of the participants 31 out of 40 were actively working; 16 were formally employed and 15 were self-employed. A further 5 were retired, 4 were looking after home/family (i.e. neither at work nor retired), while 2 were unemployed over a long period (*Maria Eduarda* and *Vinícios*). The majority of the participants in Brazil were immersed in a variety of different sectors and occupations: 14 participants were self-employed, 6 were employed in commerce, 4 in the public sector, 3 in health care, 2 in education, and 1 participant each in cleaning/housekeeping mechanical and security sectors.

The data indicate that 36 participants did send remittances regularly home during their time in Ireland. Other 2 participants said they did send remittances, but only rarely. Finally, 1 participant said he did send remittances home, but only sometimes, while 1 only said he did send remittances home, however, very little. It appears that female participants (21) were more likely to send remittances home than males participants (19).

3 RESULTS AND DISCUSSION

3.1 *Economic challenges*

The **Table 1** display the results of the data analysis on the challenges facing Brazilian returnees from Ireland to reintegrate in Anápolis. Most participants faced a variety of problems after returning, many of which overlapped and intertwined with each other. Unsurprisingly, the most important theme to emerge from the data were *the economic challenges*, mentioned 20 (50%) participants, of which 10 were male and 10 were female. Participants

mentioned that they faced a variety of economic problems upon return. The most cited economic problem was *the difficulty in re-adapting to life with a low salary*, mentioned by 10 (25%) participants, of which 6 were male and 4 were female. For example, 50-year-old *Ana Clara*, a married mother and former meat-processing worker, who lived in Ireland between 2001 and 2003, faced many difficulties in adapting to low wages: “We faced many difficulties, everything was difficult, we had to get used to living with little money, so I thought like, “I cannot spend what I brought from Ireland, because then it will be necessary.” The high working load in Brazil was a problem too; in Ireland, it is much smaller.” A similar example came from 59-year-old, *Davi Lucca*, a married father and former meat-processing worker, who lived in Ireland between 2002 and 2003:

Adapt with low salary, work a full month and earn a very low salary, it takes time to get used to, it was not easy not, and in Ireland, your work is valued. Here I earned 6,000 a year, in Ireland I made that money per month, besides I had to start working here at 5 o'clock in the morning, it was not easy, in Ireland you usually work from 8 o'clock to 5 o'clock, much easier.

The second most cited economic problem was *the cost of living (especially the difficulty to buy food)*, mentioned by 8 (20%) the participants, of which 5 were female and 3 were male. The testimony of *Melissa*, a 50-year-old married mother who lived in Ireland between 2007 and 2009 exemplify this theme among the participants:

Wow, when I got here and went to the supermarket to shop for the first time, I got scared, I got scared, so I said, ‘My God what I came to do here in Brazil again.’ Things are very expensive here, money is little, and money is not enough. To tell you the truth, I regretted bitterly that I came back to Brazil, and my husband too, he knows that he made a mistake, today we want to come back very much, but it is difficult because of the financial difficulty, today we work selling grams in the city, only enough to feed us, pay the bills, and pay for the maintenance of the truck.

This is also the case for 53-year-old *Ana Luíza*, a married mother who lived in Ireland between 2003 and 2009:

I faced some difficulties; it was not so much the heat, but the financial issue. Because in Ireland you get used to earn well, to be paid weekly. Everything here is different; you work hard and earn little. Not to mention the cost of living in Brazil that is very high. Even earning little, we do not give up eating vegetables and fruits, because if you save money on it, you get sick, it gets more expensive.

The third most cited economic problems were *re-adapting to being paid monthly*, mentioned by 4 (10%) participants, of which 3 were male and 1 were female. Another 4 (10%) participants said they faced difficulties in *changing their consumption habits acquired in Ireland* “of not having to thinking about money,” of which 2 were male and 2 were female. The other economic problem faced was a lack of money, mentioned by 2 (5%) participants. A representation of this could be seen in the story of the participants *Vicente* and *Vinícius*. In the following quotation, *Vicente*, a 48-year-old married father and former meat-processing worker, who lived in Ireland between 1999 and 2002, describes his difficulty to adapt to lack of money upon returning to Anápolis: “The first difficulty was the lack of money, I got used to earning a good salary weekly in Ireland. Here in Brazil, you receive only at the end of the month, and in addition, the salary is very low.” On the other hand, he had no difficulty re-entering the job market due to his experience in the meat-processing sector:

I did not have not because I had a lot of experience in the cattle slaughtering area, they were hiring at the time I returned to Brazil, but the salary is very little. This led me to invest in a business, I opened a store, but unfortunately, the business did not work, I had no experience with business, this led me to lose a lot of money. This encouraged me to migrate to Australia, I lived there for another 10 years, and you realized the sacrifice I made.

This is also the case for *Vinícius*, a 42-year-old single man, who lived in Ireland between 2004 to 2005 and 2007 to 2011, who is still unemployed since this return in 2011:

The first difficulty was the lack of money and the lack of employment, I have been unemployed for more than five years, and if it were not for my mother’s support, I would be living on the street and starving. The lack of professional training has aggravated my situation, to do

a training in SENAC (The national service of commercial learning) I need money, besides I do not even have a high school diploma, so it is very difficult to get a job, that is why I want to return to Ireland, but I have no money.

The other themes that emerged was a feel of shock with the economic difficulties people were facing and dealing with their complaints about life (n=2, 5%), to keep the assets acquired in Ireland (2 participants, 5%), being cheated by a partner after returning (1 participant, 2.5%), re-learning how to live with financial limitations (1 participant, 2.5%), the fall of the living standard acquired in Ireland (1 participant, 2.5%), re-adapting to the living standard and difficulty in forgetting the Euro (1 participant, 2.5%) and feeling inferior for not being able to work (1 participant, 2.5%). Moreover, that data showed that most participants faced different economic problems after returning to Anápolis.

3.2 Labour market challenges

Labour market problems were the second most cited problems, mentioned by 17 (42.5%) participants. Interestingly, females were more likely than males to face labour market access problems, with 11 and 6, respectively. Participants mentioned a variety of labour market problems they faced upon return. The great majority (n=14, 35%) said that they faced problems in accessing the labour market upon their return, of which 9 were female and 5 were male. The case of *Lara*, a 35-year-old single mother of 3 children who migrated to Ireland twice (2003 to 2004 and 2005 to 2009), is very telling. She faced difficulty re-entering the job market due to her low level of school education and lack of professional experience:

The biggest difficulty was to re-enter the labour market, I had neither college nor even finished high school, and lack of professional experience as well. In Ireland, I worked with cleaning and housework that did not add much to my resume. Thankfully, I had the support of my family at the beginning. Today I work, as a cashier in a supermarket, the only problem here is that you earn a minimum wage, so there is never any money left. I missed Ireland for a while, especially my friends. However, today I am happy here with my children and family.

A similar example came from *Beatriz*, a 34-year-old married woman and mother of 3 young children, who lived in Ireland between 2005 and 2010 and faced challenges in accessing the job market:

Our biggest challenge was accessing the job market, because our resumes were already out of date, I got jobs faster, but my husband did not, it took him a long time to get a job. After that, we decided to set up a car mechanic business; my husband already had some experience in that area. When we arrived, we had to live in favour (*without paying rent or bills*) in the house of my husband's grandparents, so we started from scratch, and in addition, with three small children, the expenses were very high with our food.

The second most cited labour market challenge was a lack of both opportunities and employment, mentioned by 4 (10%) participants, of which 3 were female and 1 were male. Other labour market problems cited were the high work load (2 participant, 5%), the feeling that your work is not valued or appreciated as much as it was in Ireland (2 participants, 5%) and being unemployed after returning (1 participant, 2.5%). The examples below the participants *Rebeca* and *Maria Alice* illustrate the difficulties participants faced in finding a job. In the case of *Rebeca*, a 46-year-old, divorced women, mother of two children, who lived in Ireland between 2005 to 2007. Her main problem was not having a profession or diploma:

The biggest difficulty was lack of employment, the situation was even more difficult because I had neither profession nor diploma, besides I was already 35 years old, it weighed a lot, that's why at the beginning I decided to invest part of the money to open a business to sell clothes, but the business did not work, I lost 7 thousand Reais, today I work as a baker in a bakery, and selling barbecue on weekends.

In the case of *Maria Alice*, 40 years old, single mother of two teenage children, who lived in Ireland between 2006 and 2008, she faced difficulties finding a job because she was pregnant at the time of her return to Brazil:

I had trouble finding work because I was pregnant; when my son completed six months of being born, I got a job. I had too much trouble with the excessive heat, I had a lot of allergy because of the pregnancy, besides I had a little depression too, I cried a lot for having returned too, but with time it was passing.

3.3 Weather related problems

The third most cited problem facing returnees was the challenges to adapt to the weather in Brazil, mentioned by 16 (40%) participants, of which 8 were male and 8 were female. Interestingly, all 16 participants mentioned having difficulties in re-adapting to the heat in Brazil, while 2 participants mentioned having skin health problems due to the heat (burns, bubbles and allergies). The testimony of **Felipe**, 57 years old, divorced, and father of 3 adult children, who lived in Ireland between 2004 and 2009 exemplifies this theme well among the participants. For him, adapting to the heat was his biggest challenge in adapting to Brazil:

Adapting to the heat was my biggest challenge, oh my lady, I almost died here, I spent three months to readjust my body, and sometimes I took four to five baths a day because of the heat. It was a crazy thing the heat I felt here when I came back from there, I arrived in the month of November, in the middle of winter in Ireland, I left there it was snowing, then I arrived in the middle of the summer.

This was also the case of Melissa, a 50-year-old, married woman and mother of 2 teenager children, who lived in Ireland between 2007 to 2009:

I felt bad with the weather, because I leave there with a wonderful cold, with beautiful skin, I arrived here I came across the heat, my body gave bubbles, as if it were burns, I was scared of it, so I asked myself 'Why did I come back?'

3.4 Psychological issues

Another interesting theme to emerge from the data was psychological issues, mentioned by 13 (32.5%) participants. Female were more likely than males to face a psychological issue, with 11 and 2, respectively. The most cited psychological issue was a feeling of regret and blame for their decision to return, mentioned by 9 (22.5%) participants. Females were more likely than males to feel regret and guilt, with 7 and 2, respectively. Another 4 (10%) participants mentioned feeling depressed after the return, all of whom were female. Interestingly, a further 4 (10%) participants felt nostalgia and longing to both Ireland and friends left behind, all of whom were female. The other psychological issues mentioned were dealing with a divorce, being left and feeling betrayed by the husband (1 participant, 2.5%), the gaining and loss of weight (1 participant, 2.5%), isolation and being locked in the house

(1 participant, 2.5%), feeling sad (1 participant, 2.5%), sleeping problems (1 participant, 2.5%) and living with the regret of not having applied for Irish citizenship before returning (participant 1, 2.5%). The example of *Isadora*, a 54-year-old, divorced woman, who lived in Ireland between 2001 and 2005, illustrate the trauma of divorce and betrayal by a partner:

Look, in my case, my return to Brazil was very disappointing. The money saved from Ireland changed my husband a lot, to start with, he changed me to another younger woman, that is to say, our return caused the end of our marriage, and he felt invincible with the power of money. I very much regret having let him oppress me, of never screaming, of letting him think only of himself, of never having thought of myself, but part of what happened was my fault too. He also tried to keep most of the things we got in Ireland, he spent almost all the money we got in Ireland, and he was very dishonest.

In addition to facing challenges related to marital separation, *Isadora* also faced health problems:

So it was my biggest challenge to deal with the separation and betrayal of my husband, besides I faced many health problems, I spent a lot of money taking care of myself, I was unable to work for a few years, it took me a while to get up again today I work as a Portuguese language teacher and an English teacher, but I still have depression problems, today I live with my sister so she helps me a lot, but I still cannot get emotionally involved with another man.

Other participants faced feelings of isolation upon returning to Brazil; this is the case of *Maria Cecília*, a 49-year-old, married woman, and mother of 2 grown children, who lived in Ireland between 2007 to 2010:

I did not have to, I was isolated inside the house by my own option, because I did not want to be here, I was forced to come, but soon after I reacted and went to look for a job, today I have my own business selling pots.

Other participants felt feelings of inferiority, regret and blame upon return to Brazil; this was the case of 32-year-old *Catarina*, a married woman and the mother of 4 children, who lived in Ireland between 2005 and 2011:

Thank God, my husband got a job as soon as he arrived, but I felt inferior, because I could not work because of my four small children, that was hard because in Ireland I had my own money. I also suffered because I did not want to go back to Brazil, I wanted to have stayed there to try to get my children's documents, today they would have this patrimony in their hands, the Irish citizenship, so for me to come back was like a failure, I did not I wish I had come.

Interestingly, more people reported having had psychological issues during the return re-integration process than during their period in Ireland. Together, these findings demonstrate that immigrants are vulnerable to developing psychological issues both during and after migration.

3.5 City and urban related problems

Another interesting theme to emerge was urban-related problems, mentioned by 6 (15%) participants, of which 3 were female and 3 were male. Among the problems mentioned were the difficulty of adapting to the dirty streets, mentioned by 3 (7.5%) participants. The other problems faced included the difficulty to adapt to a lack of security and violence (2 participants, 5%), the traffic noise and drivers' rudeness (1 participant, 2.5%) and re-adapting to the way they walk on the streets of Anápolis (not carefree, as in Ireland) (1 participant, 2.5%).

3.6 Did not face problems at all

Interestingly, some participants (6 participants, 15%) mentioned that they did not face problems at all after retuning. Mainly those with jobs offers, those with civil public jobs and those with a better financial situation and their own houses. Take, for example the testimony of participant *Antonella*, a 66-year-old single woman who lived in Ireland between 2009 and 2010. She did not face many challenges because she was a civil servant and had a secure job, however, other members of her family who also lived in Ireland faced changes to find employment upon returning to Brazil:

So it was not difficult for me not because I had my job guaranteed, I was a civil servant in Anápolis, I had my own house too, so it was not difficult for me. But my daughter's family faced a little difficulty, especially my son-in-law, he spent many years without a job.

Other participants did not face many challenges because they had support from the community, family, and their former employers; this

was the case of physical education teacher *Pietro*, a 62-year-old married man, who lived in Ireland between 1999 and 2000, and 2002 and 2004 and 2007 and 2008:

Nothing, nothing, I was very well accepted by the community, the company that I worked with was reopened again, my job was already guaranteed, because they knew me. My mother supports me, my friends. I did not miss [Ireland] because every time I came on vacation to Brazil the return to Ireland was always painful, it was difficult. Do not get me wrong, I enjoyed a lot in Ireland, the organization of things, the security, and the money we made there. However, unfortunately, I did not adapt with the life there, I would say a confined life, when it is not the weather, its laws, and lack of leisure options, what we like, what I like. Here the lack of security takes away our freedom, but if you know how to live in a place you can go wherever you want, in Ireland sometimes you could not, it bothered me a lot. So here in spite of the difficulties you have more freedom, you have access to the things you like.

A similar example came from public civil servant *Antônio*, a 62-year-old married man who lived in Ireland between 2004 and 2007. He didn't even worry about earning less when he returned to Anápolis: "I did not have problems, not to tell the truth, even earning less my life here is better than there, here I have my own house, I have my family by my side." And *José*, a 70-year-old, construction worker, who lived in Ireland between 2000 and 2012: "No difficulty, nothing, nothing, it seemed that I had never left, I love this Brazil of ours, I love being Brazilian, here it has everything, here is our place."

3.7 Property related issues

Interestingly, 5 (12.5%) participants mentioned having properties problems after the return, of which 3 were female and 2 were male. Among the property problems mentioned were that some felt that their property was run down and dilapidated (2 participants, 5%), some found the house too small compared to Ireland and felt they were living on a farm (1 participant, 2.5%), others had a problem re-adapting to the shape of the houses (1 participant, 2.5%), some had difficulty finding a place to live and had to rely on relatives for shelter (1 participant, 2.5%) and adapting to a new house in a different neighbourhood (feeling out of place) (1 participant, 2.5%).

3.8 Health related issues

Another 4 (10%) participants reported having faced health-related issues. Females were more likely than males to face a health issue, with 3 and 1, respectively. All the participants (4 participants, 10%) mentioned having to deal a personal health problem after returning, while 2 (5%) participants mentioned that they had difficulty accessing health care. A representation of this could be seen in the story of the participant Mariana, a 58-year-old married woman, who faced a health problem and difficulty accessing care she needs after returning to Anápolis:

What really weighed in the beginning was really my health, which even made me stay. Difficulty in accessing health in Brazil is difficult too, in Ireland it is easier, even if you are illegal and do not have the medical card, it is easier for you to go to doctors, to do tests, people stop taking exams in Ireland to do in Brazil, but here today you have to have a good health plan, or else, have money to pay, or face queues in public hospitals. You have to return to Brazil prepared to stay, because if you do not prepare to stay, any difficulty you face makes you want to return to Ireland. My son-in-law and my daughter are examples of this, they already had the house furnished here, had their car, the children in school, but the first difficulty they faced they returned to Ireland.

3.9 Network and friendship problems.

Other 3 (7.5%) participants mentioned that they faced friendship and network problems. Males were more likely than females to face these problems, with 2 and 1, respectively. Among the problems faced, they mentioned the loss of friendships while in Ireland (2 participants , 5%), the loss of contact with many people (1 participant, 2.5%) and the loss of old business clients (1 participant, 2.5%). See for instance the testimony of participant *Esther*, a 44-year-old divorced woman:

The loss of friendships was a problem, the friendships I had moved away from me, so I found this difficult. There was also the difficulty of reintegrating into the labor market, perhaps because of my age, and the lack of an academic formation, of a course. It was only after four years that I got a fixed, signed-up job. During this time I did informal work, I found ways to pay the bills.

3.10 People's manner problems

Finally, 2 (5%) participants reported having difficulties dealing with people's manners, especially people's impoliteness.

Table 1. The Challenges Facing Brazilian Returnees from Ireland in Anápolis.

Theme(s) emerged	Participant(s)	%
	Anápolis	
Economic challenges	20	50
Labour market challenges	17	42.5
Weather problems	16	40
Psychological issues	13	32.5
Urban/City related problems	6	15
Did not face problem at all	6	15
Property issues	5	12.5
Health related issues	4	10
Network/ Friendship problems	3	7.5
People's manner problems	2	5

Source: Author's field research.

3.11 Regretting the Return Decision

The Table 2 displays the results of the data analysis on the reasons why some returnees regretted their decision to return to Anápolis, while others did not. The data showed that 21 (52.5%) participants did not regret their decision to return to Anápolis, of which 11 were female and 10 were male. Participants mentioned a variety of reasons as to why they did not regret their decision to return. For instance, 6 (15%) participants did not regret because they had their family with them, of which 5 were female and 1 were male. A further 5 (12.5%) participants did not regret because it was the right time to return, of which 3 were male and 2 were female. Another 4 (10%) participants did not regret because they had a serious health problem, of which 3 were female and 1 were male. Interestingly, 3 (7.5%) participants did not regret because of their advanced age, of which 2 were female and 1 were male. Other 3 (7.5%) participants did not regret their decision because they had their own house, all of whom were female. A further 3 (7.5%) participants did not because they felt they had enough to live on (financial security), of which 2 were female and 1 were male. Others 3 (7.5%) participants did not regret

because they helped a very close family member who was facing a difficult health problem. The other themes mentioned by the participants were: having their own house and a second one bought with money from Ireland (usually for renting) (2 participants, 5%), achieved the migration goals/targets and was happy and satisfied (1 participant, 2.5%), have a simple but dignified life (1 participant, 2.5%), felt happier in Brazil (1 participant, 2.5%), there is no country like Brazil (1 participant, 2.5%), because their family needed them (1 participant, 2.5%) and because they did not have enough time in Ireland to make connections (1 participant, 2.5%).

However, the other 19 (47.5%) participants did regret having returned to Anápolis, of which 10 were female and 9 were male. Participants mentioned a variety of reasons to why they did regret their decision to return. Personal reasons were mentioned by 6 (15%) participants, of which 3 were female and 3 were male. The main personal reasons given were that the return was the biggest mistake they had ever made (2 participants, 5%), they should have stayed and applied for citizenship (2 participants, 5%), if they knew that he/she would separate they would have stayed in Ireland (1 participant, 2.5%), they could not change what was already done, i.e. the death of a relative (1 participant, 2.5%), and that they were forced to return by their partner (1 participant, 2.5%).

The same number of the participants (6, 15%) mentioned that they came back at the wrong time and that they should have stay longer or settled in Ireland, of which 3 were female and 3 were male. A further 6 (15%) participants regretted the return due to family reasons, of which 4 were female and 2 were male. Among the family reasons that led to the regret of return were that some felt that they should have tried to bring their families to Ireland (3 participants, 7.5%), of which 2 were female and 1 male.

Others cited that they would love to have their children brought up and attending college in Ireland (2 participants, 5%) and one (1, 2.5%) regretted the return because she felt that if they had stayed in Ireland they would be able to help their families more. Other 2 (5%) participants regretted their decision because they felt that they could manage their business in Brazil from Ireland and that there was no need to return. 2 (5%) other participants regretted returning due to reasons linked to their previous life in Ireland. They cited four reasons: they felt they had a good life in Ireland; there was no violence in Ireland and access to health care and affordable cost of living. Finally, 2 (5%) more participants mentioned that they regretted due to reasons linked to their lives in Brazil and society. They mainly mentioned that life in Brazil is more difficult and complicated, the country is violent, that there are more financial difficulties and the cost of living is higher.

Table 2. Regretting the Return Decision

Theme(s) emerged	Participant(s)	%
	Anápolis	
People who did not regret returning	21	52.5
People who regretted returning	19	47.5
Reasons for not regretting returning		
Had their family with them	6	15
It was the right time to return	5	12.5
Because he/she had a serious health problem	4	10
Because of their advanced age	3	7.5
Had their own house	3	7.5
Helped a very close family member facing a difficult health problem	3	7.5
Felt they had enough to live (financial security)	3	7.5
Had their own house and a second one (bought with money from Ireland)	2	5
Have a simple but dignified life	1	2.5
Achieved his/her migration goals/targets (happy and satisfied)	1	2.5
He/she is happier in Brazil	1	2.5
There is no country like Brazil	1	2.5
Because their family need them	1	2.5
Did not have had enough time to make connections	1	2.5
Reasons for regretting returning		
Personal	6	15
The time of the return	6	15
Family	6	15
Business	2	5
Life and society in general at the host region	2	5
Life and society in general at the origin region	2	5

Source: Author's field research.

4 FINAL CONSIDERATIONS

Returning migrants face socio-psychological problems after the return migration process. Previous studies that have addressed the psychological reactions of returnees upon their return have found considerable adjustment problems, especially around the reintegration process (YEHUDA-STERNFELD & MIRSKY, 2014). According to Cassarino (2008), reintegration includes socio-psychological, economic and cultural aspects, which are interrelated and affect each other. Chobanyan (2013) states that returning migrants generally find themselves in a difficult psychological situation due to social insecurity, loss of networks and because some are not prepared to return.

This study analyses were based on data collected as part of a four-year research project on the determinants of Brazilian migration from Anápolis in Goiás, to Gort in County Galway, Ireland (DE FARIAS, 2022). The Brazilian community of Gort is arguably the most famous case of Brazilian migration in Ireland and, over the years, has been featured in both academic scholarship and the media (MAC CORMAIC, 2008; RTE, 2011). The first Brazilians arrived in Gort in 1999–2000 to work in a local meat processing factory (HEALY, 2006). They were mainly from Vila Fabril, in Anápolis, in the state of Goiás, in the Midwest of Brazil (MCGRATH, 2010).

This study reveals that most participants faced a variety of challenges after returning from Ireland to re-integrate in Anápolis, many of which overlapped and intertwined with each other. The difficulties faced by most returnees were related to (1) economic challenges, (2) labour market challenges, (3) weather related problems, (4) psychological issues, (5) city and urban related problems, (6) property related issues, (7) health related issues, (8) network and friendship problems, and (9) people's manner problems. The collected data also evidence that despite challenges to re-integrate 21 (52.5%) participants did not regret their decision to return; while the other 19 (47.5%) participants did regret having returned to Anápolis. Participants mentioned a variety of reasons to why they did not regret or regretted their decision to return to Brazil. The results corroborate previous studies (CASSARINO, 2008; YEHUDA-STERNFELD & MIRSKY, 2014), as they show that Brazilian returnees faced considerable adjustment problems, especially around the reintegration process, including socio-psychological, economic and cultural aspects, which are interrelated and affect each other.

The findings of this study show that returning migrants need be supported financially and psychologically during both the return migration process and during the reintegration phase in their home communities. Unfortunately, this is not always the case. 31 of the study's participants, the great majority, returned to Brazil by their own means (with no government

support in either Ireland or Brazil). The other 9 participants returned with the support of the IOM assisted voluntary return and reintegration program (AVRR). The study also asked those who returned through the IOM program, if they received any additional financial assistance besides the airline tickets. Only three people did receive additional financial support besides the airline tickets. The other 6 participants said they were entitled to additional financial support; however, they were unable to redeem the benefit once at the origin region. Some found the system too complicated, others were not able to contact the IOM representative in Brazil, and one participant said that her benefit was withdrawn by other people on her behalf and that she was threatened when tried to claim it back. However, none of the participants received reintegration support from neither the IOM or the Brazilian Federal Government or the regional/local government in the State of Goiás. Hence, future research is needed to increase our understanding of the long-term reintegration process of this Brazilian returning community from Ireland. In particular, future research would benefit by exploring further their reintegration into the labour market, psychological and economic well-being, and the reconstruction of the family and personal networks. A further element that could be explored in future research would be the reintegration of children (1.5 and second generations) who have lived in Ireland for many years and returned to Anápolis with their families. 37 participants stated they have children. 14 participants declared they had children born abroad; 16 children were born abroad in total. Of these, 3 were born in Portugal, while the rest were born in Ireland. Regarding citizenship, only nine children has either Irish or Portuguese citizenship.

ACKNOWLEDGMENT

¹ I sincerely thank Dr Susan Murphy (Trinity College Dublin, The University of Dublin), my primary supervisor, for her support, encouragement and guidance throughout my Ph.D. research on which this article is based. I am also grateful to Trinity College Dublin and the Department of Geography in particular, who funded my research project through a Postgraduate Research Fellowship Award, granting me with a three-year plus one-year extension, in which I was able to focus on fieldwork and writing. Finally, I owe a very special thanks to the Brazilian participants and their families in both Gort in Ireland and Anápolis in Brazil who shared their migration experiences with me.

REFERENCES

CASSARINO, J.P. **'Return Migrants to the Maghreb Countries: Reintegration and Development Challenges'**. Florence, EUI: MIREM Project, Robert Schuman Centre for Advanced Studies, 2008.

- CHOBANYAN, H. 'Return migration and reintegration issues: Armenia.' **CARIM East Research Report**. CARIM East. 2013. Available here: <https://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/27863/CARIM-East_RR-2013-03.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- CHRISTOU, A. 'Deciphering Diaspora—Translating Transnationalism: Family Dynamics, Identity Constructions and the Legacy of 'Home' in Home' in Second-Generation Greek-American Return Migration.' **Ethnic and Racial Studies**, 2006, Vol. 29, No. (6), pp. 1040 - 1056.
- CSO [Central Statistics Office]. **Census of Population**, 2002. Available online at: <<https://www.cso.ie/en/census/2002censusreports/>>.
- CSO [Central Statistics Office]. **Census of Population**, 2006. Available online at: <<https://www.cso.ie/en/census/census2006reports/>>.
- CSO [Central Statistics Office]. **Census of Population**, 2011. Available online at: <<https://www.cso.ie/en/census/census2011reports/>>.
- CSO [Central Statistics Office]. **Census of Population**, 2016. Available online at: <<https://www.cso.ie/en/census/census2016reports/>>.
- CSO [Central Statistics Office]. **Census of Population**, 2022. Available online at: <<https://www.cso.ie/en/releasesandpublications/ep/p-cpsr/censusofpopulation2022-summaryresults/populationchanges/>>.
- DE BREE, J., DAVIDS, T. and DE HAAS, H. 'Post-Return Experiences and Transnational Belonging of Return Migrants: A Dutch—Moroccan Case Study'. **Global Networks**, 2010, Vol. 10, No. (4), pp. 489 - 509.
- DE FARIAS, N. A., **Identifying the Determinants of Brazilian Migration to and from Ireland: a Micro-Level Cross-Country Analysis** (Doctoral Dissertation, Trinity College Dublin, School of Natural Sciences). 2022. Available online at: <<http://hdl.handle.net/2262/98513>>.
- DE HAAS, H. and FOKKEMA, T. 'Intra-Household Conflicts in Migration Decision-Making: Return and Pendulum Migration in Morocco'. **Population and Development Review**, 2010, Vol. 36, No. (3), pp. :541 - 561.
- DUSTMANN, C. and WEISS, Y. 'Return Migration: Theory and Empirical Evidence from the UK.' **British Journal of Industrial Relations**, 2007, Vol. 45, No. (2), pp. 236 - 256.
- HEALY, C., 'Carnaval do Galway: the Brazilian Community in Gort, 1999-2006', **Irish Migration Studies in Latin America**, 2006, Vol. 4, No. 3,, pp. 150 - 153.

- IBGE. **Cidades e Estados – Goiás**. 2019a [online] Available at <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go.html?>>. Accessed at 20 Feb 2019.
- IBGE. **Cidades e Estados – Anápolis**. 2019b. [online] Available at <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/anapolis.html?>>. Accessed 20 Feb 2019.
- IOM - International Organization for Migration., '**International Migration Law. Glossary on Migration**'. 2011. Available at: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml25_1.pdf>.
- JORDAN, B and DUVELL, F., **Irregular Migration: The Dilemmas of Transnational Mobility**., Cheltenham: Edward Elgar Press. 2002.
- MAC CORMAIC, R. 'Brazilian Thoughts Turn to Home', **The Irish Times**, 28.04.2008.
- MCGRATH, B., 'Social Capital in Community, Family, and Work Lives of Brazilian Migrant Parents in Ireland', **Community, Work & Family**, 2010, Vol. 13, No. 2, pp. 147 - 165.
- MRE (Ministry of Foreign Relations). '**Comunidade brasileira no exterior, estatísticas**'. 2020. Available online at: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/arquivos/ComunidadeBrasileira2020.pdf>>.
- MRE (Ministry of Foreign Relations). '**Comunidade brasileira no exterior, estatísticas**'. 2022. Available online at: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/BrasileirosnoExterior.pdf>>.
- Ní Laoire, C., 'Return Migrants and Boundaries of Belonging'. In: FANNING, B. and MUNCK, R. **Globalization, Migration and Social Transformation**. New York: Routledge. Pp. 41 - 54).. 2011.
- R.T.E., '**Brasileiros em Gort – Small Worlds**'. Documentary Film, 02 December 2011. Available online at: <https://www.youtube.com/watch?v=pZuOS3Ei5I8&ab_channel=brasileire>.
- TORRESAN, A. 'A Middle Class Besieged: Brazilians' Motives to Migrate'. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, 2012, Vo. 17, No. (1), pp. 110 - 130.
- YEHUDA-STERNFELD, S. B. and MIRSKY, J., 'Return Migration of Americans: Personal Narratives and Psychological Perspectives'. **International Journal of Intercultural Relations**, 2014, Vol. 42, pp. 53 - 64.

ABSTRACT

This paper examines the settlement challenges faced by Brazilian returnees from Ireland during their re-integration in Anápolis, in the state of Goiás. This paper draws on data collected as part of a four-year research project on the determinants of Brazilian migration from Anápolis in Goiás, to Gort in County Galway, Ireland (de Farias, 2022). The evidence presented below emerges from in-depth, qualitative interview with 40 Brazilian return migrants in Anápolis. This study reveals that most participants faced a variety of challenges after returning from Ireland to re-integrate in Anápolis, many of which overlapped and intertwined with each other. The difficulties faced by most returnees were related to (1) economic challenges, (2) labour market challenges, (3) weather-related problems, (4) psychological issues, (5) city, and urban-related problems, (6) property-related issues, (7) health-related issues, (8) network and friendship problems, and (9) people's manner problems. The collected data also evidence that despite facing challenges in their re-integration, 21 (52.5%) participants did not regret their decision to return; while the other 19 (47.5%) participants regretted having returned to Anápolis. The results corroborate previous studies (Cassarino, 2008b; Yehuda-Sternfeld & Mirsky, 2014), as they show that Brazilian returnees faced considerable adjustment problems, especially around the reintegration process, including socio-psychological, economic and cultural aspects, which are interrelated and affect each other.

Keywords: Return migration determinants; Post-return Migration Reintegration; Brazil; Anápolis; Goiás; Ireland.

RESUMO

Este artigo examina os desafios de assentamento enfrentados pelos brasileiros retornados da Irlanda durante sua reintegração em Anápolis, no estado de Goiás. Este artigo baseia-se em dados coletados como parte de um projeto de pesquisa de quatro anos sobre os determinantes da migração brasileira de Anápolis, em Goiás, para Gort, no condado de Galway, Irlanda (de Farias, 2022). As evidências apresentadas a seguir emergem de entrevistas qualitativas e aprofundadas com 40 migrantes brasileiros que retornaram em Anápolis. Este estudo revela que a maioria dos participantes enfrentou diversos desafios após retornar da Irlanda para se reintegrar em Anápolis, muitos dos quais se sobrepunham e se entrelaçavam. As dificuldades enfrentadas pela maioria dos repatriados estavam relacionadas com (1) desafios econômicos, (2) desafios do mercado de trabalho, (3) problemas relacionados com o clima, (4) questões psicológicas, (5) problemas urbanos, (6) questões relacionadas com a propriedade, (7) questões relacionadas à saúde, (8) problemas de redes-sociais e amizades e (9) problemas de comportamento das pessoas. Os dados recolhidos evidenciam também que apesar de enfrentarem desafios na sua reintegração, 21 (52,5%) participantes não se arrependeram da decisão de regressar; enquanto os outros 19 (47,5%) participantes lamentaram ter retornado para Anápolis. Os resultados corroboram estudos anteriores (Cassarino, 2008b; Yehuda-Sternfeld & Mirsky, 2014), pois mostram que os repatriados brasileiros enfrentaram consideráveis problemas de ajustamento, especialmente em torno do processo de reintegração, incluindo aspectos sociopsicológicos, econômicos e culturais, que estão inter-relacionados e afetam uns aos outros.

Palavras-chave: Determinantes da migração de retorno; Reintegração Migratória Pós-Regresso; Brasil; Anápolis; Goiás; Irlanda.

Panorama do perfil epidemiológico de migrantes na cidade de São Paulo: análise do perfil de internações a partir de 2020

*Kaio Mitori Rosa Sakai**
*Mariá Lanzotti Sampaio***
*Patrícia Martins Montanari****

1. INTRODUÇÃO

1.1 Panorama dos migrantes internacionalmente

O ato de migrar é próprio da existência humana (ABUBAKAR et al., pp. 2606–54, 2018), pois a exploração de novos ambientes e/ou de fuga de potenciais ameaças à vida ocorreu desde o período em que o ser humano era nômade, por exemplo (WILD & DAWSON, pp.66–70, 2018). Atualmente, outras questões também estão inseridas no processo migratório, como catástrofes climáticas, pressões da globalização e conflitos de interesses entre grupos sociais, violações de direitos humanos e pobreza extrema.

Os fluxos migratórios atuais são mais numerosos – como no caso do fluxo migratório de 2018, em que um bilhão de pessoas se deslocaram (ABUBAKAR et al., pp. 2606–54, 2018) - e complexos, envolvendo a humanidade de forma geral, independentemente de etnia, localização geográfica, gerações, classes sociais (VENTURA, 2018). Mas, afinal, qual a definição de migrante? Segundo a International Organization for Migration (IOM), migrante é qualquer pessoa que está se deslocando ou se deslocou através de fronteira internacional ou de estado que não seja o seu estado de residência, independentemente de seu status perante a lei, do movimento migratório ser voluntário ou não, da causa do movimento e do tempo de estadia no local de destino (IOM, UN, 2016). No presente estudo, por compreender que as terminologias relacionadas ao campo migratório se inserem em uma arena de disputa epistemológica, será utilizado o termo “migrante internacional” para se referir às pessoas que realizam este processo de deslocamento, seja na condição de imigrante, refugiada, requerente de asilo, dentre outros pontos.

* Contato: kaiomrsakai@gmail.com

**Contato: mariah_lanzotti@hotmail.com

***Contato: patricia.montanari@fcmsantacasasp.edu.br

Diante deste cenário, o pensar crítico acerca das condições de saúde ofertadas aos migrantes é de suma importância para que eles possuam melhor qualidade de vida, uma vez que, ao adentrarem um novo ambiente, estão expostos a riscos de saúde distintos e novos. Dados da literatura científica (ABUBAKAR et al., pp. 2606–54, 2018; ZIMMERMAN, KISS & HOSSAIN, 2011) apontam que os padrões de morbidade entre migrantes são diversos e dinâmicos, dada a correlação entre vários fatores: condições de saúde antes de sair do país de origem; Condições ambientais e socioeconômicas; Padrões locais de doenças e de comportamentos; Aspectos culturais; Acesso a terapia preventiva ou curativa durante o processo migratório. (ZIMMERMAN, KISS & HOSSAIN, 2011)

Como apontado, existem inúmeros fatores envolvidos no serviço de saúde aos migrantes e para entendê-los melhor, explicamos, sucintamente, o cenário migratório desde o século 20 até os dias atuais. No que se refere ao século passado, os conflitos bélicos resultaram em reordenamento geopolítico: muitas pessoas saíram forçadamente de seus países de origem - como refugiados - e se estabeleceram em outros locais. De fato, essa instabilidade militar se estendeu até o início do novo milênio, quando se notaram eventos como o “11 de setembro” nos Estados Unidos, conflitos na região do Oriente Médio e atritos envolvendo as comunidades de imigrantes muçulmanos na Europa, levando à intensificação de racismo e xenofobia. (PATARRA, pp. 23–33, 2005). . Por outro lado, notou-se processo de democratização nos países da América do Sul, acompanhado de dívidas internas e externas, além de aumento da pobreza, cenário que os distanciou dos países desenvolvidos. Logo, nota-se um fluxo de emigração a partir do Brasil em direção aos países desenvolvidos, como Estados Unidos, Japão, Itália, Espanha, Alemanha, Portugal e Espanha, sendo o primeiro da história do país, à exceção de alunos e casos pontuais de profissionais qualificados, visto que, a saída de brasileiros só existira durante a ditadura militar com refugiados políticos e expulsos do país. (PATARRA, pp. 23–33, 2005) . Em contrapartida, há notável fluxo de imigrantes sul-americanos cujas condições socioeconômicas nas quais estão imersos são precárias, principalmente bolivianos, os quais se estabelecem no país visando desfrutar de melhores condições de vida. (CAFARDO, 2005)..

2 CENÁRIO HISTÓRICO DE MIGRAÇÕES NO BRASIL

Abordando, demograficamente, o cenário migratório no Brasil, tem-se que, de acordo com o Censo Demográfico de 1991, explicita-se a existência de uma “população estrangeira” – nomenclatura utilizada à época - de 606.631 pessoas (0,41% da população residente no país) à época, já o de 2000, registrou 683.380 pessoas, sendo válido mencionar que os países

de origem desse contingente populacional concentram-se no Mercosul ampliado, correspondendo a 40% dos imigrantes internacionais, seguidos por imigrantes da Europa, Ásia e América do norte. (PATARRA, pp. 23–33, 2005) . Entre 1993 e 1996, foram concedidas 45.827 autorizações de vistos no Ministério do Trabalho e Emprego no Brasil e entre 1997 e 1999, 49.888, sendo a maioria para estrangeiros de países europeus, seguido por Estados Unidos e Canadá. Estes números evidenciam a negligência acerca de acesso à documentação trabalhista pela população migrante que adentra o Brasil, a qual, por falta de tal documentação, insere-se em mercados clandestinos submetendo-se a condições de trabalho análogas à escravidão. (IBIAPINA, ADORNO, 2023).. Antes de abordar um cenário mais recente, é preciso elucidar três categorias de migrantes internacionais, abordados na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizado no Cairo em 1994: Migrantes documentados, os quais são legalmente registrados no país em que se alocação, o que lhes permite tratamento regular igual ao concedido aos próprios membros nacionais; Migrantes não-documentados, os quais têm apenas seus direitos humanos básicos preservados, para protegê-los de racismo, etnocentrismo e xenofobia; Refugiados/asilados, sendo indivíduos que usufruem de instrumentos políticos voltados à sua proteção, decorrentes de tratados firmados entre o país de origem e o país de chegada. (PATARRA, pp. 23–33, 2005; WALDELY, GONÇALVES, MIRANDA, DE ALMEIDA, pp. 117–131, 2014)

Neste ponto, é importante pincelar sobre o processo de modificação territorial das economias como um todo, pois por toda a década de 1980, houve investimentos tecnológicos robustos em infraestrutura de comunicações/logística, o que permitiu a desterritorialização da cadeia produtiva, intrínseca ao processo de globalização, como Manuel Castells discorre em seu livro “A Sociedade em rede” (CASTELLS, 1999). Logo, as pessoas com potencial de gerar valor agregado em algum mercado mundo afora, gozam de oportunidades logísticas dentro do processo migratório as quais não são acessadas por pessoas sem esse potencial. De fato, apenas durante os primeiros anos do século XXI, pode-se dizer que o Brasil entrou para a “Era das migrações”, na qual associa-se tendências migratórias a processos globais de mobilidade de capital e de força de trabalho, a crises econômicas/políticas e a acordos bilaterais geopolíticos, principalmente. O Brasil teve papel fundamental como espaço de migrações transnacionais “Sul-Sul”, havendo fluxo crescente de imigrantes do Haiti, Síria, Venezuela, países Africanos (Egito, Senegal, Gana, etc.) e países asiáticos (Irã, Vietnã, Líbano, etc.) (BAENINGER, DEMÉTRIO, FERNANDES, DOMENICONI, 2021).

No maior país da América Latina, a entrada de estrangeiros é atribuída ao Ministério da Justiça, ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério do Trabalho e Emprego, cabendo ao primeiro legalizar a condição do

migrante recém-chegado ao país, concedendo-lhe vistos para tal. (PATARRA, pp. 23–33, 2005) Uma questão futuramente abordada neste artigo refere-se à responsabilidade de serviços públicos prestarem-se a imigrantes não documentados no Brasil, já se tendo abordado este tópico no Fórum Social das Migrações em Porto Alegre, 2005, concluindo-se que apenas o SUS possui respaldo legal de atendimento a todos, contudo, de fato os migrantes são atendidos pelo SUS atualmente? Antes de responder essa questão, é preciso entender o cenário mais recente da migração no país. É válido ressaltar, de início, a instituição da lei n.13.445/17 (Lei da Migração), em 2017, a qual busca substituir o Estatuto do Estrangeiro – que via o imigrante como ameaça à segurança nacional – e assegurar direitos aos imigrantes e emigrantes.

3 SITUAÇÃO ATUAL DOS MIGRANTES EM TERRITÓRIO BRASILEIRO

Entre 2015 e 2021, houve o maior êxodo de brasileiros e em conjunto, houve o maior influxo de migrantes oriundos de países da América do Sul e Central, por exemplo. (GRANADA, INOUE, MARTIN, SILVEIRA, MATSUE, 2023). Em 2019, a Venezuela passa a representar o principal país dos novos reconhecimentos de refúgio no Brasil, ao passo que se reconheceu a existência de graves violações de direitos humanos nesse país, o que demonstra a instabilidade política de alguns países vizinhos ao Brasil, como um potencial catalisador de migração de pessoas para o território brasileiro. Em seguida, a pandemia de Covid-19 se torna um símbolo de novo contexto migratório ao redor do mundo, havendo fechamento de fronteiras e imposição de medidas voltadas à proteção da saúde pública da população nacional em primeiro lugar. Exemplo desta postura gira em torno das portarias interministeriais emitidas pelo governo federal do Brasil vigente à época, para delimitar a entrada de pessoas no país a partir de março de 2020, as quais foram amparadas pela Lei nº 13.979 de fevereiro de 2020. (BAENINGER, DEMÉTRIO, FERNANDES, DOMENICONI, 2021; CAVALCANTI, OLIVEIRA, pp. 11–34, 2020) Para exemplificar o impacto dessas portarias, em 2019, segundo dados do Sistema de Tráfego Internacional, o fluxo de migrantes era de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas, enquanto nos meses de abril e maio de 2020, esse número caiu para 90 mil, sendo de apenas 40 mil entre junho e julho deste mesmo ano.

Além disso, a disseminação de notícias falsas, a falta de políticas de saúde efetivas contra a disseminação do Covid-19 (como a vacinação rápida e efetiva da população) levando à maior disseminação do patógeno em questão, somados às condições prévias de vulnerabilidade dos migrantes no Brasil, exacerbaram as desigualdades sociais, levando as populações mais

pobres e vulneráveis a diferentes riscos, marginalização social. Por exemplo, muitos migrantes tinham dificuldade estruturais para manter o isolamento social, porque moravam em residências coletivas e/ou participavam de “serviços essenciais” e/ou não conseguiram obter acesso ao auxílio emergencial, seja por desconhecimento desta política, por dificuldade com o português ou ainda, por documentação irregular, dependendo assim, apenas de sua atividade laboral, geralmente informal, para que obtivessem sustento próprio. (GRANADA, INOUE, MARTIN, SILVEIRA, MATSUE, 2023; VILLALÓN, BEJARANO, pp.61–80, 2021)

Ademais, aumentou a xenofobia e a ameaça a grupos de migrantes. Neste ponto, vale destacar a tentativa de associação do vírus a uma nacionalidade, rotulando-o como “Vírus chinês”. Este fato exacerbou a rejeição contra migrantes chineses (GRANADA, INOUE, MARTIN, SILVEIRA, MATSUE, 2023).

Considerando que este cenário apresenta diversos determinantes saúde-doença, necessidade de trabalho contínuo para obter renda própria, incapacidade de manter distanciamento social e falta de acesso/conhecimento aos direitos a si, é preciso analisar qual seu impacto sobre a saúde e, averiguar se os migrantes acessam ou não o SUS.

Na atualidade, o conceito de saúde proposto pela OMS – situação de perfeito bem-estar físico, mental e social – é ultrapassada, uma vez que separa o físico, o mental e o social. De fato, ainda é pertinente questionar a real existência de um completo bem-estar social, uma vez que a organização social em si implica em renúncia do indivíduo para maximizar a qualidade do convívio em grupo. (SEGRE, FERRAZ, pp. 538–542, 1997) Neste sentido, a priorização da “qualidade de vida” talvez seja uma opção mais viável e palpável para se mensurar a disponibilidade de benefícios ao indivíduo, pois essa é intrínseca e subjetiva, sendo dependente da realidade de cada ser humano. (SEGRE, FERRAZ, pp. 538–542, 1997; Bion, 1988).

Infelizmente, ao considerar essa realidade, a nacionalidade pode ser um fator de diferenciação de acesso a um dos benefícios mais valiosos ofertados à população: utilização do sistema de saúde do país, uma vez que, nativos e imigrantes não possuem acesso equivalente a saúde em diversos países (WILD, pp. 162–172, 2015), mas alguns países como Itália, Espanha e Canadá são algumas raras exceções. Sem dúvidas, essa tratativa segregacionista é contrária à Declaração Universal dos Direitos Humanos (UN, 1948), a qual estabelece que todos devem ter acesso igualitário à saúde e confronta o comitê em direitos econômicos, sociais e culturais (OHCHR, 2009) que delimita a obrigação de estados nacionais em prover saúde a todas as pessoas residentes em território nacional, inclusive pessoas na condição de refugiados e imigrantes não-documentados, oferecendo cuidados preventivos, curativos e/ou paliativos, conforme necessário.

Ainda, o conceito de “cosmopolitan ethics” também corrobora a defesa do acesso do sistema de saúde imigrantes/refugiados, pois serve como base à ideia de que a pessoa enquanto ser humano, possui uma estatura global (BROCK, pp. 110–120, 2015), ao passo que se insere em um mundo globalizado, o qual se organiza em densas redes. Sendo o Estado nacional parte desta rede, ao atuar como mantenedor de direitos humanos básicos e universais, logo, também é responsável por assegurar acesso à saúde independentemente do estado legal do imigrante, disponibilizando meios pelos quais se possam atingir qualidade de vida (ILLINGWORTH, PARMET, pp. 148–161, 2015). Outro fato relevante que corrobora à ideia de acesso universal a serviços de saúde oferecidos pelo Estado nacional é que os imigrantes viverão em conjunto com os cidadãos locais, o que resulta em potencial prejuízo aos cidadãos locais, caso a população imigrante seja acometida por uma doença infecto-contagiosa, por exemplo (ILLINGWORTH, PARMET, pp. 148–161, 2015).

4 O PAPEL DA CIDADE DE SÃO PAULO NA TEMÁTICA ABORDADA

No caso da cidade de São Paulo, objeto de estudo do presente artigo, segundo o Censo demográfico de 2010 já existiam 151.029 imigrantes habitando a região (CARVALHO, CRUZ, SAMPAIO, PEREIRA, 2018; IBGE, 2010), chegando a 385.120 imigrantes, de acordo com dados da Polícia Federal em 2016 (CARVALHO, CRUZ, SAMPAIO, PEREIRA, 2018). É importante ressaltar que, em geral, o processo migratório pelo qual a maioria dessas pessoas passaram foi recheado de obstáculos, associados à inserção laboral, habitacional e social na sociedade local. Mais recentemente, observa-se o registro (FENG et al, pp. 63–70, 2018) de 455.927 imigrantes na localidade em questão, sendo 59,43% deles, ou 234.696 homens entre 15 a 65 anos de idade. Também, 72,85% dos imigrantes registrados são solteiros. Desta forma, para tentar superar a falta de documentação adequada, a barreira linguística, a falta de dinheiro, a xenofobia e o racismo, apenas para citar alguns dos vários obstáculos, muitos imigrantes bolivianos (GOLDBERG, SILVEIRA, pp. 283–297, 2013) – os quais somam 124.812 imigrantes apenas no município de São Paulo, por exemplo – se submetem a condições laborais análogas à escravidão. Isto ocorre, principalmente na indústria de confecções. Em geral, as oficinas de costura, onde trabalham são também o seu espaço residencial, o que favorece a realização de longas e exaustivas jornadas de trabalho em condições insalubres. Isto torna o ambiente um catalisador de patologias, além de um importante determinante de saúde-doença.

Mesmo que o CRAI (Centro de Referência em Atendimento ao Imigrante) desempenhe seu papel de forma plena acerca da documentação que imigrantes/refugiados necessitem a fim de se estabelecer no Brasil, outro

aspecto valioso à qualidade de vida dos imigrantes é deixado de lado, uma vez que, ainda não existem projetos/políticas públicas específicas sobre as necessidades de saúde da população imigrante em São Paulo.

O SUS, por sua legislação, deve atender todas as pessoas que necessitem de seus cuidados (BRASIL, 1988). Contudo, além dos obstáculos característicos do atendimento da rede pública brasileira – escassez de profissionais, dificuldade em marcar consultas, longo tempo de espera, falta de recursos –, somam-se entraves como dificuldade quanto ao transporte, pois os imigrantes ocupam mais as periferias da cidade, têm mais barreiras linguísticas e desinformação acerca de direitos (LYRA JUBILUT, 2018), sendo necessária a implementação de conscientização sobre os direitos da população imigrante em si. Além disso, existem fatores de não-aderência ao tratamento como a percepção do paciente (imigrantes, refugiados) sobre a prática médica no Brasil, seu comportamento cultural e pensamentos acerca do uso de medicações. Ademais, há barreiras econômicas dada a falta de poderio econômico pelos migrantes em geral, o que lhes inibe de comprar medicações necessárias, por exemplo (PATEL, JALAL, GUO, 2022).

No entanto, algumas ações pontuais são desenvolvidas a fim de melhorar o atendimento aos imigrantes, como as estratégias de inserção de integrantes da própria comunidade imigrante no serviço de atenção primária à saúde, para que haja diminuição de barreiras culturais e linguísticas no processo de tratamento das pessoas necessitadas. Para que outras ações voltadas à melhora no atendimento oferecido a migrantes sejam pensadas e desenvolvidas, se faz necessário analisar o perfil dos migrantes presentes no Brasil.

5 OBJETIVO E MÉTODOS DESSE ESTUDO

5.1 *Objetivo*

Este estudo almeja contribuir para a percepção do perfil epidemiológico dos migrantes, através da análise do perfil de internações dos imigrantes, no município de São Paulo.

5.2 *Métodos*

Neste estudo transversal e descritivo, serão analisadas as internações de pessoas oriundas de países sul americanos, no município de São Paulo: Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname (PAÍSES DO MERCOSUL, s/d), além de outros países que fazem parte da América Latina como Costa Rica, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, República Dominicana e República Guiana. A escolha se

justifica pelo fato do papel relevante desempenhado pelo Brasil no fluxo transnacional “Sul-Sul” envolvendo esses países (BAENINGER, DEMÉTRIO, FERNANDES, DOMENICONI, 2021). De fato, a preferência por estes países se deu visando priorizar os países do Sul-global que compõem a América Latina, a fim de descobrir as principais doenças/complicações de saúde, que levam as pessoas provenientes destes países, a serem internadas na região estudada. Almejando levantar os dados referentes à internação destes imigrantes, a plataforma TabNet da prefeitura de São Paulo foi utilizada, a qual utiliza tecnologia derivada do DATASUS para registrar índices de saúde da população do estado, entre eles: Mortalidade, nascidos vivos, internações hospitalares, procedimentos ambulatoriais, doenças e agravos de notificação compulsória, etc. Dentro da plataforma, cessou-se a aba “Internações Hospitalares”, preferindo-se estudar o cenário posterior a 2008, uma vez que a outra possibilidade ofertada pela plataforma é estudar o período “até 2007”, o qual aborda uma perspectiva importante em relação ao cenário pregresso, mas não fornece informação relevante à compreensão do cenário mais recente. Após isso, para elaboração de todas as tabelas utilizou-se “AIHs pagas” como conteúdo, havendo especificidades para confecção de cada tabela. No caso da tabela 1, especificou-se a nacionalidade (linha) e o período (coluna), já no caso da tabela 2, demarcou-se o período de tempo(coluna) e a causa de internação, baseada nos capítulos do Código Internacional de Doenças (CID-10) e por fim, para elaboração da tabela 3, utilizaram-se faixas etárias (linhas) e período de tempo. Ainda, por mais que o perfil das internações na cidade de São Paulo não seja abrangente – o que dificulta a análise integral do perfil epidemiológico da população migrante -, este é um retrato seguro e confiável do cenário de saúde no qual o migrante está inserido em sua realidade, uma vez que a internação pressupõe o acompanhamento prévio por uma equipe de saúde. Conforme já explicado para elaboração das tabelas, serão estudadas a quantidade de pessoas internadas de cada nacionalidade mencionada, as principais causas de interação segundo CID-10 e seus capítulos e as faixas etárias dos migrantes internados na cidade de São Paulo. Por fim, a análise compreenderá o período entre 2020 e março de 2024.

6 RESULTADOS

Para além da apresentação dos dados obtidos, também é necessário pensar criticamente acerca do que eles representam sobre o contexto do município de São Paulo. Portanto, logo abaixo, seguem as tabelas com número, principais causas de internações e faixas etárias da população migrante internada na cidade de São Paulo, em conjunto com breve análise:

Tabela 1. Quantidade de internações de imigrantes no município de São Paulo

País	2020	2021	2022	2023	2024 (Jan-Mar)
Argentina	48	45	66	36	10
Bolívia	2.535	2.407	2.583	2.871	722
Chile	79	67	79	78	19
Colômbia	22	23	41	36	9
Costa Rica	2	-	2	-	-
Equador	27	20	17	31	8
Guiana	-	1	-	-	-
República Guiana	1	-	-	-	-
Honduras	-	-	1	-	-
México	2	1	2	3	-
Nicarágua	1	-	-	3	1
Panamá	-	-	-	-	-
Paraguai	214	242	328	337	82
Peru	66	112	142	120	28
República do Haiti	213	152	111	89	26
República Dominicana	2	1	2	-	2
Suriname	23	23	4	23	1
Uruguai	19	24	18	17	2
Venezuela	67	99	158	176	41

Fonte: TabNet, tecnologia DATASUS, (Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, s/d.)

Da tabela 1, é possível concluir que migrantes bolivianos, paraguaios, peruanos e haitianos são maioria da população migrante internada na cidade de São Paulo. Nota-se a ausência de registro de casos de internações de pessoas de Honduras, Guiana, República Guiana e Panamá. Frente a este último, é importante questionar a fidedignidade destes dados, pois, tal ausência pode representar tanto a defasagem em registrar os casos de internação quanto um cenário em que pessoas dessas nacionalidades não foram, realmente, internadas na localidade analisada no estudo.

Assim, é pertinente ressaltar a importância do desenvolvimento de estratégias comunicacionais, visando diminuir a barreira linguística (IBGE, 2010; GOLDBERG, SILVEIRA, pp. 283–297, 2013), que pode se

construir enquanto dificultador no processo de cuidado em saúde. Além disso, a compreensão de que a saúde é produzida socialmente convoca o desenvolvimento de ações interculturais. Esta perspectiva favorece o desenvolvimento de uma visão ampliada e dinâmica dos fenômenos de saúde-doença-cuidado e reconhece a interrelação entre sujeitos e contextos socioculturais. Neste aspecto, a perspectiva de um diálogo intercultural em saúde consiste em um direcionamento ético orientado pela lógica do diálogo e da interrelação ao invés da dominação (DANTAS, 2012). Como exemplo de estratégias para aproximação e vinculação com estas populações, o município de São Paulo contratou agentes comunitários migrantes advindos de diversas nacionalidades para compor as equipes de estratégia de saúde da família nas unidades básicas de saúde (UBS) (SILVEIRA, MARTIN, GOLDBERG, 2018). Trata-se de uma ação que não abole todas as dificuldades intrínsecas a esse processo de cuidado, mas que, de fato, confere maior eficácia a este.

Tabela 2. Principais causas de internação de imigrantes no município de São Paulo

CID-10	2020	2021	2022	2023	2024 (Jan-Mar)
Doenças inf. e paras.	162	222	108	110	38
Neoplasias	167	181	244	228	65
Doenças do sangue/ órgãos hematopoéticos e transtornos imunitários	16	19	16	25	11
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	9	5	12	11	3
Transtornos mentais	11	17	17	13	2
Doenças do sistema nervoso	17	17	25	29	3
Doenças do olho e anexos	14	11	25	24	8
Doenças do ouvido e da apófise mastoide	-	-	6	2	-
Doenças do aparelho circulatório	75	65	60	94	29
Doenças do aparelho respiratório	60	55	65	75	24
Doenças do aparelho digestivo	158	161	284	346	94

Continuação da Tabela 2					
CID-10	2020	2021	2022	2023	2024 (Jan-Mar)
Doenças da pele e subcutâneo	15	16	26	35	12
Doenças do sistema osteomuscular	12	13	20	18	4
Doenças do aparelho geniturinário	77	90	145	116	46
Gravidez, parto e puerpério	2.373	2.164	2.231	2.352	536
Afecções originadas no período perinatal	9	11	21	21	8
Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	10	14	11	26	5
Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório	16	18	22	35	9
Lesões, envenenamento	91	106	153	167	36
Causas externas de morbidade e de mortalidade	-	-	-	-	-
Fatores que influenciam o estado de saúde e contato com serviços de saúde	29	32	64	93	18
Códigos para propósitos especiais	-	-	-	-	-

Fonte: TabNet, tecnologia DATASUS, (Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal de São Paulo, s/d.)

De acordo com a análise dos dados obtidos e apresentados na tabela 2, pode-se concluir que as principais causas de internação no período e local definidos são gravidez/parto/puerpério, doenças do aparelho digestivo e neoplasias. Analisando os dados fornecidos pela secretaria municipal de saúde de forma mais minuciosa, a maioria dos casos de internação por gravidez envolve mulheres bolivianas, sendo um total de 7.762 desde 2020 até março de 2024.

Diante deste cenário, é importante ressaltar a importância de um programa de pré-natal eficaz e amplo - o qual envolva nutricionista, pediatra, ginecologista, psicólogo, agente comunitário de saúde, entre outros - e que

acompanhe essas mulheres, a fim de evitar complicações na gravidez. Um outro ponto relevante, que justifica a proposição de políticas de pré-natal, reside no fato de que, durante o período entre 2020 e março de 2024, a principal causa de internação de migrantes das nacionalidades mencionadas – seguindo o CID10-3Dig – é o trabalho de parto único espontâneo (4.875), seguido por Gravidez prolongada (767) e Trabalho de parto em conjunto com parto complicado/sofrimento fetal (456). Além disso, sabe-se que o pré-natal disposto a mulheres migrantes e a mulheres brasileiras difere em relação a seu início e número de consultas, sendo que o primeiro grupo inicia esse processo de acompanhamento mais tardiamente e realizam menor quantidade de consultas (PORTELA, CARNEIRO JUNIOR, BASTOS, pp. 231-256, 2023).

Tabela 3. Faixas etárias das pessoas internadas das nacionalidades analisadas na Tabela 1

	2020	2021	2022	2023	2024
<1 ano	6	19	26	35	11
1-4 anos	16	41	76	66	13
5-9 anos	24	37	75	51	13
10-14 anos	21	33	32	39	8
15-19 anos	258	226	262	312	65
20-24 anos	804	678	734	849	199
25-29 anos	726	698	744	767	199
30-34 anos	606	583	558	593	135
35-39 anos	312	365	408	424	111
40-44 anos	155	159	199	175	60
45-49 anos	77	73	99	108	26
50-54 anos	61	64	59	82	22
55-59 anos	43	39	66	63	22
60-64 anos	50	60	58	53	12
65-69 anos	66	46	48	69	23
70-74 anos	41	34	47	52	13
75-79 anos	31	19	30	34	13
80 e + anos	24	44	34	48	6

Fonte: TabNet, tecnologia DATASUS, Secretaria municipal de saúde da cidade de São Paulo

Segundo os dados apresentados na tabela 3, percebe-se que a maioria das pessoas internadas possuem idade entre 15 a 44 anos, o que compreende a população migrante economicamente ativa e que, por conseguinte, tende a estar mais exposta a determinantes saúde-doença em sua rotina: contato com poluentes químicos em ambientes fechados, além de trabalhos repetitivos e trabalhos manuais de alta exigência – que estão presentes no cotidiano dos migrantes, ao utilizar transporte público, trabalhar em indústria têxtil (GOLDBERG, SILVEIRA, pp. 283–297, 2013) (de forma clandestina, analogamente à escravidão)/indústria química, entre outros. Contudo, sabe-se que, parte das populações de migrantes enfrentam condições sociais precárias como desemprego, escassez de alimentos, falta de moradia, falta de acesso ao SUS, as quais caracterizam desigualdades sociais que resultam em desigualdade em saúde, e com isso, tais agentes potencializadores acabam levando ao adoecimento.

Em suma, a necessidade de prosseguir analisando os dados epidemiológicos de migrantes, principalmente acerca de doenças comuns no município de São Paulo – tuberculose, dengue, entre outros (PATEL, JALAL, GUO, 2022), para propor melhor qualidade de vida a essas pessoas, que estão reconstruindo sua existência em um novo local e a discussão de determinantes sociais em saúde junto com a participação ativa e longitudinal de migrantes são de grande valia à percepção da realidade presente no município mencionado e à elaboração de políticas públicas que sejam relevantes no processo de construção de maior qualidade de vida aos migrantes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração da pesquisa abordou algumas plataformas importantes para a epidemiologia: Tabnet – DATASUS e Banco de dados interativo NEPO/ UNICAMP, sendo possível perceber a riqueza de informações já obtidas pelas instituições, acerca do cenário migratório no Brasil. Ainda, o trabalho focou em estabelecer o perfil de internações de migrantes no município de São Paulo. Sem dúvidas, para estabelecê-lo é fundamental abordar os determinantes sociais em saúde, uma vez que não basta analisar os dados e tabulá-los, mas é preciso analisá-los criticamente, a fim de compreender os motivos pelos quais os migrantes estão sendo internados: causas relacionadas à ocupação laboral, à alimentação, à percepção do cuidado relacionado a saúde consigo mesmo, ao acesso aos serviços de saúde, entre outros. Além disso, é importante orientar a população migrante acerca de medidas que possam aumentar a qualidade de vida – atividades físicas (WARBURTON, BREDIN, pp. 541–556, 2017), atividades de lazer (FANCOURT, AUGHTERSON, FINN, WALKER, STEPTOE,

pp. 329–339, 2021), entre outros -, para que os determinantes sociais de saúde não causem patologias, efetivamente. Ao instigar provocações e raciocínio crítico a partir dos dados epidemiológicos obtidos, este artigo visa contribuir à comunidade acadêmica e à comunidade em geral, no que tange à percepção da realidade que permeia a população migrante residente no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUBAKAR, I. *et al.* The UCL-Lancet Commission on Migration and Health: the health of a world on the move Executive summary The Lancet Commissions. In: **The Lancet Commission** 392, 2606–54, 2018.
- BAENINGER, R., DEMÉTRIO, N. B., FERNANDES, D. M. & DOMENICONI, J. Cenário das migrações internacionais no Brasil. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, 4, 2021.
- BION, W. R. **Estudos psicanalíticos revisados** - second thoughts. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília-DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.
- BROCK, G. Global Justice, Cosmopolitan Duties and Duties to Compatriots: The Case of Healthcare. **Public Health Ethics**, 8, 110–120, 2015.
- CAFARDO, R. Educação, um direito do imigrante. **O Estado de São Paulo**, 20/03/2005, Vida &, p. A22
- CARVALHO, L., CRUZ, J., SAMPAIO, L. & PERREIRA, A. Serviços de saúde mental para imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo: contribuições para um debate. **Travessia - Revista do Migrante**, Ano XXXI, Nº 84 - Setembro - Dezembro/2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/342870709_Servicos_de_saude_mental_para_imigrantes_e_refugiados_na_cidade_de_Sao_Paulo_contribuicoes_para_um_debate>.
- CASTELLS, M. A era da Informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1 - **O Poder da Identidade**. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1999.
- CAVALCANTI, L. & OLIVEIRA, W. F. DE. Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos. **Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações**, 4, 11–34, 2020.
- DANTAS, S. **Diálogos interculturais: reflexões interdisciplinares e intervenções psicossociais**. São Paulo: IEA-USP, 2012.

- FANCOURT, D., AUGHTERSON, H., FINN, S., WALKER, E. & STEPTOE, A. How leisure activities affect health: a narrative review and multi-level theoretical framework of mechanisms of action. **Lancet Psychiatry**, 8, 329–339, 2021.
- FENG, T. *et al.* Chronic cerebral hypoperfusion accelerates Alzheimer’s disease pathology with the change of mitochondrial fission and fusion proteins expression in a novel mouse model. **Brain Research**, 1696, 63–70, 2018.
- GOLDBERG, A. & SILVEIRA, C. Desigualdad social, condiciones de acceso a la salud pública y procesos de atención en inmigrantes bolivianos de Buenos Aires y São Paulo: una indagación comparativa. **Saúde e Sociedade**, 22, 283–297, 2013.
- GRANADA, D.; INOUE, S. R. V.; MARTIN, D.; SILVEIRA, C. & MATSUE, R. Y. A pandemia de covid-19 e a mobilidade internacional no Brasil: desafios para a saúde e proteção social de migrantes internacionais em tempos de incertezas. **Hist Cienc Saúde Manguinhos**, 30, e2023033, 2023.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html>>.
- IBIAPINA, É. & ADORNO, R. Vulnerabilidades e imigração boliviana na cidade de São Paulo, Brasil: entre políticas públicas de saúde, mortes e resistências coletivas. **Saúde e Sociedade**, 32, e220530pt (2023).
- ILLINGWORTH, P. & PARMET, W. E. The right to health: Why it should apply to immigrants. **Public Health Ethics**, 8, 148–161, 2015.
- IOM; UN. **Definition of Migration and Migrant**, 2016. Disponível em: <<https://www.iom.int/about-migration>>.
- LYRA JUBILUT, L. Mapeando obstáculos de acesso a direitos e serviços por Migrantes, apátridas e refugiados no Brasil: desafios de operacionalização da pesquisa e principais resultados. **Boletim de Análise Político-Institucional**, 17, 2018.
- OHCHR . **General Comment no. 20 (2009)** - Non-discrimination in Economic, Social and Cultural Rights - E/C.12/GC/20 | OHCHR. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/documents/general-comments-and-recommendations/general-comment-no-20-2009-non-discrimination>>.
- PAÍSES DO MERCOSUL – **MERCOSUL**, s/d. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/paises-do-mercosul/>>.
- PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, 19, 23–33, 2005.

- PATEL, D., JALAL, Z. & GUO, P. Medicine Adherence and Associated Factors in Immigrants and Refugees: A Systematic Review. **Int J Clin Pract**, 2022.
- PORTELA, B., CARNEIRO JUNIOR, N., BASTOS, S. Análise comparativa do acesso à atenção pré-natal das mulheres migrantes internacionais e brasileiras: o caso de Francisco Morato, São Paulo, Brasil. **PERIPLOS**. Revista de Investigação sobre Migrações,7(2), 231-256, 2023.
- SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE | PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. **TabNet, tecnologia DATASUS**. s/d. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/tabnet/>>.
- SEGRE, M. & FERRAZ, F. C. O conceito de saúde. **Rev Saúde Pública**, 31, 538–542, 1997.
- SILVEIRA, C., MARTIN, D. & GOLDBERG, A. Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural. **Saúde Soc**. São Paulo, v.27, n.1, p.26-36, 2018
- UN - UNITED NATIONS. **Universal Declaration of Human Rights**. Genebra, UN, 1948.
- VENTURA, M. Imigração, saúde global e direitos humanos. **Cad Saude Publica** 34, e00054118, 2018.
- VILLALÓN, C., MOYA, J. & BEJARANO, L. Colectivos de mujeres migrantes frente a la pandemia: el Equipo de Base Warmis y la campaña de Regularización Migratoria ‘Regularización Ya!’ **Travessia: Revista do Migrante**, Ano XXXIV, Nº 91 - Maio - Agosto/2021. Disponível em: <<https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/989>>.
- WALDELY, A. B., GONÇALVES, B., MIRANDA, C. & DE ALMEIDA, J. Refúgio e realidade: desafios da definição ampliada de refúgio à luz das solicitações no Brasil. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, 22, 117–131, 2014.
- WARBURTON, D. E. R. & BREDIN, S. S. D. Health benefits of physical activity: a systematic review of current systematic reviews. **Curr Opin Cardiol**, 32, 541–556, 2017.
- WILD, V. & DAWSON, A. Migration: a core public health ethics issue. **Public Health** 158, 66–70, 2018.
- WILD, V. Universal access to health care for migrants: Applying cosmopolitanism to the domestic realm. **Public Health Ethics**, 8, 162–172, 2015.
- ZIMMERMAN, C.; KISS, L. & HOSSAIN, M. Migration and Health: A Framework for 21st Century Policy-Making. **PLoS Med**, 8, 2011.

RESUMO

Após a pandemia de COVID-19, ainda há pouca literatura abordando o perfil epidemiológico dos migrantes presentes em território nacional. Diante deste cenário, este estudo analisou o perfil de internações de migrantes no município de São Paulo, para contribuir na solução da lacuna existente. As principais plataformas de dados utilizadas foram o TabNet - Prefeitura de São Paulo (DATASUS) e Banco de dados interativo NEPO/UNICAMP, úteis à compreensão das nacionalidades, CID associado a cada internação e faixas etárias dos migrantes internados. Por fim, ressalta-se a necessidade de mais estudos epidemiológicos referentes ao período pós-pandemia, para que a população migrante presente no Brasil seja melhor compreendida e melhor amparada, conseqüentemente.

Palavras-chave: Perfil de internações; Migrantes; São Paulo.

ABSTRACT

After COVID-19 pandemic, there is little literature approaching the epidemiologic profile of migrants in Brazilian territory. Thus, this study analyzed the hospitalization profile of migrants in Sao Paulo city aiming to fill this gap. The main data platforms used were TabNet - Prefeitura de São Paulo (DATASUS) and Banco de dados interativo NEPO/UNICAMP. Indeed, these tools were useful to understand nationalities, the cause of the hospitalization and age of migrants hospitalized. On balance, it is important to highlight the need for more epidemiologic studies focusing on the post-pandemic period, providing a deeper comprehension of migrant population in Brazil.

Keywords: Hospitalization profile; Migrants; Sao Paulo city.

Os direitos dos imigrantes à luz da Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017 (Nova Lei de Migração): uma análise a partir do município de Maringá

*Julia Crubellate**

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a migração tem figurado entre as pautas mais importantes de discussão nos mais diversos campos do saber, como a política, a sociologia e o direito, por exemplo, por se tratar de um fenômeno significativo e que abrange grande parcela da população mundial.

Os dados da Organização das Nações Unidas (ONU) demonstram que o número de migrantes no mundo já ultrapassou a quantidade de 280 milhões (NAÇÕES UNIDAS, 2021), o que representa 3,6% da população mundial. Dentre os migrantes, aponta-se que 29.5 milhões são refugiados, o que implica em uma categoria específica a ser tratada neste artigo, no sentido de serem migrantes em condições de violação ou ameaça de violação de direitos.

No Brasil, atualmente, o maior movimento imigratório é composto por venezuelanos, seguido por haitianos. Desse contingente, a maioria é do sexo masculino, em idade ativa e com nível de escolaridade médio ou superior (OBMIGRA, 2020, p. 3).

Considerando que Maringá, localizada no estado brasileiro do Paraná, é um município polo de atração de pessoas migrantes, é imperioso questionar em que medida o município paranaense tem desenvolvido projetos, políticas e normativas para atendimento das normativas em vigor.

O presente trabalho que trata dos direitos humanos dos migrantes utiliza-se do método dedutivo que implica em partir de pressupostos gerais como normativas e contextos históricos para posteriormente focar-se no tema da migração no Município de Maringá de forma a avaliar em que medida o município tem dado cumprimento aos parâmetros internacionais e nacionais afeitos ao tema.

* Graduada do 5º ano em Direito pela Universidade Estadual de Maringá.

No primeiro momento serão analisadas as normativas internacionais e nacionais que versam sobre essa temática, com apresentação dos tratados internacionais mais célebres, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951), a Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia (1961), entre outros.

A seguir, em âmbito nacional, será dada ênfase à Lei n. 13.445 de 24 de maio de 2017 (Nova Lei de Migração), que versa sobre os direitos e deveres dos imigrantes em território brasileiro, trazendo um novo paradigma para o ordenamento jurídico, e à Lei n. 9.474 de 22 de julho de 1997 (Estatuto do Refugiado). Abordar-se-ão também dados estatísticos dos fluxos migratórios e de refugiados internacionais e nacionais, fazendo o devido recorte de nacionalidade, geracional e de gênero.

Por fim, voltar-se-á um olhar especial à aplicação da Nova Lei de Migração no município de Maringá, no Estado de Paraná, analisando a necessidade da consolidação de uma cidadania cosmopolita, verificando a importância que a rede tem na vida dos imigrantes e refugiados e investigando quais novidades a cidade trouxe para o acolhimento, integração e inserção política dos imigrantes e refugiados que habitam nesta localidade.

2 DAS NORMATIVAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS DA IMIGRAÇÃO

2.1 *Panorama Internacional*

Os fenômenos da migração e do refúgio sempre estiveram presentes na história da humanidade e foram responsáveis por definir e ressignificar as fronteiras culturais, sociológicas e históricas do ser humano.

Ademais, verifica-se que o termo migrante é um conceito “guarda-chuva”, que não é definido pelo direito internacional (IOM, 2019, p. 132, tradução livre):

[...] Um conceito guarda-chuva, não definido pelo direito internacional, refletindo o entendimento comum de se tratar de uma pessoa que se muda para longe de seu lugar de residência, seja dentro de um país ou através de uma fronteira internacional, temporariamente ou permanentemente, por uma variedade de razões. O termo inclui uma quantidade de categorias legalmente definidas de pessoas, como os trabalhadores imigrantes, pessoas cujo movimento migratório é definido legalmente, como os imigrantes traficados, assim como aqueles cujos estatutos legais

ou movimentos migratórios não são especificamente definidos pelo direito internacional, como os estudantes internacionais [...].

Atualmente, dados da ONU demonstram que o número de imigrantes no mundo, (neste caso em 2020, pois a pesquisa foi realizada nesse ano), já ultrapassou 280 milhões de pessoas.

Esse número representa aproximadamente 3,6% da população mundial que deixou seu país de origem a fim de tentar a vida em outro lugar, pelas mais diversas razões, como questões econômicas, desigualdades sociais, desastres ambientais, violência, entre outros.

Daquele total de migrantes, aproximadamente 52% são homens e 48% mulheres, sendo que a maioria se encontra em idade laboral, isto é, entre os vinte e sessenta e quatro anos de idade.

Paulo Gustavo Iansen Sant'Ana (2019, p. 29) traz alguns dados interessantes. Em números absolutos, a Ásia abrigava, em 2015, cerca de 75 milhões de migrantes. A Europa também abrigava a mesma quantidade. Os dois juntos correspondem a cerca de 62% do total da população migrante do mundo.

Por sua vez, a América do Norte abrigava em torno de 54 milhões, enquanto a África cerca de 20 milhões. A América Latina e o Caribe abrigavam 4% ou 11 milhões e duzentos mil migrantes e a Oceania, também, 4%.

Quanto ao país de origem desses migrantes, dados demonstram que, em sua maioria são asiáticos, provenientes da China, Índia e Bangladesh. Em 2017, os mais importantes países de origem foram a Índia, México, Rússia, China, Bangladesh, Paquistão e Ucrânia.

Os países destinatários são, em sua grande maioria, os países do norte global, como os Estados Unidos da América e os países europeus.

Quanto aos refugiados, isto é, aqueles que fogem de seus países por questões de perseguição, guerra e violação aos direitos humanos, e que buscam refúgio em outras nações, recebendo o status propriamente dito de refugiados, o novo relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), publicado em junho de 2023, constatou que 108,4 milhões de pessoas foram forçadas a se deslocar, dos quais 29,5 milhões são refugiados e 5,4 milhões pediram asilo (ACNUR/UNHCR, 2023, p. 2). O relatório em questão contabilizou informações recebidas até o dia 31 de maio de 2023. Destes, 51% são crianças e a metade dos adultos são do sexo feminino, o que denota uma inversão em relação aos dados da migração mundial.

Isso se dá pelo fato de pessoas dessas faixas demográficas, isto é, crianças e mulheres, viverem em situações de vulnerabilidade mais acentuadas, bem

como estarem mais expostas às violências e violações de direitos humanos. Assim, fogem para outros países a fim de sobreviverem, levando consigo seus filhos e sua família.

Além disso, cerca de 84% dos refugiados contabilizados pelo ACNUR encontram-se em países em desenvolvimento (ACNUR/UNHCR, 2023, p. 31), o que também vai ao encontro dos dados da imigração. Os cinco principais países de acolhimento são: Turquia, Irã, Colômbia, Alemanha e Paquistão. Isso se dá pelo fato de que esses países são vizinhos às áreas de conflito de onde os refugiados fogem (70% dos refugiados passam a morar em países fronteiriços).

A fim de proteger internacionalmente essas populações deslocadas, a comunidade internacional criou legislações que preveem direitos e deveres a todos, sendo a mais famosa e abrangente, mas não necessariamente voltada apenas para a proteção dos direitos dos migrantes, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, a DUDH foi elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais e, atualmente, já foi traduzida em mais de 500 idiomas, sendo o documento mais traduzido no mundo.

Em conjunto com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, formam a denominada Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Essa Declaração busca elencar, proteger e assegurar a todas as pessoas os direitos essenciais, assim como impor deveres para que tais direitos sejam respeitados.

Alguns artigos que merecem destaque a respeito da migração e refúgio são: artigo 6º, artigo 13º, artigo 14º e artigo 15º.

O artigo 6º traz a seguinte redação: “todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei”. Isso demonstra que a condição de ser humano, dotado de direitos e deveres, deve ser respeitada por toda e qualquer legislação, não importa de qual país. É essa condição que possibilita o “direito a ter direitos”, conceito cunhado por Arendt (2013, p. 56) e abordado no primeiro tópico do presente trabalho.

Tal artigo tem como objetivo, igualmente, coibir a apatridia, condição que afeta aproximadamente 4,4 milhões de pessoas em todo o mundo (ACNUR/UNHCR, 2023, p. 43). Tais indivíduos não possuem nacionalidade reconhecida por nenhum Estado, portanto, não são reconhecidos como pessoas perante nenhuma lei. Isso os deixa vulneráveis a todos os tipos de violência.

Frisa-se que para combater a condição de apatridia criou-se a Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, elaborada em Nova York no ano de 1961, vigorando desde 1975. Essa convenção faz uso pela primeira vez do termo “apatridia”, e tem como objetivo garantir a todos o direito a uma nacionalidade, bem como erradicar a apatridia.

Retornando à análise da DUDH, o artigo 13º, tópico 2, afirma que “todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio e a esse regressar”. Aqui cabe uma ressalva feita por Hildebrando Accioly *et al* (2017, p. 529), de que o artigo apenas garante o direito de sair do país e de entrar no país de origem, mas nada fala sobre ingresso em outros Estados. Dessa maneira, não reconhece o direito de ingressar em outro país, podendo ser negado, desde que não seja fundamentado em motivos raciais ou religiosos.

É possível ver tal seletividade nas burocracias necessárias para entrar nos países, seja por meio de passaporte, seja por meio de vistos de autorização de entrada. É o Estado que decide quem pode e quem não pode entrar em seu território, não podendo barrar, contudo, o seu nacional de a ele retornar.

Por sua vez, o artigo 14, tópico 1, diz respeito à condição de refugiado: “todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países”. Assim, é proibido negar asilo ou solicitação de refúgio aos que ingressam no país. Embora o Estado não seja obrigado a reconhecer a condição de refugiado à pessoa, caso perceba que esta não preenche as condições necessárias para tanto, não pode impedir que tal pedido seja feito.

Isso vai ao encontro do princípio do “Non-Refoulement”, que veta expressamente que refugiados sejam expulsos ou rechaçados pelos Estados Membros (da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951), para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou liberdade sejam ameaçadas. Ou seja, o Estado que recebeu o refugiado não pode devolvê-lo para o Estado de onde ele fugiu, ou para outro onde sua vida correrá risco.

Por fim, o artigo 15 sustenta que “todo ser humano tem direito a uma nacionalidade, assim como “ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade”. Novamente, tais artigos buscam enfrentar a apatridia.

Outra legislação internacional é o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular¹, aprovado no Marrocos em dezembro de 2018 e prontamente ratificado pela Assembleia-Geral da ONU. Trata-se da legislação mais recente no que diz respeito à migração, e tem como visão a cooperação internacional fundamentada em valores de soberania do Estado, compartilhamento de responsabilidade e não-discriminação de direitos humanos. Entre os principais objetivos desse pacto estão a coleta de dados confiáveis sobre a migração, melhoria dos serviços consulares para esta população e a garantia de retorno e reintegração destes aos países de origem.

Esses são apenas alguns exemplos dos objetivos do aludido pacto, que é o acordo intergovernamental preparado sob diretrizes da ONU e que pretende cobrir todas as dimensões da migração internacional, de forma

holística e compreensiva. Trata-se de um pacto ambicioso e que respeita a soberania dos Estados, ao mesmo tempo em que busca melhorar a relação entre Governo e imigração.

Ato contínuo, uma das legislações importantes que versa sobre o refúgio, é a legislação que institui o Estatuto do Refugiado (internalizado no Brasil pela Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997). Cunhada em 1951 por meio da Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, também conhecida como Convenção de Genebra de 1951, foi criada para resolver a situação dos refugiados na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Esse tratado global define quem vem a ser um refugiado e esclarece os direitos e deveres entre os refugiados e os países que os acolhem.

O Estatuto consolida prévios instrumentos legais internacionais relativos aos refugiados e fornece a mais compreensiva codificação dos direitos dos refugiados a nível internacional. Ela estabelece padrões básicos para o tratamento de refugiados sem, no entanto, impor limites para que os Estados possam desenvolver esse tratamento.

Na supramencionada legislação, tem-se a definição de refugiado como sendo qualquer pessoa que, por motivos de perseguição religiosa, de nacionalidade, grupo social ou opinião política, encontra-se fora do país de sua nacionalidade e não pode ou não quer a este retornar, por fundado temor.

Outras legislações internacionais que também versam sobre direitos humanos, entre eles o direito de migrar e pedir asilo, são as legislações de direitos humanos, como a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

2.2 Panorama nacional

No Brasil a população imigrante se caracteriza, na sua maioria, por serem pessoas do sexo masculino, em idade ativa e com nível de escolaridade médio e superior (OBMIGRA, 2020, p. 3).

De acordo com o Observatório das Migrações Internacionais, atualmente, o maior movimento migratório em direção ao Brasil é composto por venezuelanos, seguido por haitianos. Há também a presença de senegaleses, uruguaios, colombianos, afegãos, sírios, entre outros.

As regiões que mais receberam imigrantes de longo termo, isto é, aqueles que permanecem por um período prolongado no Brasil, foram o sudeste, com 44% do total de registros, sobretudo no estado de São Paulo; o sul, com 22% e, por fim, a região norte, com 20% do total.

Vale lembrar que a região norte é a porta de entrada para grande parte do movimento migratório e de refugiados provenientes da Venezuela, visto que os estados de Roraima e Amazonas fazem fronteira com o país venezuelano.

Em que pese os países receptores de imigrantes sejam, em sua maioria, países do norte global, já que esses movimentos partem em busca de melhores condições de vida melhores, a maioria dos receptores de refugiados são países vizinhos às áreas de conflito, e geralmente são Estados de média ou baixa renda, como relatado anteriormente. Isso se dá pelo fato de os refugiados terem que fugir de conflitos de forma repentina, sem terem tempo, ou meios financeiros disponíveis, para planejarem longas viagens rumo a outros países.

Segundo a Lei n. 13.445 de 2017, conhecida como Lei de Migração, imigrante é “pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil” (art. 1º, §1º, inciso II).

Outra legislação nacional importante, é a Lei n. 9.474 de 1997 que promulgou o Estatuto dos Refugiados no Brasil e veio para abordar de forma específica a condição dos refugiados, definindo-os, em seu art. 1º, como todos os indivíduos que devido a fundados temores de perseguição motivada por raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política, bem como não tenham nacionalidade ou em decorrência de grave e generalizada violação de direitos humanos são obrigados a deixar seu país de nacionalidade ou onde nasceram e não podem, ou não desejam, a este regressar.

A Lei n. 9.479, de 1997, responsável por definir os mecanismos de implementação do Estatuto dos Refugiados no Brasil, define da mesma forma que o Estatuto. Além disso, prevê que a condição de refugiado será estendida a toda a família e dependentes econômicos da pessoa em questão, desde que residam em território nacional (art. 2º).

O processo para obtenção do visto de refugiado passa pela manifestação expressa da vontade do indivíduo em receber tal status, devendo tal pedido ser feito a qualquer agente migratório na fronteira assim que ingressar no Brasil. Será considerado como solicitante de refúgio, mas não como refugiado ainda (art. 7º).

Cabe aqui uma ressalva ao art. 7º, parágrafo 2º, cuja redação traz que não será concedido o benefício para refugiados considerados perigosos ao Brasil, o que trata de um resquício do revogado Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815 de 1980), que partia do princípio de que todo indivíduo que adentrava o território nacional era um delinquente em potencial, que poderia vir a lesar a pátria brasileira. Assim, via-se o imigrante e o refugiado como potenciais ameaças à soberania do país, e, por conta disso, a legislação migratória brasileira deveria proteger os nacionais, e não as populações que aqui ingressavam.

Embora tal paradigma normativo tenha sido superado, como será abordado no tópico seguinte, percebe-se ainda a sobrevivência de certos pensamentos atrelados a essa visão nas legislações atuais.

Feita essa breve exposição, retorna-se ao processo de pedido de refúgio. Este será encaminhado ao Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Composto por seis membros votantes, dos quais apenas um é da sociedade civil organizada, o CONARE é responsável por analisar todos os pedidos de refúgio feitos em solo brasileiro, de deliberar e conceder o status de refugiado a essas pessoas. Também decidem a cessação e a perda da condição de refugiado. As suas competências estão delineadas no art. 12 da Lei n. 9.479/97.

Outras legislações brasileiras que buscam proteger os refugiados são: Decreto de nº 9.277 de 2018; Portaria MJ de nº 756, de 1998; Resolução Normativa do CONARE de nº 18, de 2017 e Resolução também do CONARE, de nº 23 e de 2018.

Com a apresentação da normativa referente aos refugiados, passa-se a abordar neste ponto o direito dos migrantes.

Agora, quanto aos direitos dos migrantes, a própria Constituição Federal Brasileira traz mecanismos de proteção a essa população, ao afirmar que todos são iguais perante a lei (art. 5º, *caput*). Porém, há legislações específicas voltadas especificamente a essa população, como a própria Lei de Migração.

Essa lei conceitua imigrante como “pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil”, e traz vários princípios e diretrizes da política migratória brasileira, além dos direitos, os tipos de vistos, a condição jurídica do migrante e do visitante, entre outros.

Vale lembrar que essa lei foi significativamente alterada pelo Decreto n. 9.199, de 2017. A Lei de Migração e o Decreto serão abordados de forma extensa no próximo tópico.

2.3 Da Lei n. 6815, de 19 de agosto de 1980 (Estatuto do Estrangeiro) à Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017 (Nova Lei de Migração): mudança de paradigma

A Lei n. 6.850, de 19 de agosto de 1980 (Estatuto do Estrangeiro) foi criada durante o período militar e tinha como principal função resguardar a soberania nacional e os interesses brasileiros diante da possível ameaça estrangeira.

O Estatuto do Estrangeiro tratava o migrante como estranho à nação brasileira, sendo que a própria terminologia adotada deixava isso claro, uma vez que estrangeiro vem da palavra estranho, outro, alienígena.

Portanto, o imigrante era aquele que não possuía a nacionalidade do país em que ingressava e, deste modo, era visto como um ser estranho ao ordenamento nacional.

Por outro lado, a Lei n. 13.445, promulgada em 24 de maio de 2017, instituiu a Lei de Migração, marco histórico na legislação nacional. Essa lei trouxe novo paradigma jurídico para a área de migração. Agora, o imigrante não é mais visto como o estranho que vem para ameaçar a paz e soberania nacionais, mas sim o ser que migra em busca de melhores condições de vida, e que se encontra em estado de vulnerabilidade, devendo assim, ser protegido pelas leis do país que o recebe.

Outra diferença marcante entre as duas leis é o público aos quais elas se destinam. Enquanto o Estatuto do Estrangeiro se destinava apenas ao estrangeiro, sem qualquer definição de quem se enquadraria nessa categoria, a Lei de Migração se destina a pessoas imigrantes, emigrantes, residentes fronteiriços, visitantes e apátridas. Nota-se que a Lei se destina até mesmo aos brasileiros, desde que estes decidam morar fora do Brasil.

Como já mencionado anteriormente, migrante é um termo “guardachuva” que abrange pessoas em diversas condições, como trabalhadores imigrantes, pessoas que se mudam para longe de suas residências, seja dentro do país ou para fora deste, entre outros.

Portanto, cai em desuso o termo “estrangeiro”², restritivo e discriminatório, que era usado para definir todos aqueles que não eram nacionais, aglomerando em uma categoria uniforme indivíduos em situações disformes, e adota-se o termo migrante, que engloba os diversos conceitos e situações de deslocados internos e externos, brasileiros ou não.

Essa mudança conceitual é relevante também para os aplicadores da lei, já que deixa claro quem pode e deve ser abarcado pela Lei, não cabendo interpretação excludente por parte dos operadores do direito (Claro, 2019, p. 44).

De mais a mais, a Lei de Migração tem como pressuposto obrigações para com a pessoa migrante, prevendo direitos e obrigações a todos os sujeitos que fazem parte da migração internacional. Assim, o foco agora é a proteção ao migrante, e não mais a segurança e interesse dos nacionais, como previa o Estatuto do Estrangeiro, conforme verifica-se no seu Art. 2º. Já a nova Lei de Migração prevê:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante.

Carolina de Abreu Batista Claro (2019, p. 46) traz alguns dados interessantes a respeito das diferenças entre as duas leis. Enquanto o Estatuto do Estrangeiro mencionava o preceito “segurança nacional” em cinco dos 141 artigos originais, a Lei de Migração não menciona nenhuma vez ao longo dos seus 125 artigos.

Por sua vez, “interesses nacionais”, terminologia também obscura, que dependia das políticas de governo e de Estado para serem definidas, eram expressamente mencionados em dez artigos do Estatuto, enquanto os direitos dos imigrantes limitavam-se apenas ao direito de defesa em relação à expulsão do país.

Além disso, o Estatuto do Estrangeiro vedava qualquer direito político aos imigrantes, que não poderiam se associar, de forma direta ou indireta, a nenhuma associação política, sob risco de serem expulsos³. Outrossim, o visto representava mera expectativa de direito de ingresso e estada no território, o direito à naturalização não era garantido ao imigrante, bem como a posse ou a propriedade não garantiam direito a nenhum tipo de visto. Tratava-se de uma legislação restritiva e excludente, “negando-lhes direitos básicos, como os relativos à manifestação do pensamento e ao direito de reunião” (Simioni; Vedovato, 2018, p. 304).

Outrossim, a Nova Lei simplificou o processo de aquisição do visto e institucionalizou dois novos tipos, quais sejam, o visto temporário para tratamento de saúde (art. 14, I, “b”) e acolhida humanitária (art. 14, I, “c”). Este último é concedido a indivíduos afetados por situações de graves crises humanitárias e generalizada violação de direitos humanos, nos países do Haiti, Síria, Afeganistão e Ucrânia. Trata-se de nova possibilidade de aquisição de permissão para ingressar no Brasil, voltado especificamente aos nacionais desses quatro países que, nos últimos anos, foram afetados sobremaneira por crises humanitárias, políticas e guerras.

Vale lembrar que o visto, a partir da legislação de 2017, passou a dar ao seu portador a expectativa de ingresso em território nacional⁴.

Os princípios que regem a Nova Lei de Migração foram abordados em seu art. 3º, e podem ser agrupados em três grupos (Claro, 2019, p. 50): a) princípios gerais de direito internacional; b) princípios de direito internacional dos direitos humanos; c) princípios de direitos humanos relacionados às migrações internacionais.

Os primeiros princípios dizem respeito à observância aos tratados (inciso XVIII) e a cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios (XV).

Os princípios dos direitos humanos são: universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos (I); igualdade de tratamento e oportunidade (V); não discriminação (IV); direito ao desenvolvimento econômico, turístico, social, etc. (VIII); entre outros.

Já os princípios relacionados às migrações internacionais se referem a não criminalização da migração (III); acolhida humanitária (VII); repúdio às expulsões e deportações coletivas (XXII), entre outros.

Enquanto isso, os princípios norteadores do Estatuto eram: soberania nacional, interesse nacional e ordem pública.

Por derradeiro, a nova legislação dispôs sobre o processo de proteção ao apátrida⁵ e de reconhecimento da condição de apatridia, que tem como objetivo verificar se o solicitante é considerado nacional pela legislação de algum outro país. Caso não seja, terá a opção de se tornar nacional brasileiro, ou receber a autorização de residência, caso não opte pela naturalização, sendo protegido pelo Ordenamento brasileiro em todos os casos. Também dispôs sobre o asilo, que pode ser territorial⁶ ou diplomático⁷, que não será concedido, entretanto, a quem tenha cometido graves crimes internacionais, nos termos do Estatuto de Roma de 1998.

É notória a diferença de princípios entre as duas legislações. Frisa-se que tais legislações são responsáveis por sistematizar toda a política migratória do país, ditando se esta será mais aberta e receptiva, ou fechada e excludente. É por isso que a base em direitos humanos é tão importante para as legislações migratórias, para que o imigrante e o refugiado, que já se encontram em vulnerabilidade, não sejam ainda mais vulnerabilizados.

3 O MUNICÍPIO DE MARINGÁ E A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO

3.1 *Cidadania unilateral à cidadania cosmopolita*

A palavra cidadania vem do latim *civitas* que significa cidade. Assim, cidadão na Grécia Antiga era todo aquele nascido em terras gregas e que preenchia os requisitos para ser considerado como tal. Mulheres e homens com menos de 21 (vinte e um) anos, por exemplo, não entravam nessa categoria. Na Roma Antiga, a palavra cidadania era usada para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer.

Esse conceito se embasa na dicotomia da comunidade interna e protegida, *versus* a comunidade externa e desprotegida. Observa-se que, ao longo dos tempos, a noção de cidadania tem mantido sua força como um instrumento de vínculo jurídico, utilizado para discriminar e separar os que não são considerados pertencentes ao grupo e, portanto, estão vulneráveis à violência, fora da proteção do Soberano.

Recentemente, como afirmou Daniela Mesquita Leutchuk de Cademartori (2010, p. 6), a cidadania deixou de significar apenas o sentido de nacionalidade e foi ampliado no sentido de um status de cidadão envolvendo

direitos, passando-se, portanto, a um conceito mais amplo, que significaria poder usufruir dos direitos humanos consagrados nos instrumentos jurídicos internacionais e nacionais. Trata-se da cidadania universal ou cosmopolita.

No mundo todo os migrantes protestam por uma cidadania universal, já que fazem jus à proteção fora das fronteiras de seus Estado, bem como os direitos humanos correspondem a todos os indivíduos, independentemente das fronteiras geográficas ou políticas. Essa consideração cosmopolita da nacionalidade, para além das fronteiras, se faz ainda mais necessária frente aos inúmeros nacionais que não são considerados cidadãos nem mesmo dentro de seus próprios Estados, como é o caso dos apátridas.

O ideário de cidadania cosmopolita foi inicialmente cunhado por Immanuel Kant em sua obra “À Paz Perpétua”, escrita em 1795, após a realização do Tratado de Basiléia, que encerrou a guerra da Prússia contra a França. Kant discute seu projeto de paz perpétua entre as nações, isto é, em suma, o direito à cidadania cosmopolita, também considerada como hospitalidade pelo autor, ocuparia o espaço entre os direitos humanos e os direitos civis, entre os direitos da humanidade presentes em cada ser humano e os direitos que são exercidos enquanto seres pertencentes a Estados.

Para Kant (2016, p. 148), a cidadania universal, ou hospitalidade, seria o direito de um “estrangeiro” a não ser tratado com hostilidade em virtude de sua vinda ao território de outro.

Logo, conforme afirmou Seyla Benhabib (2004, p. 29), o direito à hospitalidade implica uma obrigação moral e legal por parte dos Estados de concederem residência à migrantes.

Em que pese não exista uma lei supraestatal capaz de obrigar todos os países a cumprirem tal obrigação, as diversas legislações sobre migração e refúgio, os tratados, as convenções, bem como os órgãos internacionais, são todos meios aptos a dirigir o comportamento dos países, para que esse acolhimento efetivamente ocorra.

Para Kant, é necessário que o princípio da hospitalidade universal fundamente o Direito Cosmopolita, o que conduzirá à paz perpétua, ou seja, à prevalência dos direitos humanos.

Esse conceito de hospitalidade deriva do latim *hospitium*, que significa ato de receber e hospedar o estrangeiro. Assim, trata-se de um direito que assiste a todos os seres humanos, em virtude do direito da propriedade comum da superfície da Terra. Isso conduz à ideia de um grande Estado universal de pessoas, titulares de cidadania universal.

Ao instaurar tal universalidade de direitos, os Estados reconhecem, direta ou indiretamente, a existência de uma ordem jurídica a eles superior, isto é, o Direito Cosmopolita, e que deve ser obedecido, a despeito de não existir uma autoridade central e nem meios coercitivos tradicionais, como o uso da força de polícia, por exemplo.

Assim, deixar-se-ia de concentrar todos os direitos humanos apenas na figura do cidadão que, conforme afirmou Agamben (2005, p. 141), nada mais é do que o portador imediato da soberania, e que se transforma em *homo sacer* frente ao poder do Soberano, podendo perder seus direitos a qualquer momento, e passaria-se a considerar que todos os seres humanos indiferentemente do lugar onde tenham nascido, estejam residindo ou se são reconhecidos como nacionais por algum Estado, gozam do status de cidadão, e devem ter seus direitos plenamente reconhecidos e respeitados, como afirmou Cademartori (2010, p. 9).

Atualmente, nesta sociedade altamente globalizada e humanizada, não há mais espaço para individualismos burocráticos que apenas servem para excluir e vulnerabilizar populações que já se encontram em condições vulneráveis, como os imigrantes, refugiados e apátridas.

3.2 A importância da constituição da rede

No processo de humanização, mediante a criação de culturas, uma segunda natureza vai fazer com que os seres humanos sejam educados para viver em sociedade como seres racionais, como afirmou João Bosco Pavão e Pignata (2016, p. 2). Isso porque, em que pese o ser humano seja um ser social, como afirmou Aristóteles (2017, p. 194) a capacidade de viver em coletividade surgiu dentro da história ocidental em decorrência da necessidade de sobrevivência frente a um mundo de perigos constantes.

Logo, mesmo com a tendência de viver isolado, o ser humano se socializa porque se percebe impotente e vulnerável. É em decorrência desses sentimentos que as pessoas buscam, muitas vezes de forma inconsciente, encontrar seus grupos de apoio, também conhecidos como redes sociais.

Redes sociais dizem respeito à ideia de relação, ou seja, são organizações em torno de um problema, tema e artefato comum, constituindo-se verdadeiros meios de sobrevivência para os grupos, desenvolvendo-se, assim, uma organização social entre indivíduos que vivem coletivamente e que buscam soluções para problemas coletivos e para a convivência nos mais diferentes ambientes sociais (Zenha, 2018, p. 2).

A importância das redes sociais no estudo da migração surgiu da necessidade de considerar os processos que levam as pessoas a se tornarem migrantes, fazendo uma articulação entre duas teorias da migração: a de que as pessoas migram por causas estritamente racionais, ou seja, para obter um retorno líquido positivo, e a de que migram por constrangimentos estruturais, como a demanda de trabalhadores estrangeiros, fatores econômicos e sociais (Soares, 2003, p. 245).

Embora não haja um consenso quanto a definição propriamente dita das redes, elas são fundamentais para os migrantes, providenciando informações gerais, apoio financeiro, assistência com despesas, manutenção

dos laços com a comunidade, segurança, entre outros. Logo, as redes estão presentes tanto no projeto de emigrar, quanto no percurso migratório e no estabelecimento do imigrante no país de destino, podendo ser baseadas em parentesco, amizade e origem comum.

Vale lembrar que rede social não se confunde com rede pessoal e nem com rede migratória. Soares (2003, p. 241-242) define a primeira como o conjunto de relações sociais nas quais os atores podem ser de natureza diversa, já a segunda é fundada em relações de intimidade, como parentesco ou amizade. Por fim, a terceira rede diz respeito a ação de migrar apenas, isto é, trata-se de uma rede com propósito específico.

Logo, é possível perceber que a rede social é mais ampla, referindo-se a uma rede de relações sociais, servindo como ligação entre o país de origem e o de destino, como elucidou Andrade (2017, p. 135).

Contudo, não é apenas a solidariedade que caracteriza as redes sociais, já que o conflito também é um componente relevante, pois, muitas vezes os recém-chegados são explorados pelos conterrâneos que migraram antes e, portanto, tem um conhecimento maior do funcionamento da sociedade do país para onde migraram.

Outrossim, Andrade (2017, p. 136) diferencia a rede social afeita à migração daquela afeita ao refúgio, já que não há que se falar em mobilidade puramente racional dos refugiados, posto que estes não escolhem livremente migrar, mas o fazem por perseguição ou seu fundado temor. Mas também não é cabível explicar apenas a partir da perspectiva estrutural. A despeito disso, é inegável a importância da rede social também para os refugiados, possibilitando a saída destes dos países de origem, bem como para se restabelecerem nos países de destino, sobretudo por se tratar de populações vulnerabilizadas e que muitas vezes fogem sem documentos, sem dinheiro e sem recursos disponíveis.

Portanto, ao tratar de temas como direito à reunião familiar do migrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes (art. 4º, III), direito de transferir recursos decorrentes de sua renda e economias pessoais a outro país (art. 4º, V), direito de acesso à informação (art. 4º, XIII), a Nova Lei de Migração permitiu a constituição e consolidação de redes sociais de migrantes e refugiados, permitindo que eles possam se estabelecer de maneira segura e estável no Brasil,

3.3. Análise a partir do município de Maringá

A Nova Lei de Migração trouxe diversas mudanças em nível federal, estadual e municipal. No município de Maringá, por exemplo, essas mudanças foram efetuadas na política, nos meios de acolhimento, nas formas de integração da população migrante, entre outros.

Maringá foi pioneira na implantação da Nova Lei de Migração em vários aspectos, como a criação do Conselho dos Refugiados, Migrantes e Apátridas de Maringá (CORMA), por exemplo.

Em 2021 foi aprovada, em Maringá, a Lei n. 11.284/2021, que criou o CORMA. Tal lei foi aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito municipal, e teve por finalidade viabilizar e auxiliar na implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas aos direitos dos refugiados e migrantes, em todas as esferas da Administração Pública Municipal, visando à garantia da promoção e proteção dos direitos dos refugiados, migrantes e apátridas.

Maringá é a primeira cidade do Brasil a implementar um conselho voltado exclusivamente para a população refugiada, migrante e apátrida, com finalidade de avaliar, deliberar e participar da elaboração de políticas públicas municipais, destinadas à promoção e proteção dos direitos dessa população.

As diversas competências do CORMA estão elencadas no art. 3º da aludida Lei, sendo algumas delas: garantir a participação e controle popular sobre a elaboração do Plano Municipal do Migrante; receber, encaminhar e acompanhar as denúncias relacionadas às violações dos direitos dessas populações; orientar agentes públicos e gestores políticos sobre as ações de promoção dos direitos e deveres dos refugiados, migrantes e apátridas, entre outros.

O CORMA é formado por oito representantes das secretarias municipais, quatro representantes da sociedade civil organizada, um representante de associações de moradores de bairro de Maringá, um representante do conselho regional de psicologia e um representante do conselho regional de assistência social.

Com reuniões mensais, o aludido conselho tem desempenhado importante papel na cidade, seja através da criação de políticas públicas de acolhimento e integração dos imigrantes, seja através do recebimento de denúncias de situações de exploração e abuso.

Foi por meio do conselho que foi possível a criação do Centro de Referência do Imigrante de Maringá, uma casa de acolhimento localizada na zona 07, próxima à Universidade Estadual de Maringá, que conta com dez quartos, lavanderia, cozinha, banheiros, jardim, quintal e edícula. O local tem capacidade para receber até 50 pessoas, entre famílias ou imigrantes individuais, tratando-se de um espaço de acolhimento temporário e gratuito, permitindo que as famílias que chegam à Maringá possam ter um lugar para se restabelecerem e permanecerem até conseguirem um emprego e uma residência particular.

Este projeto teve participação da Secretaria de Juventude e Cidadania em conjunto com a prefeitura de Maringá e a Universidade Estadual de Maringá, e além do oferecimento de residência, oferece também acompanhamento psicológico, cursos preparatórios para empregos e cursos técnicos

Outro projeto viabilizado e acompanhado pelo CORMA é a “Embaixada Solidária”, acordo feito entre a prefeitura e a embaixada do Haiti que possibilita a emissão de passaporte, identidade e o casamento de haitianos que habitam Maringá e região. Em 2023, o projeto teve a duração de três dias, no mês de maio, e contou com a participação dos funcionários da embaixada do Haiti no Brasil, de voluntários da sociedade civil e da própria embaixadora do Haiti, Rachel Coupaud.

O projeto da Embaixada Solidária permitiu a regularização dos documentos de mais de 700 haitianos, sendo que desse total, 210 emitiram novos documentos de identidade e 500 emitiram novo passaporte.

Assim, o que antes era feito apenas em Brasília, gerando despesas extras que muitas vezes inviabilizavam o acesso desses imigrantes aos serviços prestados pela própria embaixada, agora é feito em Maringá, permitindo o acesso dos moradores de Maringá e de toda a região.

De mais a mais, a mudança de paradigma trazida pela Nova Lei de Migração, isto é, o migrante visto como alguém que busca melhores condições de vida em um outro país e não mais como um estranho perigoso à pátria, trouxe mudanças significativas também ao cenário político maringaense.

Em 2021 foi empossado como secretário de Juventude e Cidadania o haitiano Emmanuel Predestin. Engenheiro agrônomo e professor de matemática, Predestin possui doutorado pela Universidade Estadual de Maringá e ganhou prêmio do MEC por ser o melhor estudante migrante no Brasil. Trata-se do primeiro haitiano a assumir uma secretaria municipal em Maringá.

Frisa-se que a referida secretaria é responsável pela pasta da migração e do refúgio. Logo, ter um secretário migrante que tenha o conhecimento e experiências similares aos dos migrantes da região é essencial para que estes possam ser integrados à cidade de forma plena.

Em que pese Emmanuel Predestin tenha sido exonerado recentemente, sua atuação à frente da pasta em comento foi importante para a efetivação de diversos projetos na cidade, como a Embaixada Solidária, por exemplo.

Ademais, outros elementos que compõem a rede de assistência aos migrantes que chegam em Maringá são as sociedades civis organizadas, como a Cáritas Arquidiocesana de Maringá, a Ethnos, a Pastoral do Migrante e a Sendas. Todas essas são organizações voltadas para o acolhimento e a integração dos imigrantes e refugiados, fornecendo-lhes alimentos, documentação, cursos de capacitação e inserção no mercado de trabalho, encaminhando-os aos órgãos públicos, entre outras ações.

Além disso, tais organizações buscam conscientizar a população maringaense a respeito das diferentes culturas que aqui habitam, através de atividades culturais que envolvam os migrantes e os maringaenses, eventos de conscientização, rodas de conversa e formações voltadas para a rede assistencial municipal, para os empregadores e até mesmo para os educadores.

Outrossim, para além das atividades de cunho profissional, essas organizações procuram integrar essas populações à cidade de Maringá, assim como criar momentos de lazer e descontração para que essas pessoas possam conhecer outras culturas também. Um exemplo desse tipo de atividade é a Festa Cultural da Cáritas Arquidiocesana de Maringá, uma festa anual com temática junina, mas que reúne pratos típicos, danças e músicas de diversos países, como Venezuela, Colômbia, Síria, Haiti e Brasil. Trata-se de um momento de diversão e descontração, muito importante para essas populações que vivem em circunstâncias de exterioridade e vulnerabilidade constantes.

A Nova Lei de Migração também trouxe maiores liberdades aos migrantes e refugiados em âmbito de participação e engajamento político. Em que pese essas populações ainda não gozem de plenos direitos políticos equiparados aos nacionais e naturalizados, houve um grande avanço nessa seara, sendo direito dos imigrantes, atualmente, a associação, inclusive sindical, para fins lícitos. Agora, os imigrantes podem criar associações para fazer valer seus direitos e reivindicar melhores condições de vida aqui no Brasil.

Em Maringá, essa nova diretriz pode ser percebida na criação de várias associações de imigrantes, como a Associação dos Estrangeiros Residentes em Maringá (AERM) e a Associação dos Haitianos. Tais grupos foram criados pelos migrantes e possibilitam a sua inserção no campo político, assumindo cargos nos conselhos municipais e estaduais e participando das decisões políticas da cidade.

Igualmente é possível perceber a incidência da nova lei no processo de acesso dos imigrantes ao ensino superior, bem como à sua permanência dentro da universidade. Na Universidade Estadual de Maringá (UEM), por exemplo, em uma das formas clássicas de ingresso, isto é, através do vestibular da própria instituição, destinam-se vagas remanescentes aos imigrantes e refugiados. Outrossim, há uma política específica para essa população, conforme a Resolução n. 021/2018 do Conselho Universitário, que institui a política da UEM para o refugiado e imigrante em situação de vulnerabilidade, visando a sua integração, acolhimento e adaptação à cultura regional e ao ambiente universitário.

A participação dos migrantes na sociedade brasileira e, sobretudo, na maringaense, é salutar para uma democracia plural, ampliando a representatividade das decisões políticas e trazendo diversidade de perspectivas e integração social.

Portanto, é notória a incidência da Nova Lei de Migração na rede de Maringá, e o quanto essa rede tem se expandido nos últimos anos a fim de acolher cada vez mais pessoas, mas sempre de maneira humanizada, o que reflete diretamente na condição de vida dos imigrantes e refugiados, permitindo que estes tenham chance de recomeçar suas vidas de maneira digna em solo maringaense.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho insere-se no campo dos direitos humanos dos migrantes e refugiados e buscou verificar, a partir das normativas internacionais e internas, em que medida o Município de Maringá, por meio de suas políticas e leis, está se adequando às diretrizes ali apresentadas.

De tal forma, constatou-se que há uma grande movimentação de pessoas pelo mundo e que isto requer o atendimento de normativas específicas de proteção, sendo apresentado o conjunto normativo internacional, como a DUDH, a Carta Internacional dos Direitos Humanos, o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, o Estatuto dos Refugiados, entre outros, e no âmbito nacional a Nova Lei de Migração.

Além disso, vislumbrou-se a crescente necessidade de uma cidadania cosmopolita, isto é, a difusão dos direitos intrínsecos ao ser humano para além das fronteiras geopolíticas nacionais e a importância da rede social na vida dos imigrantes e refugiados, seja antes destes deixarem seus países de origem, seja durante o processo de deslocamento e até mesmo após se estabelecerem no país de destino.

Com foco em verificar o problema colocado, tratou-se de analisar em que medida Maringá tem desenvolvido projetos, políticas e leis para atendimento das normativas em vigor, sendo possível verificar que a cidade tem efetivamente buscado atender à nova legislação, por meio de projetos e políticas de integração e acolhimento dessas populações, como a criação do CORMA, de associações voltadas aos migrantes, de associações criadas pelos próprios migrantes e de eventos culturais e capacitações para os setores públicos da cidade.

NOTAS

¹ Aqui cabe fazer um breve relato do caminho tortuoso que teve este Pacto no Brasil. Quando o pacto foi aprovado em 2018, o Brasil, em conjunto com 165 outros Estados membros da ONU, assinou-o. Contudo, logo o ministro das relações exteriores, à época, Ernesto Araújo, exarou a decisão de retirar o país do pacto, alegando que este interferiria na soberania das nações. Tal argumento se alinhava ao modelo de Governo, à época, presidido por Jair Bolsonaro (https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/10/internacional/1544438184_274731.html).

Em 2023, com a troca de governo, sendo agora presidido por Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil retornou ao Pacto Global, reforçando o compromisso do Governo brasileiro com a proteção e a promoção não apenas dos imigrantes que vivem no Brasil, mas igualmente dos mais de 4 milhões de brasileiros que emigraram para outros países (https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/retorno-do-brasil-ao-pacto-global-para-migracao-segura-ordenada-e-regular).

² O termo estrangeiro adotado pela norma citada indicava a existência de um indivíduo que “é natural de outro país; que não faz parte de uma família, de um grupo” (GUERRA, Sidney. **Alguns aspectos sobre a situação jurídica do não nacional no Brasil**: da Lei do Estrangeiro à Nova Lei de Migração. P. 96 e 97).

³ Art. 107. O estrangeiro admitido no território nacional não pode exercer atividade de natureza política, nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do Brasil, sendo-lhe especialmente vedado... (Estatuto do Estrangeiro).

⁴ Art. 6º O visto é o documento que dá a seu titular expectativa de ingresso em território nacional (Nova Lei de Migração).

⁵ “Seção II - Da Proteção do Apátrida e da Redução da Apatridia” (Nova Lei de Migração).

⁶ “O asilo territorial, que não deve ser confundido com o asilo diplomático, pode ser definido como a proteção dada pelo Estado, em seu território, à pessoa cuja vida ou liberdade se acha ameaçada pelas autoridades de seu país, acusada de haver violado a sua lei penal, ou, o que é mais frequente, tendo deixado seu país para se livrar de perseguição política” (ACCIOLY, Hildebrando; SILVA G. E. do Nascimento e *et. al*, **Manual de Direito Internacional Público**, p. 506).

⁷ “Acolhimento a estrangeiros perseguidos no próprio território. Esta concessão é feita pela própria representação diplomática brasileira no exterior, onde se circunscreve a presença do estrangeiro. O asilo diplomático não assegura ao estrangeiro o direito ao asilo territorial.” (Câmara dos Deputados).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY, Hildebrando *et al*. **Manual de Direito Internacional**. São Paulo: SaraivaJur, 2017.

ACNUR. **Convenção de 1951**. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 11 de out. de 2023.

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: il potere sovrano e la nuda vita. Ed. 11, Torino: Piccola Biblioteca Einaudi, 2005.
- ANDRADE, Vítor Lopes. **Imigração e sexualidade**: solicitantes de refúgio, refugiados e refugiadas por motivos de orientação sexual na cidade de São Paulo. Florianópolis, UFSC: 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180900/349150.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 11 de nov. de 2023.
- ARENDR, Hannah. **A Condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Ed. 11, 2010.
- ARENDR, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- BENHABIB, Seyla. **The Rights of Others**. Reino Unido, Cambridge University Press: 2004.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**, São Paulo: Malheiros Editores, 2019.
- CADAMURO, Gabriela. **Inclusiva, Prefeitura realiza mais de 1,2 mil atendimentos de migrantes e refugiados em 2022**. Prefeitura de Maringá, 12 de jan. de 2023. Disponível em: <<http://www.maringa.pr.gov.br/site/noticias/2023/01/12/inclusiva-prefeitura-realiza-mais-de-1-2-mil-atendimentos-de-migrantes-e-refugiados-em-2022/40944>>. Acesso em: 23 de set. de 2023.
- CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuck de. Cidadania e Nacionalidade em Habermas: Aportes Conceituais. **Revista Direitos Culturais**. 2010. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/322640353.pdf>>. Acesso em: 19 de nov. de 2023.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Asilo diplomático**. Brasília, DF. Disponível: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/dicionario-de-libras/a/asilo-diplomatico>>. Acesso em: 31 de jul. de 2023.
- CLARO, Carolina., Do Estatuto do Estrangeiro à Lei de Migração: Avanços e Expectativas. **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**, set. 2019/abr. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9820/1/BEPI_n26_Estatuto.pdf>. Acesso em: 03 de dez. de 2023.
- FARENA, Maritza Natalia Ferretti Cisneros. Por uma cidadania universal: os direitos humanos dos migrantes numa perspectiva cosmopolita. **Jura Gentium**: 2009. Disponível em: < <https://www.juragentium.org/topics/migrant/pt/cosmopol.htm#:~:text=Da%20cidadania%20ligada%20%C3%A0%20nacionalidade,sempre%20e%20em%20todo%20lugar.>>. Acesso em: 03 de dez. de 2023.

FAERSTEIN, Eduardo e TRAJMAN, Anete. **Por que o Brasil deve retornar ao Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular**. Disponível em: <museudoamanha.org.br/pt-br/artigo-por-que-o-brasil-deve-retornar-ao-pacto-global-para-migracao-segura-ordenada-e-regular>. Acesso em: 09 de jul. de 2023.

FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**. São Paulo, Martins Fontes: 2002.

FERREIRA, Gianne Gomes. **Princípios e garantias da lei de migração: um paralelo com a Constituição/88**. JUS, 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/65485/principios-e-garantias-da-lei-de-migracao-um-paralelo-com-a-constituicao-88>>. Acesso em: 29 de jul. de 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: Vontade de Saber**. São Paulo, Editora Graal: 2007.

GONGORA, Andressa. **Primeiro Conselho Municipal de Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas toma posse em Maringá**. Cáritas Brasileira, 15 de mar. de 2022. Disponível em: <<http://caritas.org.br/noticias/primeiro-conselho-municipal-de-direitos-dos-refugiados-migrantes-e-apatridas-toma-posse-em-maringa>>. Acesso em: 23 de set. de 2023.

GUERRA, Sidney. Alguns aspectos sobre a situação jurídica do não nacional no Brasil: Da Lei do Estrangeiro à Nova Lei de Migração. **Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unijuí**, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21527/2176-6622.2017.47.90-112>>. Acesso em: 30 de jul. de 2023

IOM. **Glossary on Migration**. 2019. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf>. Acesso em: 17 de jul. de 2023.

IORE, Andye. **Prefeitura apresenta o Centro de Referência do Imigrante de Maringá**. Diretoria de Comunicação, Prefeitura de Maringá, 27 de maio de 2021. Disponível em: <<http://www.maringa.pr.gov.br/site/noticias/2021/05/27/prefeitura-apresenta-o-centro-de-referencia-do-imigrante-de-maringa/37691>>. Acesso em: 23 de set. de 2023.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70; 2016.

MAIA, Raul e PORTO, Leticia de Andrade. **O homo sacer imigrante na pandemia de Covid-19**. 22 de jun. de 2023. Disponível em: <<https://www.meloegalvaoadogados.com.br/amp/o-homo-sacer-imigrante-na-pandemia-de-covid-19>>. Acesso em: 23 set. 2023.

MATTA, Mariana Cristina de Fátima Ramos da. Cidadania e democracia na antiguidade: será que algo mudou?. **Politize!**, 2023. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/cidadania-e-democracia-na-antiguidade/>>. Acesso em: 14 de nov. de 2023.

MARINGÁ. **Lei n. 11.284, de 08 de junho de 2021**. Cria o Conselho Municipal dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas de Maringá, estado do Paraná. Maringá, jun. de 2021. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/informes/normas-da-abnt-1#:~:text=Para%20referenciar%20legisla%C3%A7%C3%A3o%2C%20deve%2Dse,numera%C3%A7%C3%A3o%20e%20dados%20da%20publica%C3%A7%C3%A3o.>>. Acesso em: 25 de nov. de 2023.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **CONARE**. Disponível em: <gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/institucional>. Acesso em: 05 de jul. de 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **VITEM III - Acolhida Humanitária**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/consulado-genebra/servicos-consulares/copy_of_visto-visa/vistos/tipos-de-vistos/visto-temporario-vitem/vitem-iii-acolhida-humanitaria>. Acesso em: 29 de jul. de 2023.

_____. **Nota à Imprensa N. 4 - Retorno do Brasil ao Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canal_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/retorno-do-brasil-ao-pacto-global-para-migracao-segura-ordenada-e-regular>. Acesso em: 29 de jul. de 2023.

MONTENEGRO, Carolina. Como é a vida no maior campo de refugiados da França. Calais, França: **BBC Brasil**, 22 de fev. de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160220_campo_refugiados_calais_franca_cm_rb>. Acesso em: 23 de set. de 2023.

NAÇÕES UNIDAS. **Mundo registrou cerca de 281 milhões de migrantes internacionais no ano passado**. UN, 2021. Disponível em: <news.un.org/pt/story/2021/12/1772272>. Acesso em 07 de jun. de 2023.

OBMigra. **Resumo Executivo, Relatório Anual 2020**. Disponível em: <portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/Resumo%20Executivo%20_Relat%C3%B3rio%20Anual.pdf>. Acesso em: 08 de jun. de 2023.

PAULA, Bruna Vieira De. O Princípio do *Non-Refoulement*, Sua Natureza *Jus Cogens* e a Proteção Internacional dos Refugiados. **Revista do IBDH**, n. 07. Disponível em: <<https://www.corteidh.or.cr/tablas/r28151.pdf>>. Acesso em 26 de jul. de 2023.

- PAVÃO, João Bosco e PIGNATA. Da individualidade da natureza humana ao imperativo de ser coletivo. **Campo Jurídico**, vol. 4, n 1, 2016. Disponível em: <<https://ojs.journalsdg.org/jlss/article/view/136/91>>.
- PEREIRA JÚNIOR, Alcebiades Gomes Pereira e THEODORO, Diego Ferreira. **Legislação Migratória Compilada**. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/legislacao-migratoria-compilada>>. Acesso em: 09 de jul. de 2023.
- PREFEITURA DE MARINGÁ. **Emmanuel Predestin será secretário de Juventude e Cidadania**. 30 de dez. de 2020. Disponível em: <<http://www.maringa.pr.gov.br/portal/?cod=portal/9/pagina/2483/emmanuel-predestin-seraacute-secretaacuterio-de-juventude-e-cidadania->>. Acesso em: 23 de set. de 2023.
- RODRÍGUEZ, Rafael. **Saiba tudo sobre o Pacto Global para Migração**. 2018. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2018/12/1650601>>. Acesso em: 17 de jul. de 2023.
- SANT'ANA, Paulo Gustavo lansen de. **Migração e Refúgio: convergências e contradições entre as políticas implementadas pelo Brasil no Século XXI**. Fundação Alexandre Gusmão, 2022.
- SIMIONI, Rafael Lazzarotto, VEDOVATO, Luis Renato. A migração fronteiriça no Brasil: os desafios da nova Lei de Migração, vetos e regulamento. In: BAENINGER, R.; CANALES, A. (Coord.). **Migrações fronteiriças**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo/Unicamp, 2018.
- RUSEISHVILI, Svetlana e FERNANDES, Caio. “Brazilian Migration Regime and Differential Control of International Mobility during the COVID-19 Pandemic”. In: **Revue Européenne des Migrations Internationales**. Poitiers: Université de Poitiers, 2022. Vol. 38.
- SOARES, Weber. “A emigração valadareense à luz dos fundamentos teóricos de análise de redes sociais”. In: MARTES, Ana Cristina B.; FLEISCHER, Soraya (Orgs.). **Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais**. São Paulo: Paz e Terra, 2003
- TEIXEIRA, Matheus. **Refugiados e imigrantes em vulnerabilidade têm oportunidades na UEM**. Maringá, 27 de ago. de 2023. Disponível em: <https://noticias.uem.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26016:refugiados-e-imigrantes-em-vulnerabilidade-tem-opportunidades-na-uem&catid=986:pagina-central&Itemid=211>. Acesso em: 27 de nov. de 2023.
- UN. **Mundo registrou cerca de 281 milhões de migrantes internacionais no ano passado**. [S.l.]. Disponível em: <news.un.org/pt/story/2021/12/1772272>. Acesso em 07 de jun. de 2023.

UN Migration. **Global Compact for Migration**. [S.l.]. Disponível em: <iom.int/global-compact-migration>. Acesso em: 09 de jul. de 2023.

UNHCR. **Global Trends: Forced Displacement in 2022**. Disponível em: <global-trends-report-2022.pdf>. Acesso em: 05 de jul. de 2023.

ZENHA, Luciana. **Redes sociais online**: o que são as redes sociais e como se organizam? Caderno de Educação, 2017.

RESUMO

O presente artigo trata dos direitos humanos das pessoas na condição de migrantes, como previsto nos tratados internacionais, bem como nas leis pátrias, em especial a Lei n.13445 de 24 de maio de 2017 (Nova Lei de Migração). Considerando que Maringá é um município polo de atração de pessoas migrantes, pergunta-se em que medida o município paranaense tem desenvolvido projetos, políticas e leis para atendimento das normativas em vigor. Por meio do método dedutivo, trata, em primeiro lugar, sobre as normativas internacionais e nacionais aplicadas aos migrantes e refugiados. Após a fundamentação teórica e jurídica sobre o tema, analisa a necessidade da consolidação de uma cidadania cosmopolita, verifica a importância da rede na vida dessas populações e apresenta a estrutura disponível no Município de Maringá para os imigrantes que aqui chegam, verificando que a cidade tem efetivamente buscado atender as normativas em vigor, por meio de projetos e políticas de integração e acolhimento dessas populações.

Palavras-chaves: Migração; Cidadania; Maringá; Rede.

ABSTRACT

This article deals with the human rights of people in the status of migrants granted in international treaties, as well as in national laws, in particular Law n. 13.445 of May 24th, 2017 (New Migration Law). Considering that Maringá is a city that attracts migrant people, the question arises to what extent this city of Paraná has developed projects, policies and laws to comply with current regulations. Using the deductive method, it will first address the international and national regulations applied to migrants. After the theoretical and legal foundation on the topic, it analyses the need for the consolidation of a cosmopolitan citizenship, verifies the importance of the network in the lives of these populations and presents the structure available in the Municipality of Maringá for immigrants who arrive here. At the end, it was possible to verify that the city has effectively sought to comply with current regulations, through projects and policies to integrate and welcome these populations.

Keywords: Migration; Citizenship; Maringá; Network.

Vulnerabilidade, migrações e resiliência - história da família Marques no Vale do Jequitinhonha (Estudo de caso)

*Márlio Lourenço Fernandes**

1 INTRODUÇÃO

A família Marques compõe a comunidade do vale do Ribeirão da Cachoeira e vive o emaranhado das questões que abordamos ao longo da tese intitulada “Da vulnerabilidade à dominação: modernização, mudança climática, migração, precarização do trabalho e desagregação familiar da população rural do Vale do Jequitinhonha, Brasil (2002).¹ Descrita por uma interlocutora privilegiada, L. Marques, uma das filhas da senhora Marques, a história dessa família é reveladora da vulnerabilidade social mas, também, da resiliência de famílias camponesas e suas lutas por sobrevivência no Vale do Jequitinhonha. Parte dessas lutas e resiliências se expressam, paradoxalmente, no paradigma da migração contemporânea no Vale do Jequitinhonha.

2 FAMÍLIA MARQUES, VULNERABILIDADE SOCIAL, SONHOS, MIGRAÇÕES E INCERTEZAS

O riacho da comunidade deságua cerca de seis quilômetros abaixo no rio Setúbal, nas proximidades do povoado mais próximo, Vargem do Setúbal, no município de Chapada do Norte, região predominantemente povoada por descendentes de escravos africanos. No Ribeirão da Cachoeira não é possível identificar hoje em dia traços importantes da antiga atividade mineradora no solo e nos depoimentos recolhidos. Tampouco permanecem em prática no local os artesanatos tradicionais de base, tais como o trabalho em couro ou a cestaria, que ainda ocorrem em outros pontos do município de Chapada do Norte. Além disso, é virtualmente inexistente na atualidade o cultivo de roças

* Doutor em Sociologia pela Universidade Sorbonne Nouvelle.

e hortas voltadas para gerar os poucos excedentes de produção agrícola destinados ao comércio informal das feiras livres realizadas aos sábados nas cidades ou lugarejos vizinhos maiores, tal como o de Cruzinha.

A reportagem “Vale do Jequitinhonha, uma terra em desenvolvimento”² atenta para o fato de que os índices oficiais, que medem o tamanho da economia do Jequitinhonha no contexto do estado de Minas, desconsideram a importância das feiras de sábado e outras formas de produção e consumo regionais para a sobrevivência das comunidades camponesas remanescentes e para a saúde da atividade comercial das pequenas cidades do vale. Em certo sentido, a comunidade estudada é mais carente do que outras do município, onde o lucro obtido no pequeno comércio de objetos manufaturados, de alimentos *in natura* ou processados artesanalmente, fornece uma renda limitada, mas segura, derivada principalmente do trabalho das mulheres e idosos que não migram ou não migram mais em busca de trabalho remunerado. O produto comercial típico de Ribeirão da Cachoeira é o gado bovino: compra e venda de bezerras e novilhos para engorda ou bois para corte. A pecuária leiteira se desenvolve em volume bem pequeno, não chegando, muitas vezes, a suprir as necessidades de consumo das famílias locais. A reprodução de cavalos e muaras para uso em manejo da criação, transporte ou mesmo diversão, embora possa proporcionar estreitas margens de lucro em trocas restritas, na maioria das vezes, à localidade, não constitui atividade regular como a pequena pecuária bovina.

A família Marques reflete muito bem o quadro histórico, racial, cultural e econômico da comunidade Ribeirão da Cachoeira. Dona L. Marques tem 64 anos, é mãe de nove filhos e 14 netos, um deles criado como filho, hoje um rapaz de 18 anos. Seu esposo, J. Marques, faleceu aos 48 anos, três décadas atrás, principalmente em virtude da lenta progressão da doença de Chagas³ que se instalou em seu coração. O mal teria sido agravado pela enorme soma de esforços exigidos durante as longas temporadas de trabalho no corte de cana-de-açúcar que o marido passou nas “usinas” de açúcar e etanol da chamada região centro-sul do Brasil, principalmente no interior do estado de São Paulo. Quando não aguentou mais o trabalho, como dizem: “a usina aposentou”. Pouco tempo depois, ele morreu, deixando muitos filhos pequenos aos cuidados da esposa e dos mais velhos, então jovens e solteiros. O exemplo é curioso, pois deixa entrever a crença popular de que são os industriais da cana que “encostam” o trabalhador por doença ou invalidez, a sugerir que a empresa, e não o Estado, é responsável por todo o processo de regulamentação ou mesmo cobre os custos dos “aposentados” precoces ou de seguridade social dos seus empregados. Essa crença é bastante útil às grandes firmas, porque cria na mente dos subordinados a imagem de que os latifundiários são provedores e benevolentes.

Dona L. Marques relata que ficou órfã muito menina. Ela e os irmãos foram acolhidos pela família de um pequeno fazendeiro em ascensão socioeconômica na área de Vargem do Setúbal que. Em face do falecimento dos seus pais, tal fazendeiro “pegou as crianças pra criar”. Dona L. Marques relata que tiveram uma infância e juventude de muito trabalho e mínima recompensa, vivendo efetivamente mais como escravos da fazenda do que como filhos da casa. Vestiam-se, na lida do roçado ou na doméstica, com roupas feitas do tecido grosseiro de sacos de farinha alvejados e costurados à mão.

A viúva de J. Marques vive o drama anual da chegada e partida dos filhos migrantes, numa sequência daqueles tempos em que o marido também migrava durante as temporadas do corte da cana em São Paulo. O quadro dessa família oferece um mosaico interessante da variedade de estratégias de sobrevivência de que as novas gerações estão lançando mão, na medida em que o modo de vida tradicional camponês vai perdendo sentido em ambiente crescentemente influenciado pelos meios carentes e pela cultura capitalista.

M. Marques, o filho mais velho, também trabalhou por muitos anos nas colheitas da cana em Taquaritinga, Guararapes e outras cidades do interior de São Paulo, no rastro de conhecidos da Vargem do Setúbal, do povoado de Cruzinha ou mesmo de companheiros e parentes da comunidade do Ribeirão da Cachoeira. Acontece que ele também carrega o mal incurável que vitimou seu pai, a doença de chagas. M. Marques representa, talvez, a última geração atingida pela moléstia, hoje praticamente erradicada nos sertões brasileiros, devido às informações públicas que geraram mudanças nas formas de construção, de modo a evitar o abrigo do inseto *Triatoma infestans*, conhecido popularmente como “barbeiro”, que é vetor do protozoário *Trypanosoma cruz*, causador da doença de chagas. Prova da eficácia da medida é que nenhum de seus irmãos, irmãs e conterrâneos mais jovens carregam o protozoário *no sangue*. Apesar disso, aos 48 anos, M. Marques não manifesta grandes problemas de ordem cardíaca e diz que não toma remédio para a doença de Chagas. A exemplo do pai, a vida forte de trabalhador da roça talvez ainda o proteja contra os efeitos mais danosos da enfermidade. Ele cuida de umas poucas cabeças de gado, criadas mais ou menos à solta, em sua pequena gleba de terra. Tem seus pastos plantados no planalto, mas depende também daquilo que as vacas podem extrair do meio do mato vagando pelas abruptas encostas do vale durante o curto período das chuvas. Os lucros com a pequena e precária atividade não são suficientes para cuidar de si e da família no local, mas defendem-se como podem com a base econômica do salário mínimo mensal, à época em torno de mil reais (cerca de 150 euros), que ele e a segunda esposa recebem, cada um, a

título de aposentadorias pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Ele mesmo foi “encostado pela usina” por invalidez, uma vez constatada a infecção, há cerca de 10 anos.

I. Marques (29)⁴ e J. Marques (38) seguem o padrão de migração tradicional para o corte da cana em São Paulo e Paraná, mas com diferentes arranjos e destinações. Em tempos recentes, ambos têm enfrentado dificuldades devido ao avanço dos meios de colheita mecânica no Sudeste, em São Paulo, em particular, o que vem extinguindo milhares de vagas de emprego no setor. No início de 2019 tentaram pela primeira vez a sorte nos canaviais do Rio de Janeiro, no entorno da cidade de Campos dos Goitacazes, onde parece que o ritmo da mecanização está mais lento. Essa busca de novos destinos é sintomática, significa que as soluções costumeiras do passado já não são suficientes para tantos que se acostumaram ao duro trabalho e não aprenderam novas profissões. J. Marques viveu por muitos anos em Guararapes, onde nasceu e se criou a esposa com quem teve dois filhos, um com seis, o outro com dois anos de idade à época da pesquisa para o presente texto, em 2019. O casal se separou há pouco mais de um ano e, em seguida, J. Marques esteve uns tempos “curtindo a vida” na terra natal, instalado na casa da mãe acolhedora, onde todos têm a sorte de encontrar, nos piores momentos, um doce refúgio. Por seu lado, I. Marques, nos últimos tempos, tem trabalhado com a cana na região de Cidade Gaúcha, no oeste do Paraná, mas não pretende fixar moradia em terra estrangeira. Implantou sua morada no planalto que separa o Ribeirão da Cachoeira e a Vargem do Setúbal, e a sua casa se tornou uma espécie de porta de entrada da comunidade. Nela permanecem a esposa, a enteada de 11 anos e as duas filhas, de quatro e um ano. A mulher, como tantas outras esposas de migrantes, cuida da casa e dos animais nos longos meses em que o esposo fica fora. Como os homens passam muito tempo ausentes, as mulheres são conhecidas, há muito tempo, como “viúvas de maridos vivos”. Elas se tornam chefes de família na ausência do marido.

R. Marques (40) também teve o mesmo destino dos mais velhos, sobretudo antes de formar a própria família, mas esteve trabalhando por cerca de uma década como motorista de ônibus escolares para a prefeitura de Capelinha, município próximo a Minas Novas, localizado no Alto Jequitinhonha. Mas andava insatisfeito com o valor dos salários. Sem chances de progresso material e estagnado na carreira, no ano passado decidiu retornar ao corte da cana, indo encontrar I. Marques em Cidade Gaúcha-PR. Em março de 2019, porém, convidou seu filho moço, L. Marques (18), e ambos se juntaram aos irmãos I. e J. Marques e foram todos tentar a sorte em Campos dos Goitacazes.

Capelinha vem se tornando a cidade mais próspera da região, em virtude, basicamente, do crescimento das fazendas monocultoras de eucaliptos que vêm surgindo na vigência da grande “*plantation*” implantada nos anos 1970 pela Acesita Florestal S.A. com vistas a fornecer de combustível as siderúrgicas do Vale do Rio Doce, a 200 km ao sul. Ocorreu também, mais recentemente, no município, o desenvolvimento da cultura comercial do café, bem adaptada à geografia local, de planaltos e vales elevados. Para colher o café de Capelinha, os fazendeiros empregam especificamente a mão de obra das comunidades do entorno e a remuneração é baixa, como de praxe. Considerando o muito sacrifício e o pouco ganho, muitos não se sentem atraídos pela oportunidade, apesar da comodidade que é permanecer perto de casa. E assim se obrigam a viajar para mais longe.

O caçula da família, J. C. Marques (22), até o ano passado ainda não tinha deixado o Ribeirão da Cachoeira para longas temporadas de serviço contratado. É o protegido especial e ao mesmo tempo o guardião da mãe nos largos períodos em que todos estão fora e a casa se esvazia. Na lida do gado, não parece tão à vontade como o irmão mais velho, que foi para ele também como um pai, nascido e crescido como o pai deles de fato, na labuta ingrata, cavaleiros e vaqueiros de corpo e alma, os últimos da espécie. No início de 2019, ansioso para ver o mundo e ganhar seu próprio dinheiro, J.C. Marques resolveu migrar também e esteve empregado durante cerca de dois meses nos cafezais do Espírito Santo. Dificilmente teria suportado o corte da cana e a distância prolongada do Ribeirão da cachoeira, da casa, da mãe. Diferentemente dos irmãos, não se adaptou aos rigores e privações que caracterizam as colheitas nas grandes fazendas, de modo que, confessa ter padecido muito na primeira experiência e não pensa repeti-la, a não ser que seja forçado. Muitos amigos e parentes de J. C. Marques, mais ou menos da mesma idade, notadamente os do sexo masculino, enfrentam um grave problema na procura de novos campos de trabalho. Almejam salários mais compensadores em funções mais leves, mas não tiveram senão a base da educação formal ou técnica necessária para que possam atuar de forma minimamente competitiva nos ramos da indústria, do comércio ou dos serviços citadinos. As mulheres, relativamente, costumam se safar melhor, encontrando espaços em creches, escolas, lojas, fábricas, salões de cabeleireira e “casas de família”, onde vivem e trabalham como domésticas. Em geral, elas se dedicam mais aos estudos, buscando chances melhores no futuro. De todo modo, ambos os sexos não suportam física ou mentalmente os labores ancestrais, pesados e muito pouco rentáveis; tampouco foram forçados para encararem de peito aberto os grandes sacrifícios exigidos nos campos da agroindústria. A maioria menospreza os ofícios tradicionais, a que costuma associar o estilo de vida camponês pobre dos antigos, um

modo de viver que, conforme valores assimilados à cultura moderna, os jovens percebem como obsoleto e indigno. Assim, apartada das formas de sobrevivência ancestrais e despreparada para as formalidades, sutilezas e exigências de competitividade da cultura dos grandes centros industriais, a geração de J. C. Marques situa-se numa espécie de limbo social, onde imperam a insegurança e a angústia.

D. Marques (26) optou pelo ramo da construção civil. Atuando nos estados do Sul em obras públicas, como a implantação de bairros urbanos de “casas populares”, acabou assimilando na prática os rudimentos da arte a ponto de deixar o posto inferior de “ajudante de pedreiro”. Recentemente, esteve fora sem retornar para casa por cerca de três anos. Trabalhava num grande projeto na cidade paulista de Itatiba e, ao final, retornou com alguma poupança em dinheiro e um carro usado para se divertir. Por fim, quando o dinheiro escasseou, partiu, como os irmãos, no rumo novo das terras cariocas, mas a partir de contatos diversos que o levaram não à costa, mas a Teresópolis. Desde que está lá, não se tem mais notícias suas nem dos outros. Aos poucos o corpo se acostuma com as durezas do trabalho pesado e com as privações de coração. Todavia, os Marques estão com sorte ao menos nisso, em que trazem na alma o norte de um porto seguro, guardando laços fortes com o chão de onde vieram.

As “filhas mulheres” de Dona L. Marques formam um capítulo à parte. A mais velha, M. Marques (44), casou-se jovem e teve cinco filhos do sexo masculino. Os dois maiores já passaram dos 20 anos e migraram de forma permanente para o Paraná, onde conseguiram avançar nos estudos e encontrar trabalho no ramo dos serviços, a custo, sobretudo, dos contatos estabelecidos no seio da “família evangélica” a que pertencem, da Congregação de Jesus, disseminada por todo o país e presente também na Vargem do Setúbal e arredores. Agora, quando voltam ao Ribeirão da Cachoeira, como da última vez, acompanhados dos amigos “crentes” paranaenses, é para passarem poucos dias e na perspectiva de quem já é mais estrangeiro e está “a passeio”. O pai deles, J. Marques (46), é primo da mãe, um criador de gado tradicional como os cunhados, porém mais hábil e caprichoso e, talvez por isso, pouco mais abastado. Depois de ter deixado a migração sazonal para o corte da cana alguns anos atrás, decidiu, também no começo de 2019, ir a um casamento promovido pelo “povo de Deus” a que os filhos se associaram no Sul, e a comunidade da igreja acabou lhe arranjando por lá um serviço provisório com que conseguiu fazer um pequeno “pé de meia”, bastante para que aumentasse em três ou quatro vezes seu plantel desde que voltou, no mês de julho.

L. Marques (27), a filha mais jovem, tem uma trajetória ilustrativa das mudanças do sistema educativo nos últimos anos nesses sertões. Fez o primeiro grau na escolinha municipal do Ribeirão da Cachoeira e quando

tinha 12 anos de idade foi trabalhar como “doméstica” de uma família pouco mais remediada do município de Virgem da Lapa que, como se depreende de seu relato, não poderia ser chamada de classe média pelos padrões financeiros e de comportamento das metrópoles. Os patrões se mostraram boa gente, uma sorte, pois nem sempre é assim. Eles e as amigas da jovem incentivaram e ela decidiu fazer o segundo grau após o expediente de trabalho. Tomava o ônibus diariamente para vencer os cerca de 30 km que separam a cidade do município vizinho, Araçuaí, um dos centros regionais do Médio Jequitinhonha, onde ela estudou. Depois do duro trabalho diário, assistia às aulas noturnas e chegava de volta muito tarde e esgotada. Mas conseguiu, a exemplo de tantas jovens como ela, sonhadoras, esforçadas. Com o diploma nas mãos, voltou para a região do Ribeirão da Cachoeira, onde trabalhou por uns tempos na escolinha local, como professora, e na creche do povoado próximo chamado Agrovila. Aproveitava o fim da jornada para fazer, via internet, no computador da creche, os expedientes e exames do ensino a distância, que lhe garantiram, após três anos, a graduação em Pedagogia por uma faculdade particular de São Paulo que estabeleceu um posto em Araçuaí, acompanhando o avanço dessas iniciativas por lugares do interior do Brasil que antes não puderam contar com escolas de nível superior. Nos fins de semana, ela e duas companheiras tinham que ir a Araçuaí, para aulas e provas presenciais, a mais de 100 km de distância, em carros fretados, com grande sacrifício. Foram necessários muito empenho e gastos monetários para que pudessem se formar. Algumas delas só chegaram ao objetivo fazendo dívidas que pagaram durante anos após a formatura. Depois que se viu graduada, achou que ia encontrar seu lugar no mundo na profissão que escolheu e para a qual acreditava estar destinada. Em pouco tempo teve que assumir que vivia uma ilusão. As prefeituras e o estado de Minas Gerais raramente abrem concursos para contratação permanente nos cargos de professora ou monitora de escola, e quando acontece a procura é grande e a é concorrência acirrada. Com a formação primária e secundária muito deficiente e uma faculdade feita de forma improvisada, justo para obter a titulação, L. Marques logo se viu frustrada e sem saída. As admissões provisórias, por meio de contrato, acontecem de forma periódica, mas nesse caso são necessários contatos certos, paciência, insistência, humilhações para mendigar uma vaga ao prefeito, secretários, vereadores ou outros “padrinhos políticos”. Ela tentou de tudo para se encaixar onde sonhava, mas seus esforços foram em vão. Esteve por cerca de seis meses trabalhando como atendente e arrumadeira de um pequeno hotel de Minas Novas, sem a “carteira assinada”. Recebia salário mensal abaixo do mínimo legal e “fazia de um tudo para receber uma miséria que mal dava para dividir o aluguel com minha irmã”. Depois disso, trabalhou em certo restaurante de Capelinha

onde o serviço era muito maior e mais pesado, mas a situação do registro legal e o nível de pagamento eram os mesmos do hotel. Buscando emprego formal, L. Marques obrigou-se, por fim, contra sua vontade, a migrar para o Sul, para longe da comunidade, da casa, da mãe, dos irmãos, dos sobrinhos queridos. Esteve, também, por duas semanas batendo às portas das fábricas de calçados de Nova Serrana, no centro do estado mineiro, mas as encontrou fechadas às suas pretensões. Acabou conseguindo uma vaga na indústria alimentícia de Extrema, último município mineiro antes da fronteira com São Paulo.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), embora continue em vigor, foi revogada em 2017. L. Marques agora podia se dedicar sem entraves legais à tarefa de ordenar bolos e biscoitos na linha de produção da Bauducco (empresa do setor de alimentação), das seis da tarde às seis da manhã, duas noites sim, duas não, o que implica estar ocupada uma ou duas vezes ao mês nos fins de semana. Finalmente, o registro apareceu na carteira de trabalho da moça. Mas a garantia de emprego é por três meses apenas, ou seja, ainda reinam a precariedade e a insegurança em sua vida profissional. Ganha 1.250,00 reais por mês e uma cesta básica a que perde direito se faltar ao expediente três vezes no período. Seu relato é um testemunho do sofrimento dos colegas que desmaiam pelo cansaço ou lutam contra o sono e o tédio das atividades repetitivas, de acidentes, fraturas, queimaduras, sem falar do enorme descarte de produtos que não se encaixam nos padrões comerciais, prática cotidiana da empresa que a deixa abismada, sabedora que é das dificuldades de sobrevivência de muita gente que não pode pagar pelo panetone da marca, exposto nas prateleiras dos supermercados da cidade.

G. Marques (32) tem um único filho, de 11 anos, que está criando praticamente sozinha. Separou-se do pai da criança há pouco mais de um ano. Antes, ele já não era muito presente, pois, a exemplo dos cunhados, passava a maior parte do ano fora, no corte da cana. Em Minas Novas, ela se obriga a estar, frequentemente, mudando de endereço, o que costuma ser prejudicial para seu pequeno negócio de cabeleireira, pois atende em casa e leva tempo até fidelizar as clientes dos bairros periféricos da cidade, onde o preço da locação é menor e as formalidades de contratação inexistentes. Só assim ela consegue se instalar e trabalhar. Entre o Natal e o final de janeiro, na época das férias escolares, leva o menino para Ribeirão da Cachoeira, onde se esbaldam nos cuidados da avó e na vida livre dos campos, nas festas e forrós de fim de semana. Em fevereiro, voltam as aulas, volta o isolamento, volta a vida de trabalho duro e dinheiro minguado.

A crescente instabilidade do regime de chuvas que caracteriza todo o norte de Minas Gerais, claro, impacta diretamente qualquer gênero de produção alimentar camponesa para autoprovisionamento e, especialmente,

para formar excedente comercializável. O povoado mais próximo, Vargem do Setúbal, como o nome indica, está situado em zona mais aberta, plana e úmida do que aquela ocupada pelos habitantes do Ribeirão da Cachoeira. O riachão que dá nome à comunidade do Ribeirão corre nos fundos de um vale afunilado, entre altas montanhas onde há muito menos espaço para a agricultura. No auge do período chuvoso, geralmente entre dezembro e março, é possível apreciar desde a estrada, ao chegar à Vargem, em longo trecho das margens do rio, antes de se alcançar o núcleo urbano mais denso, a presença, ali muito mais visível, das roças de pequenos sítiantes, principalmente plantações de milho. Elas são muito menores do que as do passado, e em geral insuficientes para sustentarem por todo o ano a criação doméstica de galinhas e porcos, mas em alguns casos ainda cumprem importante papel no sustento familiar.

Como tem acontecido por todo o Jequitinhonha, esse córrego grande, onde o fluxo permanente já foi considerável, há pelo menos 15 anos só tem algum tipo de água corrente durante o período das chuvas, que é muito curto no semiárido. Diante disso, a situação é crítica. Nessas cabeceiras íngremes, hoje em dia, após um temporal, a enxurrada se acumula rapidamente e de um minuto a outro se forma uma forte correnteza, podendo ocorrer enchentes também repentinas que destroem plantios ribeirinhos, canos de água potável, galinheiros e outras construções ou chegam mesmo a arrastar animais domésticos rio abaixo. Algumas reses de gado morrem, se ferem ou devem ser retiradas de atoleiros quilômetros abaixo de onde foram arrancadas. A maioria dos habitantes não arrisca edificar muito junto às margens. Passada a chuva, centenas de canais rochosos ainda despejam água no veio central por um tempo, mantendo o nível alto e o arrasto forte pelo período de algumas horas, até que o turbilhão vai cessando pouco a pouco, deixando, ao final, poças que não demoram a secar sob o sol forte que logo se instala. Há, porém, muitos jovens ainda na faixa dos 20 anos que se lembram bem de quando o riacho fluía ininterruptamente, mesmo durante os longos períodos de seca. Depois que os mananciais se esgotaram por completo, por cerca de cinco anos foi preciso cruzar o espigão que separa o vale do Ribeirão e as baixadas da Vargem para ir pegar água no leito do rio Setúbal que, por razões óbvias, vai também se estreitando ano após ano com o estancamento das fontes em todo o seu curso. A. Marques (27) conta como foi esse período de grandes dificuldades:

Eu, minha mãe, minha irmã, a gente andava uma légua, ia lá no Setúbal e voltava com as latas na cabeça todo esse trecho, imagina, e quando tinha muita lama aqui na

descida da estrada, tinha vez que a gente escorregava e batia a bunda no chão e derramava tudo e daí tinha que voltar pra trás e começar tudinho de novo, ó Deus, tem misericórdia! (A. MARQUES, 27)

Então, no ano de 2006, durante o governo de Luís Inácio da Silva, terminou a implantação do programa “Luz para Todos” no Ribeirão Cachoeira, e que também levou energia elétrica a um número considerável de comunidades do interior do Brasil. Com a eletricidade, ocorreu a dinamização de alguns pequenos empreendimentos locais. A dona de casa agora pode manter refrigerado o leite que ela mesma tira das vacas do plantel familiar, assim como o pequeno lote de queijos que produz durante a semana e que a vizinhança vem comprar na sua porta. O vendeiro já tem como fazer funcionar, a baixo custo, um freezer ou geladeira e armazenar carne e outros produtos perecíveis por mais tempo e ir vendendo aos poucos. Todas essas novas janelas de oportunidade, porém, até hoje, 13 anos após a chegada da “luz”, ainda não foram suficientes para mudar em sua essência o velho estado de coisas da pobreza sustentada, a não ser para um ou outro indivíduo que soube administrar melhor seu micronegócio, subindo um pequeno degrau na escala social. Desde então, não surgiram fortunas excepcionais ou sensíveis diferenças de status no nível das comunidades rurais. Todos, seja no Ribeirão da Cachoeira, seja na Vargem do Setúbal, tem um padrão de vida essencialmente semelhante, ao menos em termos financeiros, sem falar das diferenciações que dependem de prestígio político, de virtudes de liderança ou de posições institucionais muito raras, como, por exemplo, o pastor da Igreja Evangélica, de influência setorial crescente, considerando que os padres católicos comparecem muito ocasionalmente aos rincões da roça, sobretudo em datas especiais, e, em seguida, retornam à sede dos municípios, onde encontram mais conforto e um meio mais cosmopolita. A Igreja de Roma ainda conta com o peso do passado, mas existem as forças do presente e elas são tão ou mais poderosas. Amplo leque de cultos e templos protestantes se abre de forma muito mais espontânea que os católicos. Em geral, eles se organizam localmente, o que lhes dá mais agilidade, mais capilaridade, poder de penetração em sentido amplo, sobre os territórios e sobre as almas.

Fato é que a instalação da rede elétrica nesses grotes veio cumprir importante papel na fixação de muitas famílias em seus assentamentos de origem. O caso do Ribeirão da Cachoeira, nesse aspecto, é mais uma vez emblemático. O povo local nunca dispôs de água farta e cristalina, sequer nos tempos em que o riacho corria de forma contínua. Quando ele secou de vez, a necessidade que levou principalmente as mulheres a lavarem roupa no

rio, a quilômetros de distância, ou trazerem a água necessária para uso diário da casa em latas e baldes transportados na cabeça, passou a exigir tanto sacrifício que estava a ponto de fazer com que todos desistissem de vez de viver no lugar. Com a chegada da energia de uso fácil e relativamente barata, pouco a pouco o poder público e moradores associados foram financiando a abertura de poços artesianos em centenas de comunidades de toda a região. Se a nova tecnologia não foi capaz de oferecer, em muitos casos, água em abundância e de excelente qualidade, permitiu, bem ou mal, que ela chegasse por bombeamento ou gravidade às caixas instaladas na maior parte das moradias. Assim se deu também, a partir de 2006, no Ribeirão da Cachoeira. E esse talvez seja o principal motivo desse vale estreito e profundo não estar hoje totalmente deserto de pessoas. Por muitos meses, a paisagem de inverno dominante em todo o Jequitinhonha é a de completa *secura*, com a ocorrência de florestas de grota, densas, que se tornam um emaranhado de galhos esturricados durante a estiagem. No período de abundância, porém, que coincide com o retorno da maioria dos migrantes sazonais, o verde surge com força e volta a cobrir toda a paisagem. Nessas latitudes, dificilmente se passam dois ou mais verões sem chuvas, como costuma acontecer nos estados do Nordeste, mais para o interior da imensa zona árida. Sendo assim, desde outubro ou novembro até abril ou maio, no Ribeirão da Cachoeira, os vaqueiros que cuidaram bem de seus pastos agasalham uma esperança razoável de engordar o gado da estação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da família Marques revela a complexidade da vida no Vale do Jequitinhonha, destacando a interseção entre migração, precarização do trabalho e a vulnerabilidade enfrentada pelas comunidades rurais. A trajetória de Dona L. Marques, seu marido, seus filhos e filhas migrantes exemplifica os desafios impostos pela economia moderna e as condições de saúde deterioradas pelos trabalhos nas usinas de cana-de-açúcar. Eles enfrentam as adversidades da vida como migrantes que procuram resistir e se adaptar à modernização da agricultura e às mudanças climáticas. Além disso, a instabilidade climática e a luta por recursos hídricos refletem as dificuldades da agricultura familiar. A chegada da energia elétrica e a perfuração de poços artesianos foram marcos importantes para a permanência das famílias na região, permitindo uma adaptação às novas realidades. Essa história evidencia não apenas a resiliência, mas também as estratégias de sobrevivência de uma comunidade que resiste às transformações externas, mantendo suas tradições enquanto busca alternativas para um futuro incerto.

Foto 1 – Casa de L. Marques na época das chuvas (janeiro 2019).



Créditos: Reinaldo Moreira

Foto 2 - Casa de L. Marques na época da seca. Ao fundo do vale, o leito de “lajedos” expostos do Ribeirão da Cachoeira.



Créditos: Reinaldo Moreira.

NOTAS

¹ A síntese da tese foi publicada na revista *Travessia* v. 1 n. 98 (2024).

² Vale do Jequitinhonha, uma terra em desenvolvimento | Cidades (brasildefatomg.com.br)

³ O Vale do Jequitinhonha é conhecido por ter sido uma região com alta transmissão da doença de Chagas.

⁴ Doravante, a idade das pessoas citadas será informada com números entre parênteses.

RESUMO

A história da família Marques ilustra os desafios enfrentados pelas comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha, que lidam com a precarização do trabalho, a migração sazonal e os efeitos das mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, enfrentam dificuldades como a irregularidade das chuvas e a falta de água, que impactam a agricultura familiar. A chegada da eletricidade e a perfuração de poços artesianos trouxeram melhorias limitadas, permitindo a sobrevivência no campo, mas sem alterar significativamente as condições de vida. A história dos Marques reflete a luta pela adaptação e sobrevivência de uma comunidade que resiste à modernização, mantendo suas tradições e enfrentando um futuro incerto. Essa narrativa não é apenas um testemunho da resiliência, mas também um reflexo das tensões entre a tradição e a modernidade, e as alternativas de sobrevivência que as famílias precisam criar para permanecer no lugar que consideram seu lar. O texto é um retrato das dificuldades enfrentadas por muitas comunidades da região, que combinam questões históricas, econômicas e de saúde em um cenário de grande vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Família Marques; Vulnerabilidade social; resiliência, mudanças climáticas

RÉSUMÉ

L'histoire de la famille Marques illustre les difficultés auxquelles sont confrontées les communautés rurales de la vallée de Jequitinhonha, qui doivent faire face à la précarité de l'emploi, aux migrations saisonnières et aux effets du changement climatique. Dans le même temps, elles sont confrontées à des difficultés telles que l'irrégularité des précipitations et le manque d'eau, qui ont un impact sur l'agriculture familiale. Si l'arrivée de l'électricité et le forage de puits artésiens ont apporté des améliorations limitées permettant de survivre à la campagne, elles n'ont pas modifié de manière significative les conditions de vie. L'histoire des Marques reflète la lutte d'une communauté pour s'adapter et survivre, tout en résistant à la modernisation, en maintenant ses traditions et en faisant face à un avenir incertain. Ce récit témoigne non seulement de la résilience de cette communauté, mais aussi des tensions entre tradition et modernité, et des alternatives de survie que les familles doivent créer pour rester dans l'endroit qu'elles considèrent comme leur maison. Le texte est un portrait des difficultés rencontrées par de nombreuses communautés de la région, qui combinent des enjeux historiques, économiques et sanitaires dans un contexte de grande vulnérabilité sociale.

Mots-clés: Famille Marques; Vulnérabilité sociale; résilience, changement climatique

Por amor aos *Chilaquiles*: sobre aterrar-se sendo estrangeira

*Julia Ferreira Scavitti**

A primeira vez que experimentei *chilaquiles* estava no México para torná-lo meu país. Não conheci esse prato na primeira viagem que fiz para lá de bicicleta em 2019, quando confesso voltei cansada do cheiro de *tortillas* recém feitas que ficava impregnado no ar de qualquer rua, em qualquer cidade, nas primeiras horas da manhã. Não pude entender, vivendo como turista, quão importante é a *tortilla de maíz* para a cultura mexicana.

No início de 2020, me mudei para San Luís Potosí, na região central do México, para realizar um doutorado em ciências humanas. Nas primeiras semanas na nova casa, escrevi no diário: “Notas cotidianas: ser *extranjera*: Hoje eu gostaria de escrever um poema. Um poema que soltasse do peito de uma vez por todas a dor insuportável que hoje eu senti, e que ontem, e que antes de ontem... Queria rasgar essa pele e por entre todos os ossos puxá-la dali, essa dor... Não sou poeta. Amo a poesia, ela me salva. Mas não sou poeta. Escrevo, pois essa foi a melhor maneira como aprendi a fazer para me expressar. Pela palavra, quase sempre, consigo contar o que eu sinto e acho. Mas aqui, na barreira da língua, às vezes me faltam palavras: das pequenas, das grandes. Das complexas, das banais. Os verbos, os pronomes, as preposições. Aqui também me faltam algumas coisas que, em momentos como o de hoje, ecoam violentamente em minha cabeça como que a me lembrar o tempo todo o quão longe estamos, ou o quão louco somos. Estou com saudade, às vezes sinto medo”.

Como aprenderia durante os três anos seguintes, sentimentos de tristeza, medo, saudade e incerteza sobre “estar no lugar certo” não eram a exceção, e me atravessariam inúmeras vezes, não tendo melhorado ou piorado de forma linear. Em algum ponto da jornada no “exterior”, entendi que a condição de *extranjería* é, sobretudo, essa relação de estranhamento, entre diferentes identidades, em diferentes territórios, provocando formas de afastamento, desconfiança e conexões afetivas. Quando chegava aos lugares, havia o exotismo e diferenças que levantavam curiosidades e suspeitas em relação a

* Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Latino-americanos em território, cultura e sociedade pela Universidad Autónoma de San Luis Potosí, México.

mim. A nacionalidade se traduzia na possibilidade de que eu sempre poderia “ir embora” ou “voltar para o Brasil”, aspectos que me colocavam em um hiato entre o acolhimento e o rechaço.

A filósofa Donatella Di Cesare em *Estrangeiros residentes*, de 2020, refletindo sobre os diferentes sentidos do conceito, afirma que quando uma pessoa estrangeira é interpelada com a pergunta “de onde você é?”, é comum que antes que ela responda, escute: “você não é daqui”. Para ela, “Nessas palavras, aparentemente banais, está implícita uma condenação que cola no estrangeiro uma negatividade irredimível (...)” (p. 183). É como dizer (e foi como escutar): “*você não pertence, você não existe*”. Na condição de ambiguidade, a pessoa estrangeira é sempre um externo visto de dentro, esse *de lá que não é aqui*, onde sabe-se lá o que aconteceu antes. Mas, sendo a ambiguidade uma faca de dois gumes, aquilo que é estranho só o é porque há algo que é familiar, sendo inexoravelmente correlatos (Di Cesare, 2020, p. 206).

Há nuances na *extranjería* entre a pessoa que decide ficar, faz assentamento e se torna imigrante, e a pessoa que está só de visita. Entre elas, há uma diferença de energia aplicada no aterramento, na relação que se estabelece com o lugar e suas pessoas. Em todas as vezes em que eu me mudei de casa e me organizei para aquilo como algo novo, foi preciso implicar-me energeticamente nesse aterramento. Fiz planejamentos, malas, decisões e levantei informações estratégicas. Me despedi, chorei, senti saudade prévia e pensei que ia morrer, porque poderia não mais voltar, e porque parecia sempre ficar alguma coisa para trás no lugar de onde eu partia. Elaboradas em lutos, as mudanças e partidas depois de chegar iam ganhando outras cores, e as experiências se tornavam memórias a me compor, e histórias a se compartilhar.

Quando migramos a um território, buscamos nos apropriar de todos os aspectos culturais, políticos e geográficos que podem nos propiciar relações de vínculo. Como sujeitos sociais e criativos, vamos nos compondo daquilo que gostamos, (re)construindo nossas identidades enquanto nos incorporamos ao contexto. Criamos caminhos, rotinas, conhecemos pessoas com as quais cruzamos sempre, buscando lugares preferidos para o café, a cerveja, o mercado com melhores preços, o lugar mais confiável para consertar a bicicleta. Percorrendo e criando raízes, nos apropriamos do território tornando-o nosso, e assumindo que pertencemos àquele lugar. “*Você não é daqui, né?*” Ouvia muito. “Não sou”, respondia, “mas eu vivo aqui”.

Encontrei meus *sopes*¹ prediletos, conhecia o som dos ônibus que saem da Alameda todos os dias, o problema dos grandes buracos nas ruas do centro, o delicioso cheiro dos tacos de rua *al pastor*, as exóticas *miceladas*

de litro, e a falta de capacidade de escoamento de água em dias de chuva, causando inundações e caos nas ruas da cidade.

Ao se viver num lugar *novo*, a dinâmica da vida, dos sentimentos e desejos humanos demanda que a gente crie conexões, contatos e relações e, pouco a pouco, vá costurando reconhecimento entre si e o lugar em que se está. É nessa relação que também podemos forjar o pertencimento àquele lugar como lar.

Em 2007, em um artigo, o geógrafo Rogério Haesbaert sintetizou uma definição do ser humano: “(...) o homem é um ‘animal territorial’” (p. 20). Ademais, na relação com o espaço, os seres humanos estabelecem ações e dinâmicas que podem ser chamadas “processos de territorialização”, complexos e contínuos ao longo de toda a vida. O geógrafo francês Henri Lefebvre, lido por Haesbaert, fala em “apropriação do território” num sentido simbólico: a dimensão da relação com o espaço que carrega marcas do “vivido” (p. 21), valorizando a experiência humana.

Quando fui morar no México, cheguei movida pelo deslumbramento, de coração disposto e encantada pelas possibilidades que a vida apresentava. É um país muito louco para a comida, numa gigante diversidade que contempla as mesmas bases de ingredientes, e incontáveis possibilidades de combinações deles, dos diferentes métodos de preparo possíveis para cada um, de quais condimentos e especiarias são usadas e da montagem do prato de conjunto, além ainda dos mesmos ou diferentes nomes que se dão para as mesmas ou diferentes coisas... Uma verdadeira festa da gastronomia, infinita e *muy, muy rica*.

Como amante da arte de comer e fã de ter rituais e lugares simbólicos, no meio do diverso menu mexicano, encontrei a melhor comida mexicana do mundo, dessas que aquece o coração com amor, e que até hoje carrego no peito como uma genuína saudade: os *chilaquiles*, um prato a base de *tortilla* na forma de *totopos*, de infinitas formas de preparo, a depender da região ou restaurante em que você está. Na língua espanhola, *tortillas* nomeiam tipos diferentes de preparo, a depender do território. No México, elas são pequenos discos de espessura fina de massa de farinha de milho, em diferentes texturas².

No preparo artesanal, para se tornarem discos que serão assados numa superfície plana e quente, as bolas de massa crua são batidas entre as duas mãos de um lado para o outro rapidamente. Em barracas de rua e mercados, é muito comum ver esse preparo ser realizado na hora, evidenciando a destreza com que as mulheres-fazedoras-de-*tortillas* movimentam a massa entre as mãos e checam com as pontas dos dedos e palmas das mãos os discos que já estão assando. Uma poesia performada para os olhos.

O milho, ou *maíz*, é um elemento central na relação da sociedade mexicana com o território, envolvendo aspectos culturais e orgânicos, principalmente entre as populações originárias mexicanas. Há relatos de que a criação dos seres humanos ocorreu a partir do milho, como os contados no *Popol Vuh* e no *Ollin Tonatiuh*, registros documentais da cultura e vida maia. Foi não só matéria prima, como também o primeiro alimento entregue pelos deuses aos seres humanos para garantir sua existência. Os astecas, por exemplo, povo localizado na região centro-norte do país, possuem até uma divindade do milho, chamado *Cintéotl*.

A cidade onde vivi, de nome original *Real de San Luis Minas del Potosí*, foi fundada em 3 de novembro de 1592, em uma região com ampla atuação da Igreja Católica que confrontou e expulsou povos originários como os *Guachichil*, que se opuseram ferozmente ao assentamento colonial. O forte potencial de mineração de ouro e prata atraía os interesses coloniais. A colonização se materializou na arquitetura do centro, com seus casarões coloniais de jardins de inverno e colunas cilíndricas, grandes igrejas pontudas e detalhadas e ruas de paralelepípedos.

Vivi em uma casa localizada num centro histórico de uma cidade pela primeira vez ali, e podia sentir o caos da presença intensa das pessoas nas ruas estreitas daquele lugar. E foi perto da *Casa Lerdo*, como a chamávamos, num restaurante de esquina, pintado de grafites coloridos de uma mulher indígena, vegetação e animais, que descobri uma comida que serviu como alimento de alma. Em um toldo verde escuro se podia ler em letras brancas: comida *Huasteca*³, *Café Teenek*⁴.

O restaurante era mais um como vários outros na cidade: um lugar pequeno, de aspecto improvisado, com a cozinha e as mesas, de madeira, separadas por um rústico balcão de tijolos aparentes e os exemplares das bebidas disponíveis enfileirados. As paredes, amarela e vermelha, com uma tinta antiga e descascada, decoradas com quadros aleatórios: temas indígenas, Frida Kahlo, paisagens, uma lousa de avisos, uma cabeça de esqueleto de algum animal com chifres.

Demorei para entrar ali porque, embora curiosa, me faltava coragem e sobrava vergonha – dessas de chegar a um lugar desconhecido sendo uma desconhecida. Um domingo de manhã resolvi testar. Cruzei as portas de vidro e cumprimentei as duas cozinheiras detrás do balcão – uma senhora de traços indígenas, estatura baixa, pequenos óculos redondos e cabelos pretos, lisos e longos; e uma senhora loira, com os cabelos apertados em formato de um longo rabo de cavalo, magra, de nariz afilado e rosto de ave atenta. Havia ainda dois homens – um rapaz mais jovem, de pele muito branca, estatura média, inquisitivo olhar de olhos azuis e um senhor gordo, de sorriso simpático, bigode avantajado e pele cor de avelã. Recebi um leve cumprimento despretensioso de todos, e me sentei.

Pedi meus chilaquiles acompanhados de um café de *olla*⁵. O cheiro do preparo e a fumaça quente que subia das panelas e fogão foram tomando conta do espaço, criando um ambiente de expectativas. Estava sozinha no salão e era bem cedo, talvez a primeira cliente do dia. O senhor me trouxe a comida numa bonita e rústica louça de barro, decorada com pinturas de flores coloridas e com o nome do local grafado nas xícaras, fundas como caldeirões em miniatura. Lembro que, ao olhar pela primeira vez o prato e escutar o senhor dizer “*provecho*”, fui inundada por uma alegria gerada pela harmonia da obra de arte culinária que se apresentava diante de mim me dando boas-vindas.

Na primeira garfada, senti que, além de especialmente crocantes e macios, os *chilaquiles* também eram particularmente picantes. Mas, ao contrário de querer abandonar o prato, o complemento do feijão, tão bem temperado, e do café doce e quente, ajudavam a transformar o picante da *salsa roja* numa experiência sensitiva explosiva, me fazendo sentir cada vez mais feliz e realizada. Ali, com aquele rico café da manhã, suspirei e pensei que definitivamente tinha encontrado os melhores *chilaquiles* que já tinha comido, e fui embora satisfeita.

Provei desse prato em Chiapas, Querétaro, Cidade do México, Jalisco, Guadalajara, Colima, Nayarit e San Luís Potosí. Em que pese a imensa variedade, pode-se dizer que os *chilaquiles* – e se fala sempre assim no plural: *vamos por unos chilaquiles* ou *voy a querer los chilaquiles*, levam dois essenciais ingredientes: a *tortilla*, frita na forma de *totopos* e *salsa*, isto é, o molho.

Há versões sobre a origem do nome que o conectam ao idioma indígena *náhuatl*, numa junção de *chilli*, que significa “pimenta”, e *aquilli*, que significa “metido em”, formando algo como: uma coisa “metida em” pimenta e *salsa*, realmente uma boa definição do que é o prato em sua essência. Um suposto registro mais antigo de menção aos *chilaquiles* é de 1821, em um livro de receitas mexicano.

Por sua vez, os *totopos* são as *tortillas* normalmente do dia anterior, cortadas em pedaços triangulares, retangulares ou sem forma exata. Isso, aliás, é uma das sacadas importantes já que se trata de aproveitar um ingrediente amplamente consumido nos lares mexicanos na sua máxima potência e evitar desperdícios. Assim, esses pedaços de *tortillas* são fritos em óleo quente até chegar na consistência desejada para que passem a ser *totopos*, que por fim são literalmente banhados no molho.

Eles podem ser acompanhados de uma série de coisas como *crema* (algo que lembra, mas é absolutamente diferente do requeijão, de toque mais ácido e líquido), queijo, feijão em diferentes texturas, cebola, abacate, ovos e carnes. Em geral, o queijo é um toque de finalização, fresco ou derretido e

de diferentes tipos, e deve vir por cima de tudo. Aprendi com minha antiga *roomie*, que cozinha muito bem, que o feijão é *refrito* (exatamente assim em espanhol), o que significa aquecido e macerado na frigideira, para chegar numa consistência mais cremosa. Os ovos, presença bastante consensual, podem vir de diferentes maneiras – *revueltos o estrellados*, mexidos ou fritos, com gema mole ou dura. Um ou dois.

O outro ingrediente central e que envolve todo um processo a parte é a *salsa*. Longe de ser só um adereço ou acompanhamento, é a segunda protagonista do prato. Deve ser fresca, preparada especialmente para ele. Para banhar os *totopos*, a *salsa* deve estar quente, e o restante da montagem deve ser feito rápido. Há um “tempo perfeito” da preparação, crucial nos *chilaquiles*, pois o ideal é que os *totopos* não cheguem murchos por estarem no molho. Assim era como chegavam os melhores pratos de *chilaquiles* às tantas mesas em que pude me sentar: com os vapores dos pratos subindo em direção ao teto, em contraste com a luz entrando pelas janelas da manhã que se inicia.

Em 1571 o missioneiro franciscano Alonso de Molina mencionou em seu texto *Vocabulario en Lengua Castellana y Mexicana*, uma definição de “*salsa de chile*” como algo muito típico entre os povos originários, que comumente a chamavam de *chimulli (salsa de chile)*. Se prepara com água, tomates e *chiles*, além de ervas frescas e especiarias. A pimenta, como aprendi quando sentia o peculiar cheiro defumando a casa, é aquecida diretamente na boca do fogão, para ser triturada no liquidificador com os outros ingredientes.

O molho dos *chilaquiles* pode ser verde ou *rojo* (vermelho), *picar* ou não *picar*, isto é, ser apimentado ou não. Ainda que a tolerância à intensidade da picância de uma comida seja algo subjetivo, no México as pessoas parecem mais acostumadas à presença da pimenta e da *picância* na alimentação de diferentes formas. A *salsa* tem seu protocolo específico, de que é preciso sempre estar presente na mesa, e o aroma de um ambiente em que se constrói uma *salsa* é uma das mágicas mais bonitas da cozinha mexicana.

Em Café Teenek os *totopos* nunca eram exatamente triangulares, e a textura deles ficava no limiar perfeito entre crocante e macia. O molho era marcante, forte e sempre bastante apimentado. Os *totopos* não ficavam imersos num molho aguado, mas incorporavam a *salsa* que era densa, sem encharcar a massa frita. Nos dias de ressaca, amanhecer e ir buscar *chilaquiles* em Teenek era o incentivo para se iniciar a manhã e curar a *cruda*. De arrancar lágrimas, talvez a ardência da comida apimentada é a nossa cura porque faz a gente se desaguar.

Depois da primeira vez que estive no restaurante, passei a voltar ao menos uma vez por semana, em geral aos domingos. Chegava mais cedo do que o horário do *desayuno* mexicano, cumprimentava as senhoras, os

senhores, escolhia uma mesa e me sentava. Cheguei a levar amigos ali, lhes dizendo que precisava apresentar o lugar onde havia os melhores *chilaquiles* da minha vida – o que não era assim, estatisticamente algo expressivo, já que a maior parte do tempo de vida que eu tenho passou sem que eu soubesse que eles existiam.

Mas havia um não pertencimento que pairava no ar quando ia ao restaurante. Em que pese a evidente fascinação que os *chilaquiles* exerciam em mim, e minha regular frequência entre comer ali e levar pra viagem, e apesar da expectativa e familiaridade com que percorria o trajeto de casa ao restaurante e de volta à casa, tocada por aquela comida, sentia relutância em estar naquele espaço. Parecia que havia uma barreira entre nós, principalmente com as cozinheiras. Não tinha a expectativa de uma relação de amizade com elas, mas queria que elas soubessem que o gesto de frequentar aquele lugar e comer a comida preparada por elas era, para mim, um desses pequenos vínculos que fazemos enquanto estrangeiros nessa nova terra, um tijolo da morada de afeto que me ajudava a construir meu pertencimento àquele lugar.

Um dia, logo que voltei de uma viagem de férias ao Brasil, corri para buscar *chilaquiles*. Quando cheguei ao restaurante, o lugar estava muito cheio e resolvi pedir para viagem. Me aproximei do balcão da cozinha, disse oi às cozinheiras, que me cumprimentaram de volta, e pedi. Enquanto esperava, me inflei de coragem e decidi me confessar a elas, e comentei que havia acabado de voltar do Brasil e sentido falta daquela comida que, com certeza, eram os melhores *chilaquiles* que eu já tinha comido no México. As senhoras me ouviram com atenção, mas sempre ocupadas no seu trabalho de alquimistas. Ao final, elas sorriram, de forma contida, agradeceram o elogio e me entregaram a comida.

Nesse dia me senti confusa e frustrada. Retornei para casa refletindo antropológicamente as barreiras e questões linguísticas e culturais, minha insegurança na hora de falar ou o quanto eu estava falhando já que, para mim, era disso que se tratava. No entanto, segui frequentando o restaurante e deixei de lado a preocupação com a “relação” que tinha com as senhoras. Entendia que o amor que sentia pelos *chilaquiles* de forma geral, e aqueles *picantes* e *crujientes* de maneira específica, representava um amor tão puro e genuíno que bastava como sinal de que estávamos nos dando bem.

Fui sentindo então uma sutil e progressiva diferença no comportamento, como se eu fosse ganhando a confiança das matriarcas, divertindo-as com o meu apego à apenas o mesmo prato de sempre, de um menu bastante extenso da culinária mexicana e huasteca. Pouco a pouco elas foram se soltando, sorrindo e trocando mais palavras comigo, quaisquer banalidades dessas que se falam na hora de pegar e pagar o pedido, e passamos a nos despedir e cumprimentar de forma calorosa.

A primeira vez que senti a transformação em nossa relação, foi quando coloquei o pé no degrau da porta da entrada e, ao levantar a cabeça e olhar para dentro dizendo “*buenos días*”, escutei um unísono e animado “*buenos días*” de resposta, direto da cozinha suculenta e cheirosa, detrás do balcão. Esse dia pareceu ter aberto um novo momento, e iniciou um padrão de acolhimento matinal de boas-vindas quando as senhoras se anteciparam à minha voz e me perguntaram: “*¿chilaquiles?*”. Dei risada e perguntei brincando: “*¿y cómo saben? Que raro!*”, elas riram de volta.

Uma vez, fui buscar *chilaquiles* e só a senhora de óculos redondo estava na cozinha, sozinha. Havia duas mesas com gente esperando. Eu disse bom dia, ela me saudou de volta e perguntou se eu tinha ido por *chilaquiles*, eu disse: sim, e elogiei a comida, meio me justificando. Ela riu, voltou-se ao fogão por alguns segundos finalizando um preparo e perguntou como eu ia querer o prato. Em seguida, emendou com um sorriso brincando comigo: você gosta mesmo de *chilaquiles* né? Eu ri. Confesso sem medo: eu amo, me derreti. Enquanto esperava, observava de longe o preparo e trabalho daquela senhora naquela cozinha tão pequena, colorida, se dividindo entre o fogão e panelas quentes.

Saí do restaurante feliz. Finalmente havia conseguido dizer, em outro idioma e com palavras, o que já havia dito de outras formas, e pude confirmar que aquela mulher identificou o afeto que eu sentia pela sua comida. No nível da relação de cliente, eu sabia que ela reconhecia meu apreço, mas não era desse afeto que eu estava falando. Queria que ela soubesse que seu restaurante e os *chilaquiles*, especificamente, eram para mim algo “meu” que o México havia me dado, fazendo parte da minha identidade estrangeira mexicana que eu construía no meu coração e corpo enquanto me (re)territorializava naquele país. Aqueles *chilaquiles*, daquela esquina, eram parte dos rituais que me faziam parte daquele lugar incorporado à minha vida.

A salsa verde extravagante. As pequenas conversas sobre a banalidade das coisas. O dia em que contei que estava grávida, que retornei com a barriga enorme perto de parir, ou o dia em que levei José, de menos de um mês, para que as senhoras o conhecessem. O sabor na boca da memória evocada de um lugar ou uma comida e mesmo as relações mais banais e cotidianas que construímos, são detalhes daquilo que me agrada e me conecta ao espaço onde vivo, em afetos que com dedicação podem ser construídos e reconstruídos por onde passamos.

São dessas coisas que temos de estimação, rituais, pessoas e lugares que nos ajudam a significar nossa vida onde vivemos, nos possibilitando criar raízes fortes, frágeis, profundas, superficiais, e que ajudam a tirar aquele

peso todo do desencaixe em ser estrangeiros em alguma terra. São as peças que nos conectam à vida que escolhemos construir em outro lugar, das quais sentimos saudade. Não há dúvidas: na estrangeiria, o aterro da alma e da vida passa também pelo estômago. Como pessoas migrantes e estrangeiras que ficam, são essas construções e significações cotidianas, no nosso próprio esforço de vincular-nos, que nos possibilita sentir-nos um pouco mais em casa e um pouco menos longe.

NOTAS

¹ Alimento a base de tortilla recheada de diferentes combinações de queijos, vegetais e carnes, assada numa chapa quente.

² Para a produção da farinha usada na massa, se utiliza um método pré-hispânico chamado *nixtamalización*, palavra de origem *náhuatl*. Nele, os grãos secos do milho são cozidos e descansam numa solução alcalina. Depois, são escorridos, enxaguados e por fim moídos. Esse é um processo útil às populações que consomem altas quantidades de milho como base da alimentação, para nivelar elementos nutricionais e potencialmente tóxicos que esse alimento pode proporcionar.

³ A Huasteca é uma zona de terras baixas e cálidas, de floresta tropical e úmida, rios de marcantes tons de azul e verde e cachoeiras deslumbrantes, que envolve outros quatro estados mexicanos. De terra fértil para cultivo, foi nomeada pelos *mexicas* de *Tonacatlalpan*, que significa “terra de comida”: milhos, feijões, abóboras, *chiles*, isto é, pimentas, raízes e tubérculos, entre eles a mandioca (*yuca*).

⁴ Segundo o Instituto Nacional de Antropologia e História, o INAH, além dos falantes de Teenek – “a própria língua da Huasteca”, há outros povos indígenas na região, como *nahuas*, *otomies*, *tepehuas* e *pames*. O idioma Teenek possui um nexa com uma “grande família linguística maia”, mas os huastecos possuem diferenças culturais substanciais com os maias, por terem vivido separados na Huasteca, desde que eles rumaram ao Golfo do México. A comida huasteca e potosina é bastante condimentada, de muitas cores terrosas e tons de verde, fazendo jus à biologia da região.

⁵ O *Café de Olla* é um preparo mexicano que consiste em aquecer a água numa panela de barro – e isso é o que lhe dará um sabor particular – utilizando grãos de moagem grossa ou extra grossa, mantendo o café em imersão junto a especiarias como canela, *piloncillo* – uma espécie de torrão de açúcar (rapadura) – entre outras. Depois o café é coado e deve ser servido também em louça de barro. Diz-se que o preparo foi adotado pelas chamadas *Adelitas* – mulheres soldadas revolucionárias da Revolução Mexicana – como forma de incentivo aos que estavam em batalha. É um café doce, com forte presença da canela, que se toma bem quente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BÁEZ, Paola Jeannete Vera. **El maíz en la cultura gastronómica mexicana**. De la raíz al plato, 2021. Disponível em: <<https://delaraizalplato.cl/articulos/el-maiz-en-lacultura-gastronomica-mexicana/>>.
- BOYCE, Morrison Lason Limón. **Filiación cultural, huasteca**. Disponível em: <https://lugares.inah.gob.mx/es/zonas-arqueologicas/regionesculturales/filiacion/14362-huasteca.html?item_id=14362>.
- DI CESARE, Donatella. **Estrangeiros residentes**. 2020. Editora Âyiné: Belo Horizonte.
- EDITOR WEB MAYA COMUNICACIÓN. **Conoce el origen e historia de los Chilaquiles**. 2023. Disponível em: <<https://mayacomunicacion.com.mx/conoce-el-origen-e-historia-de-los-chilaquiles/>>.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. I: Racionalidade da ação e racionalização social. II: Sobre a crítica da razão funcionalista. Trad. de Flávio B. Siebeneichler. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- HAESBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade: um debate**. GEOgraphia, ano IX, nº 17, 2007.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço** (tradução de Ana Maria Simões, Doralice Barros Pereira, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins) Belo Horizonte: UFMG, 2006. 476 p.
- ORCHARDSON, Emma. **¿Qué es la nixtamalización?** CIMMYT, 2021. Disponível em: <<https://www.cimmyt.org/es/noticias/que-es-la-nixtamalizacion/>>.
- ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. 21ª Ed.
- SÁNCHEZ, Miriam Apolinar. ¿El café de olla, en peligro de desaparecer? En: **Mundo Café**. Sem data. Disponível em: <<https://elmundodelcafe.mx/?p=5346>>.
- SERVICIO POSTAL MEXICANO. **430 años de la fundación de la ciudad de San Luis Potosí**. Gobierno de México, 2023. Disponível em: <<https://www.gob.mx/correosdemexico/acciones-y-programas/430-anos-de-lafundacion-de-la-ciudad-de-san-luis-potosi>>.
- STRESSER-PÉAN, Guy. **La Huasteca: historia y cultura**. *Arqueología Mexicana*, vol. XIV, n. 79, pp. 32-39., 2006. Disponível em: <<https://arqueologiamexicana.mx/mexico-antiguo/la-huasteca-historia-y-cultura>>.

O cinquentenário da Casa do Migrante*

*Alfredo José Gonçalves, Cs***

A Casa do Migrante da Missão Paz completa 50 anos neste mês de novembro de 2024. Localizada nas dependências da Igreja Nossa Senhora da Paz, na Rua do Glicério, bairro da Liberdade, foi construída nos anos de 1940 pela Congregação dos Missionários de São Carlos (Scalabrinianos), juntamente com a comunidade italiana, a qual, fugindo da Segunda Guerra Mundial, buscava refúgio em outros países. Até hoje, a igreja continua sendo ponto de referência para os imigrantes italianos. A Casa do Migrante, por sua vez, criada em 1974 como AVIM (Associação de Voluntários pela Integração do Migrante), sempre buscou, como diz o profeta, “alargar o espaço de sua tenda” (Is 54,2). Ao longo deste meio século de existência, tornou-se espaço de acolhida e de “primeiros socorros”, como também lugar de encontro e convivência para muitos povos, nações e culturas, como veremos a seguir.

Integrada no conjunto da Missão Paz, a Casa do Migrante é um espaço privilegiado de acolhimento a quem desembarca nesta gigantesca metrópole. Comporta, além da acolhida, outros serviços anexos e integrados, tais como encaminhamento para o trabalho, documentação, saúde, assistência social, jurídica e psicológica, o Centro de Estudos Migratórios, a Revista Travessia, uma biblioteca especializada na temática do fenômeno migratório, o Centro de Documentação, outras publicações vinculadas ao estudo da mobilidade humana!... A Igreja da Missão Paz, além da paróquia territorial, hospeda a paróquia pessoal dos imigrantes italianos e a paróquia pessoal dos imigrantes de língua espanhola, com atendimento diário e variadas atividades de natureza pastoral, sacramental e cultural. Como missão Scalabriniana, além dos serviços normais em língua portuguesa, a obra oferece missas em vários idiomas, como francês, inglês e, naturalmente, espanhol e italiano.

Desde sua fundação, primeiro como AVIM e depois como Casa do Migrante, a obra passou a receber os migrantes internos que chegavam em massa, especialmente dos estados do Nordeste e de Minas Gerais, e também, do interior de São Paulo e Paraná, para erguer esta gigantesca metrópole. Em

* Texto publicado originalmente no Caderno Especial Fé e Política do Jornal O São Paulo, edição de 27 de novembro de 2024.

** Sacerdote da Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos, Codiretor da Missão Paz.

seguida, abriu-se aos imigrantes dos países vizinhos, seja devido à situação de pobreza e carência nos lugares de origem, seja devido às ditaduras militares do Cone Sul ou à violência dos movimentos de guerrilha com seus *desplazados*. Nessa perspectiva, a obra abrigou números significativos de chilenos, argentinos, uruguaios, paraguaios; depois, vieram também os bolivianos, peruanos, equatorianos, colombianos e assim por diante.

Com a economia globalizada e a mobilidade humana cada vez mais intensa, diversificada e complexa, a Casa do Migrante passou a acolher imigrantes de todos os continentes, chegando a abrigar por vezes mais de 20 nações simultaneamente representadas. A proposta da obra, longe de pretender resolver o problema de todos os migrantes que procuram a cidade de São Paulo, consiste na tentativa de uma acolhida diferenciada e humanizada, um pequeno sinal que possa servir de luz e testemunho no vasto mundo das migrações, de acordo com o carisma da Congregação. Felizmente, esta cidade conta hoje com outros centros de acolhida, bem como de serviços variados aos migrantes.

Nos últimos anos, por causa do agravamento em todo mundo dos conflitos armados de todo o tipo, das catástrofes climáticas cada vez mais frequentes e extremas, da intolerância étnica, religiosa, política ou ideológica, e, sobretudo, do aumento progressivo da assimetria e desigualdade socioeconômica entre países e regiões de todo o planeta, verifica-se uma grande pluralidade de imigrantes. Primeiro aqueles dos países vizinhos, depois, os coreanos e haitianos; ultimamente, verifica-se a predominância de venezuelanos, afegãos, ucranianos, angolanos, congolese, nigerianos, sudaneses e outros países africanos e asiáticos. As motivações se repetem: guerras, pobreza, violência de todo tipo e, impondo-se, pouco a pouco, a devastação do meio ambiente e o aquecimento global.

Microcosmo de processos sociais macro*

*Dirceu Cutti***

A história da humanidade é marcada por grandes processos sociais que determinam a vida de milhares de pessoas – vítimas anônimas da estultice de alguns e/ou da inclemência da natureza. Deus, que tudo vê, acompanha a cada uma dessas vidas, esperando que cada um de nós também as acompanhe com solidariedade e espírito fraterno. Essa é a experiência cotidiana daqueles que acolhem migrantes e refugiados...

Em 2023, dois dos quatro nigerianos que cruzaram o Atlântico no exíguo e perigoso espaço do leme de um navio, após 14 dias de angustiante agonia, puderam usufruir do conforto que a Casa do Migrante lhes ofereceu. Muito antes deles, no final da década de 1970, uma família nordestina, quando abordada na rodoviária, apresentou como endereço de destino na metrópole paulista, em um papel amarrotado, “o bar azul da esquina”. Foi acolhida pelos agentes da instituição e trazida para o aconchego da Casa. São estes apenas dois fatos entre milhares de outros tantos ocorridos ao longo de uma trajetória de 50 anos marcada por quatro distintos momentos que delinearemos sucintamente a partir da ótica dos assistidos.

Mas tudo tem um antes.

A Casa do Migrante não caiu das nuvens. É fruto das angústias, dores e sonhos dos migrantes, amalgamados pelos desafios do chão da história. Aparentemente contraditórios, dois saltavam aos olhos e foi a esses que os Scalabrinianos fizeram frente. De um lado, a década de 1970, marcada pela onda do milagre econômico, produziu o maior êxodo rural da nossa história. O fluxo Nordeste-Sudeste dominava a cena e a metrópole paulista emergia como seu epicentro. As demandas por mão de obra minimamente qualificada eram gritantes e os recém-chegados não atendiam às expectativas. Do outro lado, sobressaíam-se os sobrantes, os indesejáveis. Dentre esses, muitos residiam na grande favela do Vergueiro, encravada em área nobre entre os

* Texto publicado originalmente no Caderno Especial Fé e Política do Jornal O São Paulo, edição de 27 de novembro de 2024.

**Leigo scalabriniano, trabalhou no CEM/ Missão Paz, integrou a direção da Casa do Migrante e foi editor da revista Travessia

bairros Ipiranga e Vila Mariana, na capital paulista. Em 1968, ocorreu o despejo e muitos decidiram retornar para o “Norte”. Rumaram pela ferrovia Central do Brasil, mas não foram sós. Os Scalabrinianos, que atuavam na favela, viajaram com eles em vagões de 2ª classe. No retorno, vagões apinhados de migrantes. Os que não tinham endereço certo ficavam à mercê do Estado que lhes fornecia bilhete para seguirem adiante pela ferrovia Sorocabana. Em 1969, os Scalabrinianos também percorreram esta ferrovia que corta o Sudoeste paulista e desemboca no norte do Paraná. Conheceram de perto a realidade dos migrantes e se solidarizaram com eles.

Migrantes recém-chegados.

Para responder às urgentes demandas dos migrantes, sob a liderança do então seminarista e depois Padre Alberto R. Zambiasi, em 4 de novembro de 1974 surgiu oficialmente a Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes (AVIM). Como primeiro desafio, em parceria com o Estado e entidades da sociedade civil, a AVIM passou a ofertar 15 modalidades de cursos profissionalizantes ministrados por voluntários em periferias e favelas da cidade, na Baixada Santista e nos espaços da Casa do Migrante. Apresentar-se ao mercado com certificado da AVIM era emprego certo. Ao segundo desafio, a Associação atuou em clara oposição ao Estado. Em vez da distribuição de passes para seguir adiante, a oferta de um espaço de acolhida digna e de suporte para as demandas dos recém-chegados. Capacitação profissional e acolhida caminharam lado a lado até o começo dos anos 1980. Na Casa, era significativa a presença de famílias e na porta da mesma agenciadores disputavam mão de obra, por isso consta nos registros da instituição que não bastava encaminhar para o emprego, era necessário garantir que a Doutrina Social da Igreja fosse respeitada pelos empregadores.

Migrantes de velhas andanças.

Contrariamente ao ocorrido nos anos de 1970, a década seguinte ficou conhecida como “a década perdida”. O saldo migratório Nordeste-Região Metropolitana de São Paulo foi negativo. As ofertas de emprego foram escasseando, restando os “bicos”, serviços precários. A Casa do Migrante passou a acolher então, majoritariamente, pessoas desacompanhadas, do sexo masculino, procedentes da região Sudeste, com destaque para o interior do estado de São Paulo e da própria capital. Vale registrar que era grande o número dos que apresentavam histórico de trabalho em suas carteiras profissionais, mas que ia mais e mais cedendo ao espaço vazio. Pesquisa realizada na Casa pelo Gt/Migrantes (Centro de Estudos Migratórios e Laboratório de Geografia Urbana da USP) constatou que os efeitos da

“década perdida” se abateram com maior força sobre a camada mais frágil da sociedade durante a década de 1990. Se na anterior predominaram os “bicos”, nesta nem mesmo esses sobraram, e para os migrantes das muitas andanças, como alternativa à rua, restou circular pela rede da assistência social. Foi quando a Casa do Migrante foi deixando de ser um “trampolim para cima”. A etapa dos cursos profissionalizantes mostrou-se página virada e a instituição viu-se absorvida pelas demandas internas.

Momento de transição.

O perfil dos migrantes internos acolhidos na virada do século e nos anos seguintes pode ser resumido pela trajetória do Tião (nome fictício), colhida em uma longa entrevista. Tião apresentou sua carteira de trabalho e nela constava o registro de mecânico em uma empresa de aviação na qual trabalhou por vários anos. Chama muito a atenção o que ocorreu na sequência. O tempo de permanência nos empregos subsequentes só foi encurtando, até esvair-se. À ruptura com o trabalho, somou-se a ruptura dos laços familiares e os do mínimo convívio social. Restou a ele a solidão, disfarçada em perambulações incertas e inconstantes. E foi o próprio Tião quem definiu de forma cabal a condição social sua e da maioria de seus pares: “Eu fui um cara que perdeu o elo”! Paralelamente a este quadro, em um processo rápido, até mesmo abrupto, quando os estudiosos das migrações mantinham seus olhares sobre o êxodo dos brasileiros, a Casa do Migrante já se transformava em um termômetro do que viria a acontecer: o Brasil como um país também de imigração, agora não só de hispano-americanos. Desde os primórdios dos serviços de acolhida até a virada do século, a Casa sempre contou com a presença de imigrantes. Ao longo do período a média anual manteve-se em 5%, inicialmente advindos dos países do Cone Sul e, posteriormente, dos países Andinos. Porém, nos anos finais do século passado, à pergunta “Tudo bem”? na Casa ouvia-se como resposta “*Hakuna matata*” (tudo ok!); já era a presença dos congolese e a eles rapidamente foram se somando os de outros países africanos.

Internacionalização dos rostos.

Para uma melhor compreensão de como se deu a rápida transição da presença dos nacionais para os internacionais, basta citar que em 2000 os imigrantes e/ou solicitantes de refúgio representavam 13%; em 2004, 50%; em 2008, 75% e, em 2020, 100%. A procedência passou a envolver cada vez mais um número maior de países, com uma nítida característica: a alternância constante ora de uma nacionalidade, ora de outra, como assinalado na página inicial deste encarte.

Cinco décadas em uma frase.

A Casa do Migrante, com suas vicissitudes e ambiguidades, foi sempre importante referência para migrantes internos e internacionais e a ela coube ser uma caixa de ressonância ou, noutros termos, um claro microcosmo de processos sociais macro.

Casa do Migrante: 50 anos de acolhimento e esperança*

*Antenor João Dalla Vecchia , Cs**
Márcia Araújo****

A Casa do Migrante, celebrando 50 anos de atuação, é um verdadeiro símbolo da resiliência e da luta dos migrantes. Desde sua fundação, em 1974, tornou-se um refúgio e um suporte essencial para aqueles que buscam recomeçar suas vidas em um Brasil repleto de desafios.

As populações pobres do Brasil, na década de 1970, passavam por grandes dificuldades, como comunicação precária, transporte limitado, problemas de saúde e uma alta taxa de analfabetismo. A escassez de recursos e as políticas opressivas, especialmente em certas regiões do País, geravam um ambiente de desespero e desilusão. Nesse cenário, a migração interna se transformou em uma alternativa viável. Muitas pessoas, mesmo sem um endereço certo, aventuraram-se em busca de um futuro melhor, impulsionadas pela fé e coragem. Grandes grupos migratórios, em sua maioria do Nordeste, deslocaram-se de forma precária para o Sudeste, especialmente em direção aos grandes centros urbanos, como o eixo Rio/São Paulo. Essa dinâmica resultou na formação de cidades e bairros com infraestrutura insuficiente, nos quais as carências enfrentadas nas regiões de origem foram apenas reproduzidas sob novas formas. A precariedade das condições de vida foi simplesmente transferida de um lugar para outro, perpetuando ciclos de dificuldade.

AVIM: a inspiração do Padre Alberto.

Foi nesse contexto desafiador que o padre Scalabriniano Alberto Zambiasi se mobilizou para ajudar. Ele, junto a leigos e seminaristas, dedicou suas férias para percorrer o Brasil, conhecendo de perto a realidade vivida pelos migrantes. Sua experiência revelou a urgência de um processo educativo que capacitasse essas pessoas para enfrentar os desafios da vida

* Texto publicado originalmente no Caderno Especial Fé e Política do Jornal O São Paulo, edição de 27 de novembro de 2024.

** Diretor da Casa do Migrante, Codiretor da Missão Paz.

*** Assistente social coordenadora da Casa do Migrante

nas grandes cidades. Assim nasceu a AVIM (Associação de Voluntários pela Integração do Migrante), com a missão de criar programas de formação para os recém-chegados. Os primeiros espaços utilizados eram garagens e salões de igrejas, nos quais eram oferecidos cursos de qualificação e integração. O sucesso dessas iniciativas indicou a necessidade de um espaço mais estruturado e acolhedor.

Abertura aos Migrantes e Refugiados de todo o mundo.

Hoje, a Casa do Migrante atende pessoas de diversas nacionalidades, com imigrantes e refugiados de 118 países. Esse espaço tornou-se um trampolim para muitos que buscam reconstruir suas vidas, oferecendo as condições necessárias para a autonomia e um acolhimento respeitoso. As exigências atuais são maiores do que aquelas enfrentadas no passado, especialmente devido à diversidade cultural e linguística dos migrantes que chegam. Essa diversidade, embora desafiadora, enriquece a experiência de todos os envolvidos e proporciona uma oportunidade única de aprendizado mútuo. A Casa permanece aberta, recebendo espontaneamente migrantes que, muitas vezes, chegam devastados por conflitos políticos, desemprego e catástrofes naturais, que colaboram para a desestruturação de vínculos familiares, deixando-os vulneráveis.

O atendimento na Casa do Migrante.

A notícia da existência da Casa se espalhou ainda mais ao longo das décadas. Na atual conjuntura, por meio das redes sociais, diversos migrantes são orientados, mesmo antes da saída de sua origem, sobre o endereço certo para o acolhimento. Chegam à porta da Casa com a certeza de que o melhor lugar para estar é aqui. Muitos solicitam acolhimento todos os dias. Ao chegarem, os migrantes são recebidos com dignidade. O processo de acolhimento envolve um primeiro contato que considera suas condições de vulnerabilidade. Após a chegada, eles são assistidos de forma integral, a começar por um atendimento social que inclui a criação de um prontuário. Os migrantes têm a oportunidade de guardar seus pertences, tomar um banho e desfrutar de uma refeição, muitas vezes após dias de incertezas. O foco do trabalho é oferecer um olhar compreensivo e acolhedor, criando um espaço seguro onde os migrantes possam descansar e começar a planejar seus próximos passos. Com o passar dos dias, muitos começam a recuperar a autoestima e a se reintegrar socialmente. Embora no início haja resistência a sair do local devido à falta de familiaridade com o novo território, aos poucos, eles são convidados a participar de atividades e interações sociais

que ajudam na construção de uma nova rede de apoio. Na Casa, ocorrem encontros, amizades e reconexões entre compatriotas. As refeições se tornam momentos de partilha, em que histórias são contadas, alegrias são divididas e novas esperanças começam a florescer. Esse ambiente acolhedor transforma a Casa do Migrante em um espaço vital de acolhimento e apoio.

A Rede de Apoio.

A Casa do Migrante não atua sozinha. Desde sua fundação, formou uma rede de apoio que inclui organizações governamentais e não governamentais. Essa colaboração é essencial para oferecer um atendimento de qualidade. Os migrantes são encaminhados a serviços públicos e privados, incluindo áreas jurídica, educacional, de saúde e cursos de português. Essa abordagem integral garante que, desde a chegada até a projeção de saída, os migrantes tenham acesso a recursos e apoios necessários. A Casa se tornou conhecida mundialmente, especialmente por sua localização no centro de São Paulo. Muitos migrantes optam por permanecer, elogiando o tratamento que recebem. Frases como “Aqui é muito bom, somos bem tratados” ecoam pelos corredores, refletindo a atmosfera acolhedora e amigável.

Um Novo Lar.

Na Casa do Migrante, os migrantes criam laços de amizade com a equipe e entre si. Embora o espaço possa parecer inicialmente estranho, logo se transforma em um local de renovação e alívio, registrado nas memórias de quem passa por ali. A equipe, com muita paciência e empatia, trata os migrantes com respeito, atenção e aceitação das diversidades que surgem ao longo da convivência.

Quando saem, muitos retornam para buscar pertences ou correspondências, ou simplesmente para matar a saudade. É comum ouvir na recepção comentários como: “Esta sempre vai ser a minha casa do Brasil”. Esses laços emocionais evidenciam o impacto duradouro que a Casa do Migrante tem na vida de seus hóspedes.

Conclusão.

A Casa do Migrante é, portanto, um espaço vital de acolhimento e apoio, refletindo 50 anos de história marcada pela luta e pela solidariedade. Em um mundo que continua a desafiar os migrantes, a Casa permanece um farol de esperança, oferecendo um lugar onde cada história é valorizada e cada pessoa tem a oportunidade de reescrever seu destino. Por meio do acolhimento, da educação e do apoio comunitário, a Casa do Migrante não apenas atende necessidades imediatas, mas também se torna um verdadeiro lar onde

as diferenças são celebradas e a dignidade humana é sempre priorizada. A história da Casa do Migrante é, assim, uma onda de solidariedade, de esperança e de força inquebrantável dos seres humanos em busca de um futuro melhor.

Foto 1: Vista do pátio interno da Casa do Migrante. Pessoas circulam pelo pátio no dia da festa de 50 anos da Casa.



Foto: Arquivo Missão Paz

TRAVESSIA agora também ONLINE

Um acervo sem data de vencimento

Já são mais de 80 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

Valor da assinatura

(3 números por ano)

Nacional

- por 1 ano.....R\$ 150,00
- por 2 anos.....R\$ 250,00
- por 3 anos.....R\$ 350,00

Exterior

- por 1 ano.....U\$ 35,00
- por 2 anos.....U\$ 65,00

Forma de pagamento

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do e-mail
cem@missaonspaz.org ou através
do novo portal acesse os últimos números
da revista **TRAVESSIA**

www.revistatravessia.com.br

Acesse também o nosso Facebook:

Revista Travessia - Revista do Migrante

www.missaonspaz.org

NORMAS DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA TRAVESSIA

A Revista Travessia publica: dossiês, artigos originais, notas de pesquisa, entrevistas, resenhas, relatos, poemas, contos. Os textos podem ser em: português, espanhol, inglês, francês, etc.

ARTIGOS - Até 20 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

NOTAS DE PESQUISA – Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

RELATOS – Até 7 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

ENTREVISTAS - Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

RESENHAS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

CONTOS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas – 1,2, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

Obs. Os textos podem conter imagens, preferencialmente em alta resolução

REFERÊNCIAS

A Revista Travessia adota a NBR 6023/2002 da ABNT como norma para referência de documentos em textos acadêmicos. Procurando facilitar o trabalho dos autores de Travessia, apresentamos, abaixo, uma síntese da NBR 6023/2002 tomando como base o seu documento original e ainda o compêndio elaborado por Luciana Pizzani e Rosemary Cristina da Silva (2016). A síntese que se segue não dispensa consulta ao documento (NBR 6023/2002) original e integral da ABNT.

Existem vários meios de informação que podem ser referenciados:

Livros, Dissertações e Teses, Folhetos, Revistas ou Periódicos, Relatórios, Manuais, Eventos, Multimeios, Documentos eletrônicos, Discos e Fitás, Filmes, Fotografias etc.

ALINHAMENTO - A lista final deve ser alinhada à margem esquerda do texto

NOTAS DE RODAPÉ - Em formato numérico, ao final do texto

HAVENDO DUAS OU MAIS REFERÊNCIAS DE UMA MESMA AUTORIA, OBSERVE-SE: a) um só autor: PIZZANI, L.
b) mesmo autor e outro: PIZZANI, L.; SILVA, R.C.
c) mesmo autor e outros: PIZZANI, L. et al.

REFERÊNCIA DE LIVROS/OBRA TRADUZIDA/SÉRIE

Autor, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora e data de publicação.

AUGÉ, M. **Não lugares**. Campinas: Papyrus, 2006.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Tradução Vera da Costa e Silva.

3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 116p. (Coleção primeiros passos, 20).

CAPÍTULO DE LIVRO

Autor, título da parte, subtítulo (se houver), seguidos da expressão "In:" e da referência completa da publicação, número de páginas ou volume.

ROMANO, G. **Imagens da juventude na era moderna**. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Orgs.). *História dos jovens 2*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.7-16.

AUTOR DO CAPÍTULO É O MESMO AUTOR DO LIVRO

SANTOS, R.F. A colonização da terra do Tucujús. In: _____. **História do Amapá, 1º grau**.

2.ed. Macapá: Valcan, 1994. cap.3, p.15-24.

LIVRO DISPONÍVEL NA INTERNET

JUNQUEIRA, L.C.U. **Histologia básica**. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. Disponível em: <<http://www.>>. Acesso em: 30 set. 2007.

ARTIGO DE PERIÓDICO – revista, boletim etc. *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação*. Exemplos: DORNELAS, S.M. Entre a Igreja do Brasil e da França: Uma experiência com os portugueses em Paris. **Travessia** – revista do Migrante, São Paulo, ano XXII, n. 65, p. 13-32, set-dez. 2009.

ARTIGO EM PERIÓDICO – revista, boletim etc. disponível em meio eletrônico *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação,*

local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação, informações pertinentes ao suporte eletrônico.

BASSO, N.A.S. et al. Insulinoterapia, controle glicêmico materno e prognóstico perinatal: diferença entre o diabetes gestacional e clínico. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v.29, n.5, p.253259, maio 2007. Disponível em: <http://www.____>. Acesso em: 16 jan. 2004.

ARTIGO DE JORNAL: Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente.

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13.

ARTIGO DE JORNAL disponível em meio eletrônico

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13. Disponível em: <http://www._____>. Acesso em: 20 fev. 2004.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES

SILVA, C. F. da. **Das calçadas às galerias:** mercados populares do centro de São Paulo. 2014. 176p. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 2014.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES disponíveis em meio eletrônico
RODRIGUES, M.A.Q. **Bandagem ajustável do tronco pulmonar:** comparação de dois métodos de hipertrofia aguda do ventrículo subpulmonar. 2006. 85p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em:<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5156/tde-06112006-130715/>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

EVENTO CIENTÍFICO: *Autor, título do trabalho apresentado, subtítulo (se houver), seguido da expressão “In:”, nome do evento, numeração (se houver), ano e local de realização, título da publicação, subtítulo (se houver), local de publicação, editora, data de publicação, página inicial e final da parte referenciada, elementos pertinentes a parte referenciada.*

– Quando disponível em meio eletrônico, acrescentar: “Disponível em....”, como no exemplo abaixo.

BENGTSSON, S.; SOLLEIM, B.G. Enforcement of data protection, privacy and security in medical informatics. In: WORLD CONGRESS ON MEDICAL INFORMATICS, 7., 1992, Geneva.

Proceedings... Amsterdam: North Holland, 1992. p.1561-1565. Disponível em: <http://www._____>. Acesso em: 21 jan. 2004.

DOCUMENTO JURÍDICO

Jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação. No caso de Constituições e suas emendas, entre o nome da jurisdição e o título, acrescenta-se a palavra Constituição, seguida do ano de promulgação entre parênteses.

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p.29514.

BRASIL. **Código Civil**. 46.ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex**: legislação federal e marginália, São Paulo, v.59, p.1966, out./dez. 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1993. 35p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades**. Brasília, DF, 1993. 28p.

IMAGEM EM MOVIMENTO - Inclui filmes, videocassetes, DVD, entre outros *Título, diretor, produtor, local, produtora, data e especificação do suporte em unidades físicas.*

ADEUS, Lenin! Dir. Wolfgang Becker. Alemanha: Prod. X Filme Creative Pool; WDR (Cologne); Arte France Cinéma, 2003. 1 DVD

DOCUMENTO ICONOGRÁFICO -

Inclui pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho técnico, diapositivo, diafilme, material estereográfico, transparência, cartaz, entre outros. Autor, título, data e especificação do suporte.

KOBAYASHI, K. **Doença dos xavantes**. 1980. 1 fotografia.

O QUE acreditar em relação à maconha. São Paulo: CERAVI, 1985. 22 transparências.

MATTOS, M.D. **Paisagem-Quatro Barras**. 1987. 1 original de arte, óleo sobre tela, 40cm x 50cm. Coleção particular.

DOCUMENTO CARTOGRÁFICO - Inclui atlas, mapa, globo, fotografia aérea etc.

Autor(es), título, local, editora, data de publicação, designação específica e escala.

ATLAS Mirador Internacional. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil, 1981. 1 atlas. Escalas variam.

BRASIL e parte da América do Sul: mapa político, escolar, rodoviário, turístico e regional. São Paulo: Michalany, 1981. 1 mapa, color., 79 cm x 95 cm. Escala 1:600.000

BÍBLIAS

BÍBLIA. Língua. Título da obra. Tradução ou versão. Local: Editora, Data de publicação. Total de páginas.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecu-
mênica.

PARTES DA BÍBLIA: Quando se tratar de partes da Bíblia, inclui-se o título da parte antes da indicação do idioma e menciona-se a localização da parte (capítulo ou versículo) no final.

BÍBLIA, N.T. João. Português. **Bíblia sagrada**. Versão de Antonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. Das Américas, 1950. cap.12, vers.11.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MENOR OU IGUAL A 3 LINHAS

As citações diretas, menores ou iguais ao limite de 3 linhas devem ser feitas de acordo com as seguintes especificações: “Sendo necessário citar trecho de obra, sem ultrapassar o limite de três linhas, deve-se fazer a citação no corpo do próprio texto, mantendo o espaçamento adotado, o tamanho de fonte 12, sem itálico, iniciando e terminando com aspas” (SOUZA, 2005, p. 18). Esta regra também confere com a ABNT 6023/2002.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MAIOR QUE 3 LINHAS

As citações maiores devem ser feitas seguindo as seguintes especificações:

Sendo necessário citar trecho de obra ou transcrever a opinião de determinado autor ou ainda acórdão, ementa, lei, ultrapassando três linhas, deve-se recuar 4 centímetros à direita com os seguintes cuidados: espaço simples, fonte 10, sem itálico, iniciando e terminando sem aspas. Após, entre parênteses, constar a fonte, com o sobrenome do autor em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página. (SOBRENOME, 2003, p. 10).

O sobrenome do autor, quando colocado entre parênteses, deve ser grafado em maiúsculas.

DOCUMENTO DE ARQUIVO

Obs.:

- 1) Forneça dados para a localização do documento no arquivo: título do fundo ou da coleção, série, subsérie, notação (código do conjunto), instituição de guarda, local (entre parênteses), data do documento.
- 2) No caso de referências a conjuntos ou itens em posse de pessoas, registra-se: "Acervo pessoal de ...").

Com autoria

ARANHA, Luís de Freitas Vale.

Carta a José Pinto. Arquivo Pedro Ernesto Batista, série Correspondência; PEB c

1935.01.15 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do

Brasil, Rio de Janeiro). 15 jan. 1935.

– Chamada à referência no texto: (Aranha, 15 jan. 1935)

Sem autoria

TERMO...

Termo de obrigação que fazem Manuel Francisco Villar e Antonio Freire de Ocanha.

Códice 296, f.108 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 2 mar. 1696.

– Chamada à referência no texto: (Termo..., 2 mar. 1696)

PARA REFERÊNCIA DE OUTROS DOCUMENTOS NÃO PRESENTES NESSA SÍNTESE, confira: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

Disponível também em: <<https://www.ict.unesp.br/Home/biblioteca/6023referenciaeelaborao.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. **ABNT 6023 Elaboração de Referências**. 87p. Botucatu-SP: UNESP, 2016. Disponível em:

<http://www.biblioteca.btu.unesp.br/Home/Referencias/LuABNT_6023.pdf>.

Acesso em: 02 mar. 2018.

Vol. 32, 2024

REMHU

Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

ISSNe: 2237-9843

**Dossier 1: «Abdelmalek Sayad:
Migration, State and Historical
Amnesia»**

**Dossier 2: «Movilidad humana y
crisis climática»**



CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS



ATLAS TEMÁTICO: Observatório da Emigração Brasileira - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP – Volume 1



ATLAS TEMÁTICO: Observatório da Emigração Brasileira - Principais países de destino – Volume 2



Rosana Baeninger
 Natália Belmonte Demétrio
 Joice de Oliveira Santos Domeniconi
 Coordenação

Érika Masanet
 Marília Pimentel Cotinguiba
 Catarina von Zuben
 Gláucia de Oliveira Assis
 Maria de Fátima Chaves
 Luís Renato Vedovato
 Luís Felipe Aires Magalhães
 Organização

Atlas Temático

Observatório das Migrações em São Paulo
 Observatório das Migrações em Rondônia
 Observatório das Migrações em Santa Catarina

Migrações Internacionais
 Mulheres



ATLAS TEMÁTICO: Observatório das Migrações em São Paulo - Observatório das Migrações em Rondônia e Observatório das Migrações de Santa Catarina - Migrações Internacionais: mulheres.

Acesse essas e outras publicações pelo link, abaixo.
<https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/publicacoes/>

Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de trinta anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que cantante: **Os migrantes**

Politicamente..... || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;

Culturalmente..... || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;

Economicamente.. || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;

Teoricamente..... || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na ginga da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.*

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.revistatravessia.com.br

www.missaonspaz.org

PRÓXIMAS EDIÇÕES

REVISTA TRAVESSIA 2025/2026

JANEIRO – ABRIL/2025

Dossiê Fome e migrações.
(Ano XXXVIII, Ed. 102)

MAIO – AGOSTO/2025

Dossiê Migrações, mudanças climáticas
e desastres ambientais
(Ano XXXVIII, Ed. 103)

SETEMBRO – DEZEMBRO/2025

Interiorização de migrantes, trabalho
e moradia
(Ano XXXVIII, Ed. 104)

JANEIRO – ABRIL/2026

Migrações africanas
(Ano XXXIX, Ed. 105)

Além de textos para esses dossiês, segue permanente o fluxo para envio de artigos de tema livre, desde que abordem a temática migração e seus protagonistas.

Acesse o nosso site, consulte as normas de publicação e, se ainda não se cadastrou, cadastre-se e envie o seu texto.

O escrito pode ser em forma de artigo acadêmico, nota de pesquisa, entrevista, relato, resenha, poesia, conto.

SEMINÁRIO DA REVISTA TRAVESSIA

3 de outubro/2025

Migrações, mudanças climáticas e desastres ambientais

travessia@missaonspaz.org
www.revistatravessia.com.br
www.missaonspaz.org

ISSN 0103-5576



0103-5576

TRAVESSIA ONLINE
ISSN 2594-7869